

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ALINE MAIARA DEMÉTRIO SANTOS

**TRAJETÓRIAS DE MULHERES AGRICULTORAS QUE SE
TORNARAM LIDERANÇAS POLÍTICAS: RESISTÊNCIAS E
CONQUISTAS**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO

2019

ALINE MAIARA DEMÉTRIO SANTOS

**TRAJETÓRIAS DE MULHERES AGRICULTORAS QUE SE
TORNARAM LIDERANÇAS POLÍTICAS: RESISTÊNCIAS E
CONQUISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.
Orientadora: Prof^a Dr^a Hieda Maria Pagliosa Corona
Co-orientadora: Prof^a. Dr^a Josiane Carine Wedig

PATO BRANCO

2019

S237t Santos, Aline Maiara Demétrio.
Trajetórias de mulheres agricultoras que se tornaram lideranças
políticas: resistências e conquistas / Aline Maiara Demétrio Santos. – 2019.
151 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona
Coorientadora: Profa. Dra. Josiane Carine Wedig
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco,
PR, 2019.
Bibliografia: f. 134 - 143.

1. Mulheres do campo. 2. Mulheres na política. 3. Trabalhadoras rurais.
4. Descolonização. I. Corona, Hieda Maria Pagliosa, orient. II. Wedig,
Josiane Carine, coorient. III. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. IV. Título.

CDD 22. ed. 330



TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO Nº 155

A Dissertação de Mestrado intitulada “**Trajetórias de mulheres agricultoras que se tornaram lideranças políticas: resistências e conquistas**”, defendida em sessão pública pela candidata **Aline Maiara Demétrio Santos**, no dia 30 de maio de 2019, foi julgada para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, área de concentração Desenvolvimento Regional Sustentável, e aprovada em sua forma final, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Hieda Maria Pagliosa Corona- Presidente - UTFPR
Profª Drª Aline Reis Calvo Hernandez - UFRGS
Profª Drª Valdete Boni - UFFS

A via original deste documento encontra-se arquivada na Secretaria do Programa, contendo a assinatura da Coordenação após a entrega da versão corrigida do trabalho.

Pato Branco, 04 de julho de 2019.

Carimbo e Assinatura do(a) Coordenador(a) do Programa

Dedico este trabalho a todas as mulheres
que algum dia não se cansou da “luta”, e
que na “luta”, encontraram a si mesmas.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, gostaria de agradecer à Luciana e Zelide que aceitaram compartilhar suas trajetórias para esta pesquisa e principalmente, por estarem sempre de braços abertos para nossos diálogos e encontros. Também agradeço imensamente pelos convites que me fizeram para participar de suas atividades do cotidiano, permitindo assim, um espaço valioso de trocas.

Este mestrado me proporcionou inúmeras reflexões, vivências e amizades que eu levarei para sempre. Nestes dois anos tive a oportunidade de experimentar a prática de pesquisa a partir de uma construção que ao mesmo tempo é dolorosa e solitária com o processo de escrita e leituras, mas também de muita coletividade, trocas e afetos positivos que me deram apoio e muita potência para seguir pesquisando.

Agradeço imensamente as minhas orientadoras Hieda e Josi, que me guiaram neste processo com muita sensibilidade. A partir de cada encontro, orientação e reflexões, deram-me segurança e inspiração para eu desenvolver essa pesquisa. Agradeço além de tudo, do privilégio de ter as conhecido e ser orientada por elas.

À minha família, pelo apoio e incentivo, que sempre estiveram presentes e me deram suporte em diversos momentos. Quero agradecer em especial à minha mãe (Rosana) e seu esposo (Marcus), que me acolheram com muito afeto e compreensão no meu retorno à Pato Branco, as quais fizeram da vivência do nosso cotidiano momentos mais leves e alegres. À minha irmã Amanda, por estar sempre ao meu lado e também, por me inspirar na pesquisa a partir de nossos diálogos com intermináveis discussões teóricas. Ao meu companheiro Everton, que sempre esteve ao meu lado de maneira compreensível, me dando suporte emocional em diversos momentos. E ao meu pai (Paulo), que apesar da distância, sempre me lembrou e incentivou à curiosidade e ao questionamento pelas coisas da vida.

Às amigas que construí no PPGDR - Andreia, Pahola, Dani, Guillermo, Mayza, Camila, Angelica e tantas outras a qual pude compartilhar momentos de muito aprendizado e afeto.

Ao Grupo de Pesquisa Artemis e ao Clube de Leitura Leia Mulheres, os quais eu tive o prazer de auxiliar na construção destes dois projetos incríveis. Por

muitos momentos os encontros nestes grupos foram espaços que me deram conforto e também um espaço onde pude estreitar os laços de amizades, compartilhar as diversas leituras, pesquisas, poesias, etc. Agradeço com muito carinho.

Por fim, agradeço ao PPGDR como um todo, juntamente com seus professores e professoras, que a partir das atividades e das aulas, me proporcionaram diferentes perspectivas para estudar contextos do desenvolvimento regional a partir de um olhar interdisciplinar.

To survive the Borderlands
you must live sin fronteras
be a crossroads.

Para sobrevivir the borderlands debes
vivir sin fronteras
ser una encrucijada.

(ANZALDÚA, 2015, p.45)

RESUMO

SANTOS, Aline Maiara Demétrio. **Trajetórias de mulheres agricultoras em lideranças políticas:** resistências e conquistas. 2019. 151folhas. Dissertação(Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2019.

Nesta dissertação analisamos as trajetórias de duas mulheres agricultoras, Luciana Guzella Rafagnin e Zelide Cattelan Possamai que se constituíram enquanto lideranças políticas na região do Sudoeste do Paraná no período entre 1980 e 1990. Nesse sentido, buscamos compreender quais práticas que permearam em suas trajetórias ao se constituírem como lideranças políticas, incluindo as questões de gênero, da agricultura familiar e do histórico das lutas camponesas da região que deram sentido às suas experiências. O percurso metodológico se pautou por meio da pesquisa qualitativa, na qual foram utilizadas as narrativas orais por meio de entrevistas individuais, bem como a análise documental de arquivos públicos da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) e da observação participante em atividades e eventos no ano de 2017 e 2018, nas quais as mulheres pesquisadas estavam presentes. A partir disso, a análise percorreu pela problematização das relações de gênero e o sentido do trabalho em relação às mulheres rurais, observando quais mecanismos fez com que nossas interlocutoras da pesquisa se constituíssem enquanto lideranças políticas. Partimos da discussão sobre o trabalho produtivo e reprodutivo no meio rural para depois, compreender o sentido da liderança e representatividade política, permeada pela noção da identidade, nos fazendo compreender as relações interseccionais a partir de suas identidades plurais. Outro ponto de análise perpassa pelas redes e estratégias de resistências de Luciana e Zelide, nas quais pudemos perceber as trajetórias que se cruzam com a história coletiva a nível nacional e regional, frente ao período de redemocratização do país após o ano de 1988, pois elas narram, em suas trajetórias, as lutas e conquistas realizadas no período. A partir disso, a análise das trajetórias nos permitiu reconhecer seus processos de subjetivação frente a suas constituições enquanto liderança, nos permitindo compreender questões que as fizeram R-existir. Nesse sentido, Luciana e Zelide se constituíram enquanto lideranças a partir da Igreja Católica, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e da ASSESOAR de Francisco Beltrão e de uma rede de apoio familiar e de amigas. Enquanto perspectiva teórica, utilizamos os Estudos Decoloniais, que nos amparam a partir de conceitos como colonialidade de saber/ser/poder, da subjetividade ativa, da ferida colonial, da territorialidade, entre outros, que nos tencionam a refletir sobre as relações entre os povos colonizados, como na América Latina. A partir desta perspectiva observamos os efeitos da modernidade sobre as mulheres agricultoras e quais mecanismos de resistência são construídos por sujeitos marcados entre o que foge e o que se aproxima da lógica da modernidade, assim como as trajetórias de Luciana, Zelide e de tantas outras mulheres agricultoras que exerceram cargos de lideranças políticas.

Palavras-chave: Mulheres Agricultoras. R-existência. Gênero. Trajetórias. Estudos Decoloniais.

ABSTRACT

SANTOS, Aline Maiara Demétrio .**Trajectories of peasant women in political leadership: resistances and achievements**2019. 151 folhas. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2019.

In this dissertation we analyze the trajectories of two women farmers, Luciana Guzella Rafagnin and Zelide Cattelan Possamai, who were constituted as political leaders in the Southwest region of Paraná in the period between 1980 and 1990. In this sense, we try to understand what practices have permeated in their trajectories when political leaders, including gender issues, family agriculture, and the history of peasant struggles in the region that gave meaning to their experiences. The methodological course was based on qualitative research, in which the oral narratives were used through individual interviews, as well as the documentary analysis of public archives of the Association of Studies, Guidance and Rural Assistance (ASSESOAR) and participant observation in activities and events in 2017 and 2018, in which the women surveyed were present. From this, the analysis was based on the problematization of gender relations and the meaning of the work in relation to the rural women, observing which mechanisms made our interlocutors of the research constituted themselves as political leaders. We start from the discussion about productive and reproductive work in rural areas and then understand the meaning of leadership and political representation, permeated by the notion of identity, making us understand the intersectional relations from their plural identities. Another point of analysis runs through the networks and resistance strategies of Luciana and Zelide, in which we can perceive the trajectories that intersect with collective history at national and regional level in the period of redemocratization of the country after 1988, since they narrate , in its trajectories, the struggles and achievements made in the period. From this, the analysis of trajectories allowed us to recognize their processes of subjectivation before their constitutions as leadership, allowing us to understand issues that made them R-exist. In this sense, Luciana and Zelide formed as leaderships from the Catholic Church, the Rural Workers' Unions and ASSESOAR by Francisco Beltrão and a network of family support and friendships. As a theoretical perspective, we use the Decolonial Studies, which support us from concepts such as coloniality of knowledge / being / power, active subjectivity, colonial wound, territoriality among others, that strain us to reflect on the relations between colonized peoples, as in Latin America. From this perspective we observe the effects of modernity on women farmers and which mechanisms of resistance are built by subjects marked between what escapes and what approaches the logic of modernity, as well as the trajectories of Luciana, Zelide and so many other women farmers who held positions of political leadership.

Keywords: Peasant Women. R-existence. Genre. Trajectories. Decoloniality.

LISTA DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Itinerário de eventos e atividades (2017-2018)	35
Figura 1 – Divisão Política do Sudoeste do Paraná	31
Figura 2 – Cartilhas: “A História da ASSESOAR” e “25 Anos Construindo Alternativas Populares”	90
Figura 3 – Interior da cartilha “A História da ASSESOAR”	91
Figura 4 – Cartilha: “A mulher Agricultora”	107
Figura 5 – Cartilha “O Voto da Mulher Consciente”	110
Figura 6 – Relatório de Atividades do Projeto “Mulher, Cidadania e Direitos” da Comissão Sindical de Mulheres Trabalhadoras Rurais	112
Figura 7 – Imagens de divulgação das organizações das mulheres camponesas do Sudoeste do Paraná	121

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

AC	Análise de Conteúdo
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
CANGO	Colônia Agrícola Nacional General Osório
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CITLA	Clevelândia Industrial Territorial Ltda
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTRAF	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRESOL	Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FES	Fórum de Entidades do Sudoeste
FETAG	Federação de trabalhadores na Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores/as na Agricultura Familiar
INOFOCOS	Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
JAC	Juventude Agrária Católica
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MMA	Movimento das Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR- NE	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MMTR- RS	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
MPM	Movimento Popular de Mulheres
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NUMAPE	Núcleo Maria da Penha
ONG	Organização não-governamental
PR	Paraná
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na Agricultura Familiar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TL	Teologia da Libertação
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. PERCURSO METODOLÓGICO E ASPECTOS TEÓRICOS	22
2.1. As resistências de agricultoras/es familiares no sudoeste do paraná.....	27
2.1.1. Luciana e zelide: as interlocutoras diretas da pesquisa	32
2.1.2. Para além das entrevistas e documentos: o itinerário de eventos e atividades (2017-2018).....	34
2.2. A perspectiva feminista no processo de pesquisa	36
2.3.Os estudos decoloniais: embasamento teórico para compreender as resistências e questões de gênero nas trajetórias políticas de mulheres	38
3. O RURAL ENQUANTO ESPAÇO DE VIDA	45
4. AS MULHERES RURAIS: DO TRABALHO INVISÍVEL À LIDERANÇA POLÍTICA.	55
4.1. Na contramão do trabalho invisível: luciana(s) e zelide(s) que confrontam o trabalho “leve”	60
4.2. A liderança e representatividade política para mulheres: um olhar a partir da interseccionalidade	68
5. AS REDES DE RESISTÊNCIAS DE LUCIANA E ZELIDE	76
5.1. Trajetórias que falam de si ou da história das mulheres na região?	81
5.2. “Estávamos saindo da igreja para ir à luta”: igreja e sindicalismo no percurso das mulheres agricultoras	87
5.3.“ <i>O sindicato era como uma casa</i> ”: a liderança que se construiu com o afeto.....	102
6. AS SEMENTES DE SUAS LIDERANÇAS E RESISTÊNCIAS	116
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERENCIAS	134
Apêndice a – Roteiros das entrevistas	144
Apêndice b – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)	148

1. INTRODUÇÃO

Ao considerar o contexto das ruralidades e as relações de gênero nela imbricadas, constata-se que existe uma ampla gama de assuntos a serem abordados. Scott e Cordeiro (2006) assinalam como impossível analisar a lógica de organização de grupos domésticos que orientam a vida no campo, sem abordar a questão de gênero.

A lógica de organização do trabalho familiar no meio rural abarca o ciclo de produção e consumo que, segundo Chayanov (1981), é orientada pela composição demográfica dos diferentes ciclos de vida da família, levando em conta a diferenciação entre crianças, homens, mulheres e idosos. Neste aspecto, são atribuídas funções diferenciadas a cada membro da família, segundo o grau de penosidade dimensionado.

Nos termos de Wanderley (1996), a agricultura familiar pode ser entendida a partir da articulação do trabalho e dos meios de produção, tendo consequências fundamentais para o modo como ela se estrutura econômica e socialmente. As relações entre trabalho terra e família estão entrelaçadas, sendo a base para compreender as dinâmicas no meio rurale neste contexto, é necessário considerar as questões de gênero. Além disso, outro aspecto importante a ser considerado por Wanderley (2001) é a questão do rural não estar em um universo isolado ou autônomo, que, no entanto, possui particularidade e especificidades, constituindo modos de vida a partir de sua realidade histórica, cultural, social, ecológica e espacial, construindo referências identitárias, com grande diversidade e não sendo generalizado, se manifestando por meio das “identificações e das reivindicações na vida cotidiana” (WANDERLEY, 2001, p. 33).

Vários estudos têm se dedicado a pesquisar a divisão do trabalho na agricultura familiar considerando as atividades realizadas pelas mulheres (PAULILO, 1987; 2004; VAN DER SCHAAF, 2003; SALES, 2007; SILIPRANDI, 2011; BRUMER & ANJOS, 2008). Paulilo (2004) enfatiza que as mulheres e crianças aparecem enquanto membros não remunerados da família e, mesmo sabendo que os homens também não são remunerados em termos de “salários”, existem a diferenciação, pois são eles que controlam os aspectos econômico-financeiros. A autora também observou a diferenciação na classificação simbólica do trabalho, em que este é

considerado “leve” ou “pesado” a partir de quem o realiza, respectivamente, mulheres ou homens (PAULILO, 1987).

Anita Brumer e Gabriela dos Anjos (2008) ao estudar gênero e reprodução social na agricultura familiar percebem questões de exclusão das mulheres. As autoras ponderam que as jovens mulheres agricultoras, em geral, não são consideradas herdeiras da terra dos pais, pois esta é destinada aos filhos homens. Em razão disso, são as mulheres que mais migram para as áreas urbanas em busca de novas oportunidades de estudo e trabalho, ocorrendo assim, o esvaziamento do campo, ou nele permanecem, em maior número, a população masculina e celibatária (solteiros), criando um processo de masculinização.

Nesta perspectiva, é no estabelecimento das alianças matrimoniais que as mulheres acessam a terra, ou, quando solteiras, pela dependência que mantém com a terra do pai ou dos irmãos homens, considerados os “chefes de família”. No Brasil, até a Constituição Federal de 1988 as mulheres agricultoras, mesmo que intensamente envolvidas no trabalho agrícola, não eram reconhecidas enquanto “agricultoras”, sua identificação se dava como “do lar”. Em muitos casos, o seu trabalho é apenas considerado “ajuda” e raramente elas são reconhecidas enquanto “chefes” da unidade produtiva. Outro aspecto observado por autores e autoras do tema, sobre o processo de exclusão da sucessão e da partilha de terras para as mulheres é o “dote” e o “enxoval” (TAVARES DOS SANTOS, 1978; CARNEIRO, 2001; PAULILO, 2004; BRUMER & ANJOS, 2008), em que as filhas são presenteadas com bens materiais, como máquina de costura ou algum instrumento útil para as atividades domésticas ou até mesmo dinheiro. Deste modo, elas ficam excluídas da partilha de terras ou de serem reconhecidas enquanto futuras “sucessoras”, a não ser que se casem com um agricultor ou trabalhem junto com seus irmãos.

Ademais, existem outros estudos que analisam as questões de gênero na agricultura familiar, levando em conta os movimentos sociais e a construção de políticas públicas específicas para as mulheres no campo. Um dos exemplos é o estudo de Heredia e Cintrão (2006) que analisaram os avanços da educação, da infraestrutura e das condições de vida das mulheres no meio rural. As autoras observaram a importância dos movimentos sociais de mulheres rurais na reivindicação e construção das políticas públicas específicas para elas. Nesta

perspectiva, é importante lembrar o contexto histórico brasileiro do processo de redemocratização, que foi constituído pela inclusão de novos temas na agenda política, dentre os quais se inclui, desde o início dos anos de 1980, a problemática de gênero (FARAH, 2004). Assim, os movimentos sociais junto com a inclusão dos movimentos de mulheres ganharam visibilidade por meio da construção de políticas públicas que contemplaram e contemplam até hoje a questão de gênero.

Além das ações coletivas, há ainda, processos de resistências cotidianas (SCOTT, 2002), delineando as micro-resistências que também conformam o campo de luta das mulheres agricultoras, Scott (2002) irá retratar o campo das resistências cotidianas a partir de práticas não obrigatoriamente intencionais, sendo na maioria das vezes ações particulares, mas nem sempre individuais. Os exemplos de resistências cotidianas entre camponeses, citadas pelo autor, são ações que suavizam ou negam obrigações que são cobradas pelo Estado, proprietários de terra e bancos, como por exemplo, os impostos, renda, entre outros. É neste contexto que a pesquisa é proposta, buscando analisar as características de resistência em ações coletivas e cotidianas que mulheres agricultoras em lideranças políticas constroem para transformar seus modos de vida e, compreender como elas constroem e se reconstroem na região nas quais estão inseridas, analisando quais acontecimentos se fizeram importantes para suas trajetórias.

É neste contexto que a pesquisa é proposta, buscando analisar as características de resistência em ações coletivas e cotidianas que mulheres agricultoras, que se constituíram enquanto lideranças políticas, constroem para transformar seus modos de vida e, compreender como elas atuam na região na qual estão inseridas, analisando quais acontecimentos se fizeram importantes para suas trajetórias.

A partir desta perspectiva, um dos estudos que nos inspirou para compreender as trajetórias políticas de mulheres agricultoras que se tornaram lideranças – considerando as interligações entre as vivências e histórias sociais e políticas – é o de Paulilo e Silva (2016), intitulado “Memórias e trajetórias de Luci Choinacki -: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas”, no qual as autoras situam a trajetória dessa agricultora, que se tornou deputada estadual em Santa Catarina (entre os anos de 1987 até 2015) pelo Partido dos Trabalhadores (PT), considerando suas narrativas, histórias e memórias, associadas às lutas dos movimentos sociais. Neste estudo, as autoras afirmam que:

Compreender o importante lugar ocupado por Luci em nossa história recente implica necessariamente conhecer sua própria história, suas ideias, valores que defende e as causas pelas quais lutou e ainda luta. As memórias individuais, mais do que nunca, neste caso se interpenetram com as memórias coletivas, sociais (PAULILO & SILVA, 2016, p. 302).

Dessa forma, abordamos as trajetórias de duas mulheres agricultoras do Sudoeste do Paraná – Luciana Rafagnin e Zelide Possamai – que se tornaram lideranças e que exerceram e exercem a tarefa de representantes de movimentos sindicais de trabalhadoras/es rurais, de movimentos sociais e/ou associações, além de cargos de representantes eleitas no âmbito estatal (este último, exercido apenas por Luciana). Dessa forma, a noção de liderança política caminha no sentido de que tais mulheres foram e são representantes de grupos sociais, tornando-se referências públicas e que, além disso, puderam auxiliar nas tomadas de decisões a partir de seus cargos de lideranças. A noção de política, neste sentido, vai além da representatividade político-partidária ou em âmbito estatal e parlamentar. Buscamos reconhecer que a partir das lideranças destas mulheres, existem diversas ações que são políticas.

Neste contexto, é importante citar Dagnino (2002), quando analisa os limites e possibilidades na construção democrática no Brasil em articulação com a sociedade civil e os espaços públicos, na qual evidencia que além da qualificação técnica e política nestes meios, há a convivência com a multiplicidade de atores com ideias e interesses diversos. A autora evidencia que a pluralidade e legitimidade de atores sociais são requisitos tanto da convivência democrática, quanto dos espaços públicos e de conflito, nos quais ocorrem a argumentação, a negociação, a constituição de alianças e a produção de consensos enquanto possibilidades para os procedimentos fundamentais da participação política (DAGNINO, 2002). Estas questões se agravam em dificuldades enfrentadas frente ao embate de ideias para a construção de projetos políticos e políticas públicas, no entanto, a autora considera que a caracterização do confronto para a construção democrática é imprescindível.

É dessa forma que também se caracterizam os mecanismos de resistências nestes espaços, não só dos movimentos de mulheres rurais, mas de toda a participação civil em qualquer contexto político, no qual existe a pluralidade de

atores, concepções e interesses das organizações civis e dos movimentos sociais, que estão fora do âmbito estatal. As mulheres conseguem se organizar para chegar a uma representatividade política dentro e fora do Estado, visto também que a organização política de Estado é constituída dentro de um espaço– masculino, branco, heteronormativo, entre outras identificações, que caracterizam um local hegemônico que não inclui as diferenças e nem mesmo as mulheres em outras perspectivas.

Para tanto, os modos de resistências de movimentos sociais e organizações de mulheres rurais tentam se estruturar para que a representatividade seja posta de fato e não existindo apenas enquanto um “fragmento” ou deslocamento de concepções, técnicas ou saberes que o Estado não conseguiria dar conta. As participações políticas na construção de projetos democráticos devem acontecer de modo em que tais representatividades exerçam força junto ao Estado. Portanto, é neste sentido que a compreensão da representatividade política está situada no contexto de nossas interlocutoras da pesquisa.

A problemática da pesquisa centrou-se na análise das trajetórias de mulheres agricultoras em lideranças políticas, considerando a perspectiva de gênero. Buscamos ainda compreender como as mulheres agricultoras (nossas interlocutoras) se constituíram enquanto lideranças políticas, lançando o olhar sobre suas práticas e vivências no espaço público e privado, levando em conta as relações de gênero que os perpassam.

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa implicou em analisar a trajetória de duas mulheres agricultoras que atuam a partir de organizações da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná, buscando identificar como elas se constituíram enquanto lideranças políticas, levando em conta as relações de gênero e o desenvolvimento do território. Portanto, para desenvolver esta análise, os objetivos específicos foram: 1) conhecer as trajetórias de vida das agricultoras visando compreender como elas se constituíram enquanto lideranças políticas; 2) identificar as inter-relações de gênero que atravessam aspectos da vida privada e pública dessas mulheres; 3) identificar nas trajetórias, os processos de resistências enquanto mulher para se constituir e atuar como lideranças políticas; 4) analisar como o contexto regional do Sudoeste do Paraná influenciou as atuações das lideranças políticas e por elas foi influenciado.

Dessa forma analisamos os caminhos percorridos por Luciana Rafagnin e Zelide Possamai para construir e transformar seus modos de vida, considerando as resistências que elas produziram, consoante com sua identidade de gênero e de agricultora familiar¹, em contextos políticos. Além disso, a análise se aprofundou sobre as relações entre suas trajetórias e ações, e as relações que estas produziram no território onde elas vivem e atuam, e como a particularidade da região as afetou.

Uma das justificativas pessoais que está implicada na escolha do tema e na problemática de pesquisa é a minha própria trajetória de vida e acadêmica enquanto pesquisadora e ativista de assuntos que abarcam questões feministas e de gênero. Em minha formação em psicologia e nos demais espaços vivenciados, pude perceber contextos em que as diferenças provocam desigualdades e violências para vidas que são precárias em um mundo hegemônico, hierarquizado e padronizado (masculino, heterossexual, branco etc). Nesse sentido, acredito que o ato de pesquisar mulheres que vivem no campo e são lideranças políticas possa evidenciar que existem muitas maneiras que resistem ao que está posto e imposto em nossas condições de vida e na sociedade.

A partir deste pensamento, os Estudos Decoloniais e a perspectiva feminista foram aportes teóricos que orientaram a construção desta pesquisa, visto que ao analisar as trajetórias de mulheres agricultoras, é possível compreender as relações não hegemônicas que resistem ao processo colonizador e moderno, considerando as vivências de mulheres agricultoras, cujas identidades já indicam um espaço pelo qual, muitas vezes não se encaixam no padrão normatizador de ser/estar dentro do que se compreende pela lógica da modernidade que, no entanto, suas experiências são significativas, resistentes e merecem a visibilidade.

Neves e Motta-Maués (2013), ao apresentarem a primeira parte da coletânea *“Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos”* nos provocam ao questionarem sobre a invisibilidade destas mulheres: seria apenas uma invisibilidade social ou uma invisibilidade a partir das “cegueiras metodológicas” nas Ciências Sociais? Exaltando assim, que os trabalhos contidos na coletânea apresentada por elas, demonstram a necessidade de pesquisadoras e pesquisadores avançarem seus olhares da simples constatação que tais mulheres

¹Nesta dissertação utilizaremos ambas as expressões – mulheres agricultoras ou mulheres camponesas, visto que as trajetórias e identidades destas mulheres vão além de caracterizações dualistas entre as compreensões da agricultura familiar e do campesinato, assim como Wanderley (2004) demonstra. Este tema será abordado no capítulo três.

exercem o trabalho majoritariamente reprodutivo ou que não são visibilizadas. Para isso, são evidenciados os meios que as mulheres operam para resistir aos processos de subordinação e invisibilidade, como por exemplo, o processo de migração, que para as autoras, aparece enquanto mecanismos de descontinuidades de alguns “papéis” que são atribuídos às mulheres camponesas. Sendo assim, tais aspectos serão evidenciados na análise das trajetórias, que discutem, com aprofundamento, a questão das mulheres agricultoras e seus processos de resistências.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: após a introdução, apresentamos o capítulo dois sobre o percurso metodológico e os aspectos teóricos, delineando quais caminhos foram percorridos durante o processo de pesquisa, a partir dos procedimentos e instrumentos que foram utilizados, como por exemplo, a abordagem da pesquisa qualitativa a partir das narrativas orais, da pesquisa documental e da observação participante em atividades e eventos durante os anos de 2017 e 2018. Além disso, também é apresentada a descrição das nossas interlocutoras e da região do Sudoeste do Paraná e nas duas últimas seções, é abordada a perspectiva feminista no processo de pesquisa, compreendida a partir da visão parcial e dos saberes localizados (HARAWAY, 1995), bem como o embasamento dos Estudos Decoloniais, que foram utilizados para compreender a noção da colonialidade do saber/ser/poder que perpassam as trajetórias de Luciana e Zelide.

No capítulo três: “*o rural enquanto espaço de vida*” apresentamos a diversidade e complexidade do espaço rural. Como as mulheres pesquisadas partem de um espaço específico, que é a agricultura familiar, utilizamos este contexto enquanto ponto de partida para a análise, buscando compreender aspectos da trajetória das nossas interlocutoras que dão sentido ao meio rural enquanto espaço de vida, como salientado por elas durante as entrevistas, bem como, a apresentação de conceitos significativos deste meio, como por exemplo, agricultura familiar, campesinidade e identidades rurais.

No capítulo quatro: “*as mulheres rurais: do trabalho invisível à liderança política*” abordamos os modos de trabalho das mulheres no meio rural e a relação destes com a trajetória enquanto lideranças e representantes políticas. É neste capítulo que as seções: “*na contramão do trabalho invisível: Lucianas e Zelides que*

confrontam o trabalho "leve" e "Liderança e representatividade política para mulheres: um olhar a partir da interseccionalidade" foi utilizado para problematizar a noção de "visibilidade" e "invisibilidade" do trabalho das mulheres no espaço rural, bem como, compreender as relações de gênero neste contexto, abordando também o conceito da interseccionalidade para entender a representatividade de Luciana e Zelide a partir de suas identidades e como elas são operadas no enfrentamento das relações de opressão.

No capítulo seguinte analisamos as trajetórias, considerando as redes e estratégias de resistências durante a construção da liderança política de Luciana e Zelide. Neste capítulo, a seção: *"trajetórias que falam de si ou da história das mulheres na região?"* Apresenta como as trajetórias se cruzam com os acontecimentos históricos de lutas das mulheres no período em que nossas interlocutoras iniciaram suas lutas políticas (entre 1980 e 1990). Observamos que as narrativas das mulheres entrevistadas, ao mesmo tempo em que falam sobre suas trajetórias individuais, também contam as histórias coletivas, e assim, se evidencia como elas foram afetadas a partir de acontecimentos políticos locais, regionais e nacionais. E assim seguem as próximas seções, nas quais a participação e influência da Igreja Católica, do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) e de suas relações interpessoais e familiares foram moldando tanto suas experiências individuais quanto o percurso das lutas camponesas (em especial das mulheres) na região do Sudoeste do Paraná. Estes elementos são abordados nas seções: *"Estávamos saindo da Igreja para ir à luta": Igreja e sindicalismo no percurso das mulheres agricultoras* e *"O sindicato era como uma casa": a liderança que se construiu com o afeto*". Neste capítulo ocorreu a análise de documentos essenciais para compreender o contexto histórico da região em consonância com as suas trajetórias.

O capítulo seis apresenta alguns resultados das trajetórias de Luciana e Zelide no atual contexto regional. *"As sementes de suas lideranças e resistências"* aborda o Coletivo Regional de Mulheres do Sudoeste, o qual é fruto dos grupos de mulheres que existiam no período de 1980 e 1990, bem como representações e comparações (entre o contexto atual e o período inicial dos grupos de mulheres na

região) que são narradas tanto nas entrevistas, quanto nos encontros do coletivo e durante a oficina realizada pelo grupo de pesquisa Gênero, Juventude e Cartografias da Diferença – Artemis, em outubro de 2018. Por fim, são apresentadas as considerações finais desta pesquisa, a qual enfatiza a relevância de abordar as trajetórias de mulheres agricultoras e as relações que foram apreendidas a partir do contexto histórico nacional e regional de lutas políticas que se cruzam em suas trajetórias.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

O caminho percorrido na realização da presente pesquisa se deu a partir do método qualitativo, que para Minayo (2010, p.57) “se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, crenças, percepções, interpretações que pessoas fazem a partir de como vivem e constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”, na qual as histórias sociais são construídas e contadas pelos atores sociais. Esta tipologia metodológica permite também a compreensão das subjetividades humanas, bem como suas experiências e práticas as quais não podem ser quantificadas. Muylaert et al (2014) colocam que a partir da abordagem qualitativa, a postura crítica de quem pesquisa poderá ser desenvolvida a partir das qualificações dos aprofundamentos possíveis no processo da coleta dos dados, em uma constante busca ativa, e das observações em campo, sempre com a perspectiva de articular e enriquecer as informações buscadas, visto que o objeto da pesquisa será sempre um objeto construído.

Outro sentido que se dá ao caráter qualitativo desta pesquisa está baseado em como Creswell (2014) percebe a pesquisa qualitativa, a qual é significativa quando se tem a necessidade de uma compreensão profunda e detalhada da questão abordada, evidenciando que estas especificidades só podem ser estabelecidas nos momentos em que existe o diálogo direto com as pessoas, como por exemplo, as visitas em suas casas ou nos locais de trabalho, espaços que possibilitam a narrativa livre de suas histórias.

O desenvolvimento desta pesquisa de dissertação se deu por meio de etapas que se misturam no decorrer do processo, sendo elas: a fase de cunho exploratório, que se consistiu pela contínua revisão bibliográfica acerca da temática estudada, bem como, pela pesquisa documental junto a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) de Francisco Beltrão, em cuja biblioteca estão arquivados materiais, publicações, livros, atas, jornais, entre outros, de várias organizações populares da região Sudoeste do Paraná; a fase da pesquisa de campo, em que foram entrevistadas as duas mulheres agricultoras líderes políticas da região, bem como, fora realizada a observação participante em eventos, encontros e reuniões nos anos de 2017 e 2018, nos quais estas mulheres também participaram, a fim de compreender suas trajetórias. A última etapa constituiu no processo de análise dos documentos coletados na ASSESOAR, bem como a análise

dos dados e informações coletadas a partir das entrevistas e dos encontros no qual participamos com as mulheres.

Sendo assim, este processo de pesquisa foi realizado de maneira contínua e processual, de modo que foi possível explorar, coletar e analisar os dados de maneira em que os caminhos foram sendo traçados conforme os objetivos da pesquisa, utilizando como estratégia metodológica a triangulação, na qual um dos princípios para sua construção consiste no “discursivo complexo”:

(...) que comporta a associação entre conceitos e noções complementares e concorrentes, buscando combinar níveis de desenvolvimento teórico e prático diferentes das áreas disciplinares. Dentre as antinomias relevantes, encontram-se as relações entre o universal e o particular; entre o global e o local; entre o micro e o macro; entre o coletivo e o individual; entre o todo e as partes; entre a análise e a síntese; entre as relações cêntricas, acêntricas e policêntricas. (MINAYO, 2010, p. 367).

Nos documentos buscamos arquivos que conduzissem a compreensão da trajetória das mulheres agricultoras na região. A partir dos arquivos datados entre 1980 e 1998, foram selecionados seis documentos, sendo eles: duas cartilhas informativas de orientação e estudos para os grupos de mulheres da década de 1980 e 1990, duas cartilhas sobre a história e organização da ASSESOAR (1981 e 1991), um Folheto Informativo sobre o ato público do dia 8 de março, em celebração ao dia internacional da mulher (sem data documentada, no entanto, pela análise, pode-se atribuí-lo ao início de 1990) e um Relatório de Atividades da Comissão Sindical de Mulheres Trabalhadoras Rurais (1997). Outro documento analisado foi o material de divulgação do ato do dia 08 de março do ano de 2018, o qual serviu de base para a análise do folheto do dia 08 de março da década de 1990.

A pesquisa documental, para Oliveira (2007), se diferencia da pesquisa bibliográfica, pois esta última se baseia na busca de documentos de domínios científicos, como por exemplo, livros, periódicos, artigos, entre outros. Já a pesquisa documental busca por informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como por exemplo, cartas, fotografias, jornais, revistas, entre outros, sendo caracterizada por fontes primárias e assim, quem se utiliza do método irá realizar o “tratamento” das informações, por meio da análise dos dados.

Nesta pesquisa, a análise dos dados documentais ocorreu por meio da Análise de Conteúdo (AC), proposta por Bardin (1977, p.31) e que engloba “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Tal análise foi de cunho qualitativo, em que se levou em conta a presença ou ausência de atributos do

conteúdo, ou o conjunto destes atributos nas mensagens que serão analisadas (LIMA, 1993 *apud* CAREGNATO; MUTTI, 2006). De acordo com Bardin (1977) a técnica de análise de conteúdo se constitui por três fases: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados e interpretação destes.

A mencionada autora descreve a primeira etapa como a fase de organização, que pode utilizar vários procedimentos, tais como: leitura flutuante, hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação. Na segunda etapa os dados são codificados a partir das unidades de registro. Na última etapa se faz a categorização, que consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características comuns. Portanto, a codificação e a categorização fazem parte da AC (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p.683).

A busca dos documentos ocorreu a partir da referência aos nomes das agricultoras, bem como a busca por cartilhas utilizadas em cursos de formação de grupos de mulheres agricultoras, por elas coordenados, além de folhetos informativos que apontassem a participação das mulheres da região nos movimentos sindicais, na igreja ou na própria ASSESOAR. Após a seleção, codificação e categorização, os documentos foram utilizados também como referências para as abordagens feitas nas entrevistas, bem como na análise delas, enquanto ponto de partida.

A partir deste caminho de busca, levantamos algumas categorias que foram essenciais para a análise e, especialmente, para a abordagem da segunda entrevista com Luciana e Zelide, nos guiando a partir de elementos que foram destacados tanto nos documentos, quanto nas informações da primeira entrevista. Dessa forma, as categorias construídas foram a partir de “palavras-chave” que mais apareciam nos documentos analisados e nas primeiras entrevistas, sendo elas: Agricultora/mulher agricultora; Trabalho; Mobilizações, Liderança Política; Sindicato; ASSESOAR; Família; Igreja; Grupos de mulheres.

Foi a partir destas categorias, que os capítulos da dissertação foram se delineando, na qual os quatro capítulos seguintes se deu no seguinte modo: “O rural enquanto espaço de vida” para compreendermos a noção da campesinidade e da agricultura familiar no contexto de Luciana e Zelide; o capítulo “As mulheres rurais: do trabalho invisível à liderança política” que se consistiu na análise das questões de trabalho das mulheres rurais ligadas com a construção de lideranças políticas e mobilizações, a partir das experiências de Luciana e Zelide e do contexto geral das mulheres agricultoras. Quanto aos capítulos “As redes de resistências de Luciana e

Zelide” e “As sementes de suas lideranças e resistências”, as categorias “Sindicato; ASSESOAR; Família; Igreja e Grupos de Mulheres” foram sendo desdobradas a partir do aprofundamento da análise a partir dos documentos, das experiências de Luciana e Zelide e da observação participante nos eventos em que participamos no ano de 2017 e 2018.

A entrevista foi utilizada como um instrumento metodológico, a partir do qual as mulheres puderam explicitar suas trajetórias através de suas narrativas. As entrevistas foram feitas com base em um roteiro semi-estruturado, em que as entrevistadas tiveram a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão, sem se prender estritamente à indagação formulada (MINAYO, 2010). A autora citada salienta que a entrevista, como fonte de informação, fornece dados que tratam da reflexão das entrevistadas sobre suas vivências e subjetividades.

Os locais em que as entrevistas foram realizadas variaram de acordo com a disponibilidade das participantes, ora em suas residências, ora no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão (STR)², dependendo dos temas abordados. A quantidade e frequência de entrevistas foram convencionadas de acordo com os temas abordados e a disponibilidade de cada uma das participantes.

Minayo (2010, p.154) compreende que as histórias de vida enquanto perspectiva metodológica pode ser muito eficiente para “compreender o processo de socialização, a emergência de um grupo, a estrutura organizacional, o nascimento e o declínio de uma relação social e as respostas situacionais a contingências cotidianas.” Dessa forma é que, a partir de histórias individuais e dos processos de subjetivação, podemos compreender o meio social, os acontecimentos históricos e as estruturas de funcionamento de uma organização social.

A pesquisa com o foco em histórias e trajetórias de vida, como enfatiza Becker (1993, p.108) “pode ser particularmente útil para nos fornecer uma visão do lado subjetivo de processos institucionais muito estudados”.Assim, para que se possa analisar e compreender as trajetórias de vida destas mulheres é preciso considerar suas narrativas contadas em entrevistas, as quais, segundo Walter Benjamin, podem ser analisadas através de uma visão integrativa, considerando-as como maneiras de comunicação a partir da experiência e memória. Para o autor a narrativa “é uma forma artesanal de comunicação” (BENJAMIN, 1994, p. 205).

² Atualmente denominado Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na Agricultura Familiar – SINTRAF.

Em confluência com Benjamin, Dutra (2002, p. 373), ao considerar as narrativas, identifica sua característica oral, marcadas pelo “conselho”, no sentido de dar continuidade a uma história que se tece enquanto está sendo narrada. A autora enfatiza que – “[...] a narrativa, em vez de ser uma lembrança acabada de uma experiência, se reconstrói à medida em que é narrada”.

Rocha-Coutinho (2006, p.67) observa que a narrativa tem se demonstrado um importante instrumento nos estudos de gênero, o qual tem um papel de incorporar vidas, atividades e sentimentos, e assim, auxiliar na compreensão do passado e presente, afirmando que “ao falar, as pessoas constroem identidades, articulam suas experiências e refletem sobre o significado destas experiências para si”.

Quanto a análise das entrevistas, Muylaert et al (2014) declaram que há dificuldades de pesquisadoras/es para a escolha de técnicas e métodos que auxiliem na interpretação de narrativas, mas que apesar do domínio da técnica e do método, é necessário esgotar as possibilidades de análise, para que se “abram os sentidos”. Dessa forma, a técnica de análise escolhida foi a sistematização, buscando reconstruir os acontecimentos a partir da perspectiva das entrevistadas, da forma mais direta possível (FRITZ SHUTZE, 1977, *apud* JOVCHELOVITCH & BAUER, 2002). Conforme as autoras, os passos para a análise são os seguintes: 1) transcrição detalhada do material; 2) divisão do texto em “material indexado” e “material não-indexado”, na qual o primeiro possui referência concreta e as não-indexadas expressam juízos, valores, “sabedoria da vida”, podendo ser de dois tipos: descritivas ou argumentativas; 3) usa-se todos os componentes indexados para analisar o ordenamento dos acontecimentos, chamado de “trajetórias”; 4) Análise das dimensões não-indexadas do texto, denominadas “análise do conhecimento”; 5) compreende o agrupamento e comparação entre as trajetórias individuais; 6) comparação de casos, trajetórias podem ser colocadas dentro do contexto e semelhanças são estabelecidas, permitindo também a identificação de trajetórias coletivas.

O processo de construção desta pesquisa, como dito anteriormente, se deu de modo contínuo, em que o “campo” de pesquisa foi se entrelaçando a partir de um itinerário dos eventos durante os anos de 2017 e 2018, do agendamento de encontros com as mulheres entrevistadas, da busca documental nos arquivos da ASSESOAR e também da participação em reuniões e encontros com outras mulheres camponesas que fazem e/ou fizeram parte de entidades representativas

da região. Nestas reuniões, atos e oficinas, das quais participamos, pudemos realizar a observação participante para entrelaçar as informações coletadas com as entrevistas. Dessa maneira, foi possível construir as análises a partir de narrativas das mulheres, da busca de leituras acadêmicas, da coleta de documentos e da participação nos eventos.

Por fim, esta pesquisa, por envolver diretamente seres humanos, foi encaminhada para o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Em razão de tal cuidado ético, ressaltamos o fato de que, para cada participante, foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que segue no apêndice B.

2.1. As resistências de agricultoras/es familiares no sudoeste do paraná

Nesta pesquisa, os espaços das entrevistas e da observação participante estavam interligados com o caminho percorrido pelas lideranças, ou seja, foram realizadas em espaços privados, públicos e/ou políticos que se tornaram importantes nas trajetórias das mulheres entrevistadas, como suas casas nas unidades familiares da agricultura familiar, o Sindicato de Trabalhadores Rurais e a ASSESOAR, localizados em Francisco Beltrão - Paraná.

Foi também por meio deste caminho que analisamos as relações com o lugar onde essas mulheres exerceram liderança política, podendo perceber, a partir de suas experiências e representatividade, quais as interferências, mudanças ou transformações que aconteceram em seus locais de vivência, ou como tais lugares e espaços as modificaram. Deste modo, é necessário contextualizar o critério de escolha das mulheres, bem como, a região do Sudoeste no contexto das lutas políticas a partir da construção do STR e da ASSESOAR, nos quais fizeram parte de um contexto histórico das resistências das lutas camponesas no Sudoeste do Paraná e sendo também espaços nas quais as auxiliaram para exercerem liderança.

Até o início do século XX, a região do Sudoeste do Paraná era ocupada por caboclos e indígenas (Kaingang e Guarani) e caboclos/mestiços, que foram subalternizados, quando não eliminados de suas terras pela migração de camponeses fomentada pelo Estado, para a instalação de descendentes de povos

européus. No entanto, sendo uma população camponesa empobrecida, esta também foi explorada pela lógica do poder colonial, mesmo possuindo alguns privilégios que marcam o racismo estrutural de Estado (política de branqueamento da população), que estabelece as diferenças com a população indígena e cabocla. Posteriormente, através do projeto de colonização do governo de Getúlio Vargas denominado “Marcha para o Oeste”³, instalaram-se ali camponeses oriundos dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

O histórico de resistências políticas de agricultores nesta região é reconhecido desde o acontecimento da Revolta dos Posseiros/ Colonos, em que ocorreu a disputa de terras, na qual as famílias camponesas, com apoio de comerciantes lutaram por terras contra grandes empresas colonizadoras, como a Clevelândia Industrial Territorial Ltda. (CITLA), que estavam se apropriando da região com o apoio do governo estadual. Esta revolta ocorreu em outubro de 1957, a partir de um conflito aberto, no qual as famílias camponesas conseguiram a posse das terras (BATTISTI, 2006).

As organizações, tal como a ASSESOAR, emergiram da movimentação que conduziu à vitória dos posseiros e à titulação das terras. Historicamente, a ASSESOAR e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão – que surgiu a partir da formação de um Sindicato Regional -, auxiliaram na construção do sindicalismo rural na região, com grande movimentação após a Revolta dos Posseiros em 1957, sendo que ambas as organizações tem a finalidade de apoio e assistência aos agricultores (SCHMITZ, FERNANDES & SANTOS, 2012). Em meados dos anos 1960, no período da ditadura militar, tais organizações se tornaram mais resistentes, realizando processos reivindicatórios, em busca de direitos aos agricultores e não apenas em níveis assistencialistas.

A ASSESOAR é composta por agricultoras/es familiares associados em vinte e seis municípios da região, constituindo-se juridicamente enquanto uma Organização Não Governamental (ONG) com objetivos de contribuir para gerar, sistematizar e difundir propostas organizativas e de formação para o

³ O projeto “Marcha para o Oeste” teve a intenção de tornar a região Norte e Oeste do país áreas mais povoadas e produtivas de alimentos e matéria-prima. Nesse período, a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) foi criada no Sudoeste do Paraná e foram concedidos lotes de terras, ferramentas e orientação para o trabalho com a terra às famílias migradas para a região que, chamados de colonos, viviam da produção de alimentos, da extração da erva-mate, da madeira e da criação de suínos (CATTELAN & CASTANHA, 2016).

desenvolvimento, focadas no fortalecimento de organizações e movimentos sociais populares, juntamente com ideais de sustentabilidade. Em outras palavras, a ASSESOAR: “aposta na força política e na capacidade de negociação das organizações e movimentos sociais populares do campo e da cidade para que as propostas impactem as políticas públicas na perspectiva da democratização” (CALEGARI & DUARTE, 2006, p.4). Outra característica desta organização é a potência de participação de mulheres nas estratégias de ação e articulações em todas as instâncias, promovendo frequentemente o debate de gênero.

Abrão e Santos (2010) afirmam que o sindicalismo rural em Francisco Beltrão, iniciou-se a partir dos conflitos sociais consequentes da política de expansão da fronteira, que no Sudoeste do Paraná ocasionou a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) em 1943. Assim, Schmitz, Fernandes e Santos (2012), afirmam que o Sindicato de Trabalhadores Rurais no município foi fundado oficialmente em 1963, com 504 sócios, com grande influência da Igreja Católica, e com o público majoritário masculino, sendo que das 108 assinaturas para a fundação do sindicato, apenas uma era de mulher. Os STR's na região se constituem historicamente a partir de quatro fases diferentes, nas quais Abrão e Santos (2010) ao coletarem dados obtidos em entrevistas com agricultoras e dirigentes sindicais, evidenciam da seguinte forma: Sindicato assistencialista (1975); Sindicato Combativo; Sindicalismo de Mobilizações e o Sindicalismo Propositivo.

Atualmente o chamado STR de Francisco Beltrão passou a ser mencionado enquanto Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na Agricultura Familiar – SINTRAF⁴, modificando sua nomenclatura de STR, que abarcava “trabalhadores rurais” para SINTRAF, abarcando também a categoria dos “trabalhadores na Agricultura Familiar”, sendo aprovada em assembleia e registrada em ata no dia 21 de fevereiro de 2018. Tal modificação aconteceu perante a atual conjuntura política (necessidade de fortalecimento da categoria da agricultura familiar), da necessidade de atualização em termos burocráticos e além do município ter a maior representatividade de agricultores familiares, do que trabalhadores rurais

⁴O SINTRAF também é vinculado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

assalariados. Apesar disso, nesta dissertação, mencionaremos o sindicato a partir da nomenclatura STR, visto que esta fase de transição se apresentar em um momento muito recente.

Segundo Borba & Fabrini (2016) a participação das mulheres rurais em espaços públicos de Francisco Beltrão passou a ser mais intensa no âmbito do STR a partir do ano de 1978, iniciando com a discussão sobre seus papéis para além da rotina doméstica. Antes disso, a discussão e participação também estava ocorrendo na ASSESOAR, sendo esse um espaço e local de grandes manifestações por parte de mulheres rurais, as quais no decorrer dos anos foram criando uma maior visibilidade de seu protagonismo na agricultura. É importante ressaltar que após esta época o diálogo da participação feminina iniciou em mais dez municípios da região Sudoeste, construindo aos poucos uma rede de organização política, em que as mulheres estavam se integrando (SCHMITZ, FERNANDES & SANTOS, 2012).

Para melhor caracterização da região, segue o mapa que identifica a composição geográfica e divisão política dos municípios do Sudoeste definidos, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2012), a partir de uma mesorregião composta por três microrregiões, sendo a microrregião geográfica Capanema, o qual compõe os municípios: Ampére; Bela Vista da Caroba; Capanema; Pérola d'Oeste; Planalto; Pranchita; Realeza e Santa Izabel do Oeste; a microrregião geográfica de Francisco Beltrão: Barracão; Boa Esperança do Iguaçu; Bom Jesus do Sul; Cruzeiro do Iguaçu; Dois Vizinhos; Enéas Marques; Flor da Serra do Sul; Francisco Beltrão; Manfrinópolis; Marmeleiro; Nova Esperança do Sudoeste; Nova Prata do Iguaçu; Pinhal de São Bento; Renascença; Salgado Filho; Salto do Lontra; Santo Antônio do Sudoeste; São Jorge d'Oeste; Verê e por fim, a Microrregião Geográfica Pato Branco, compondo com as cidades: Bom Sucesso do Sul; Chopinzinho; Coronel Vivida; Itapejara d'Oeste; Mariópolis; Pato Branco; São João; Saudade do Iguaçu; Sulina e Vitorino.

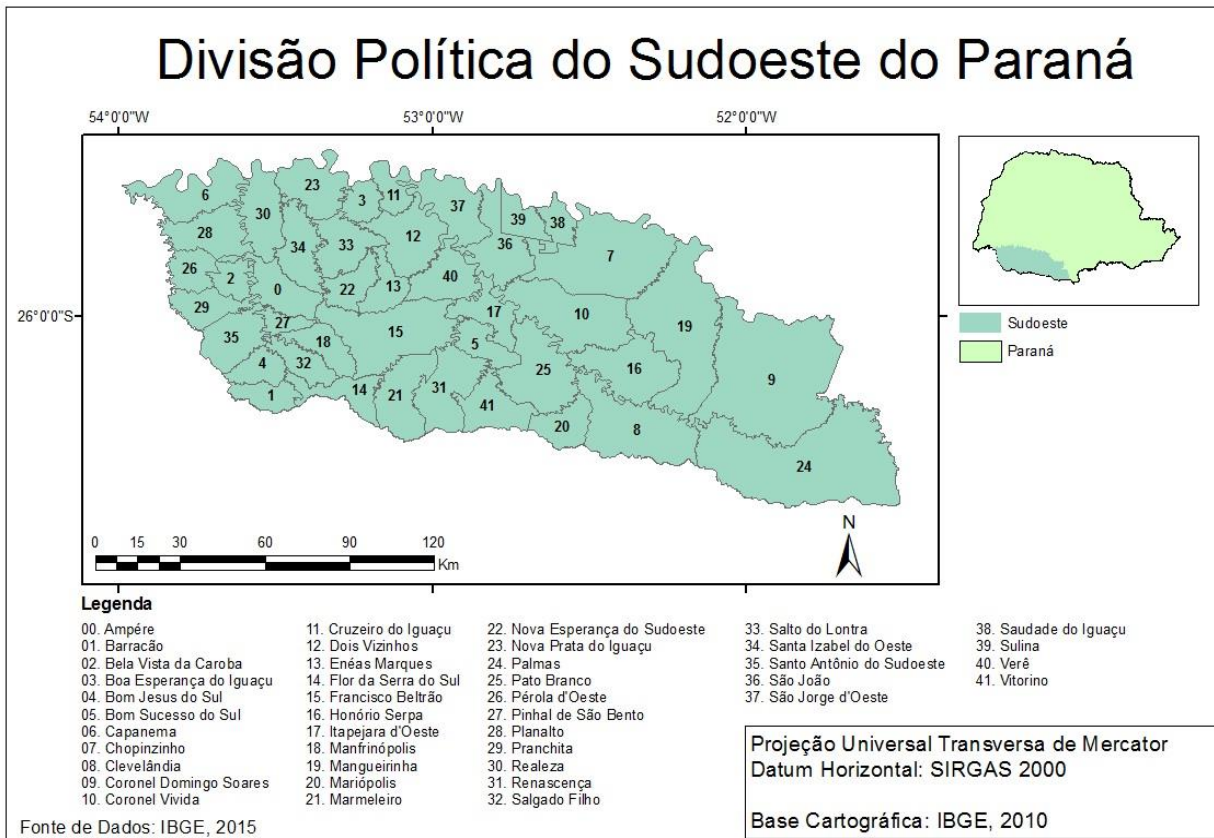


Figura 1 - Divisão Política do Sudoeste do Paraná. Fonte: IBGE, 2015. Organização: Eduardo Jackoski Miglioranza, 2015.

A partir desta base cartográfica, na qual se organiza a partir da divisão do Sudoeste do Paraná, podemos observar o contexto geográfico dos municípios, sendo que o município de Francisco Beltrão, o qual consta na legenda o número 15, é onde está localizada a ASSESOAR e também era o município onde o STR regional foi construído, antes de desmembrar para cada sindicato municipal. Além disso, podemos observar um panorama geral por onde as lideranças das mulheres pesquisadas percorreram pela região, na qual o município de Francisco Beltrão também foi a “sede” para suas ações políticas, que, no entanto, percorriam e faziam articulações com toda a região, visto que as coordenações de mulheres da comissão sindical eram baseadas em “Coordenadora Estadual”/ “Coordenadora Regional”/ “Coordenadora Municipal” “Coordenadora em cada comunidade dos municípios”.

2.1.1. Luciana e Zelide: as interlocutoras diretas da pesquisa

A escolha das duas⁵ mulheres entrevistadas foi pensada e definida à priori, pelo fato de serem lideranças políticas na região Sudoeste do Paraná, para que pudéssemos compreender as especificidades locais de suas atuações. Dessa forma, foi feito o convite para a participação da pesquisa e que foi, gentilmente, aceito por ambas. Em seguida, descrevemos alguns aspectos importantes de suas trajetórias:

Luciana Guzella Rafagnin nasceu em Mariano Mouro, no Rio Grande do Sul no ano de 1965 e com três anos de idade sua família foi morar em Francisco Beltrão. Nasceu no meio rural, assim como seus pais, que apesar de no início não possuírem terras, também foram agricultores. A sociabilidade de Luciana, quando criança, foi permeada pela vida na roça e pelos encontros na igreja (que sempre ocupou um lugar central nas vivências das famílias agricultoras na região). Foi na juventude que Luciana entrou em contato com as questões sindicais e da igreja na comunidade em que morava, conhecendo seu companheiro e juntos passaram a se dedicar a militância política, o que os fortalecia para continuar suas atividades.

A partir de seu histórico de participações em movimentos de agricultoras/es e das organizações citadas anteriormente, foi eleita duas vezes ao cargo de vereadora de Francisco Beltrão (1993- 1996; 1997-2000), concorrendo também à Prefeitura do município (2000). Ainda na cidade, já foi a 2^o secretária do STR e Coordenadora da Comissão Sindical de Mulheres do Sudoeste no final de 1980 e início de 1990.

Em 2000, apesar de não vencer as eleições municipais em Francisco Beltrão (candidata à prefeita), assumiu o cargo de deputada estadual do Paraná (2001 – 2002) no lugar de Péricles Holleben Mello, que na época, havia sido eleito prefeito em Ponta Grossa, e então Luciana era a sua suplente. Em 2002, elegeu-se deputada estadual (53.339 votos), reeleita em 2006 (37.966 votos) e 2010 (54.277 votos). Foi eleita novamente no ano de 2018 para a gestão 2019-2022 com 30.931 votos. Resende (2009) ao relatar sobre a trajetória analisar da Luciana, comenta que ela é defensora das causas da agricultura familiar, da saúde, educação e dos direitos das mulheres. Em sua trajetória enquanto deputada estadual, ela fez parte de diversas comissões, a saber: Terras, Imigração e Colonização; Saúde Pública e

⁵ No projeto de pesquisa, a intenção era trabalhar com trajetórias de três mulheres que foram escolhidas a priori, no entanto, a terceira mulher: Maria Eloni Agnes mora atualmente em Campo Mourão – PR, e como a distância dificultaria nossos encontros, nós decidimos entrevistar somente Luciana e Zelide.

da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. Durante o período desta pesquisa, ela participou da direção da ASSESOAR, do STR de Francisco Beltrão e da Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (FETRAF-Sul) – na qual coordenou o núcleo de Mulheres do estado do Paraná.

Zelide Cattelan Possamai nasceu no ano de 1953 na cidade de Joaçaba, em Santa Catarina, migrando quando criança com sua família, para Francisco Beltrão/PR, em busca de melhores condições de vida. Chegando à região Sudoeste, seus pais se instalaram na cidade que então se constituía, trabalhando no espaço urbano e só depois foram morar no meio rural. Foi nessa ida ao campo que Zelide afirma ter “*se encontrado*”, pois foi ali que obtiveram melhores oportunidades de vida. A socialização da infância de Zelide foi atravessada pela militância de seu pai, que segundo ela, foi um dos primeiros a se associar quando surgiu o STR de Francisco Beltrão. Para ela a liderança e a militância política devem ‘ser de sangue’, referindo que desde pequena escutava seu pai contando sobre as reuniões e lutas sindicais. Também em seu caso a Igreja ocupa um lugar importante na sua socialização e de sua família, tendo sido, desde jovem muito ativa no meio religioso em sua comunidade, atuando, inclusive, como catequista.

Ela é agricultora, eleita e reeleita presidente do STR em Francisco Beltrão, do ano de 1993 até 2000. É importante ressaltar que, após sua liderança, o STR obteve a sequência de presidências comandadas por mulheres: Terezinha Sukenske (2000 a 2007), Daniela Celuppi (2007 a 2013) e Cristiele P. Steimbach (2013 a 2017) (BORBA & FABRINI, 2016). Também participou das lutas, junto com outras mulheres agricultoras da região, para a obtenção de direitos básicos, como a obtenção de Carteira de Identidade (RG) Cadastro de Pessoa Física (CPF), o nome no bloco do produtor rural⁶, visando acessar direitos como a previdência social.

Luciana e Zelide possuem trajetórias políticas dentro do STR e da ASSESOAR desde meados dos anos de 1980 e foram se constituindo enquanto lideranças políticas a partir da representatividade nas direções, cargos de

⁶O bloco do produtor rural é um documento (nota fiscal), utilizado principalmente para comprovar o trabalho no meio rural, para que os agricultores e agricultoras possam contribuir para o INSS e receber sua aposentadoria e outros direitos trabalhistas. Esse documento é obrigatório para acompanhar os produtos que são vendidos ou transportados.

presidência, coordenações regionais, formadoras de grupos de mulheres, etc. Enquanto Zelide participou em grupos nas comunidades rurais a partir da Coordenação Regional dos STR's e especificamente da Coordenação de mulheres, sendo também presidente do STR de Francisco Beltrão por dois mandatos e integrante do Conselho Diretor da ASSESOAR; Luciana dedicou a sua representatividade ao âmbito político-partidário, além de também participar da Coordenação Regional de Mulheres na década de 1980 e 1990 e retornar com a Coordenação nestes últimos anos a partir da FETRAF.

2.1.2. Para além das entrevistas e documentos: o itinerário de eventos e atividades (2017-2018)

A proposta inicial da pesquisa foi realizar entrevistas com as mulheres selecionadas a priori, bem como efetuar a pesquisa documental. No entanto, no decorrer dos encontros, Luciana nos convidou para participar do Coletivo Regional de Mulheres do Sudoeste do Paraná, que foi reativado em agosto de 2017 na ASSESOAR após alguns anos sem atividades. A partir deste convite, conseguimos incluir a observação participante, com o uso do diário de campo, o que foi importante e nos auxiliaram a melhor compreender as trajetórias de Luciana e Zelide, bem como suas articulações com os espaços onde exercem lideranças políticas e suas conexões com as mulheres agricultoras na região.

Além disso, em outubro de 2018 realizamos uma oficina de memórias e narrativas junto com o grupo de pesquisa: Gênero, Juventude e Cartografias da Diferença – (Artemis) da UTFPR – Pato Branco, para as mulheres agricultoras no III Ciclo de Debates Mulheres na Sociedade Contemporânea e I Encontro de Gênero, Corpo e Diversidade promovido pelo grupo de pesquisa Gênero, Corpo e Diversidade na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), no campus de Francisco Beltrão. Neste encontro também participaram nossas interlocutoras Luciana e Zelide, que narraram suas trajetórias junto com suas companheiras de luta a partir de objetos por elas trazidos.

A observação participante e o diário de campo dos eventos foram elementos que nos auxiliaram nas entrevistas com Luciana e Zelide e para a análise de suas trajetórias. Além disso, a observação participante nos permitiu que tivéssemos maior

proximidade, podendo compartilhar e atuar em conjunto com as mulheres. Sobre esta questão Schwartz e Schwartz (1955, p. 355 apud MINAYO, 2010) expõe que, além da coleta de dados em situações sociais, ao mesmo tempo que a observadora faz parte do contexto de observação, também modifica e é modificada por este contexto. Nesse sentido, salientamos que tais interações entre pesquisadora e interlocutoras ocorreram nas reuniões do Coletivo Regional de Mulheres, ocorridas na ASSESOAR, bem como na oficina realizada pelo grupo Artemis com as mulheres agricultoras da região.

No quadro 1 apresentado a seguir, foi traçado o itinerário percorrido durante a pesquisa, a fim de demonstrar as atividades que realizamos, buscando dados para elaborar a análise e escrita da dissertação. O quadro contém os temas dos encontros, as datas e as observações. Durante a escrita e análise desta pesquisa, este itinerário foi essencial para que pudéssemos compreender, de modo mais aprofundado, as trajetórias de Luciana e Zelide, adentrando o universo da liderança e da representatividade destas mulheres na região.

	Tema do encontro/atividade	Data	Observações
1	Encontro com Luciana	15/05/2017	Apresentação dos objetivos da pesquisa e convite para participação. Local: café ao lado da Unioeste. Após este encontro, Luciana nos convidou para participar das reuniões do Coletivo Regional de Mulheres do Sudoeste do Paraná.
2	8º Encontro Interestadual de Mulheres Rurais	20/10/2017	Evento com a participação de Luciana. Local: Centro de eventos Marabá/ Francisco Beltrão.
3	Reunião na ASSESOAR com o Coletivo de Mulheres	08/11/2017	Participação da segunda reunião do Coletivo Regional de Mulheres do Sudoeste do Paraná. Local: ASSESOAR. Foi realizada observação participante e registro em diário de campo.
4	Reunião na ASSESOAR com o Coletivo de Mulheres	12/12/2017	Participação da terceira reunião do Coletivo de Mulheres do Sudoeste do Paraná. Local: ASSESOAR. Foi realizada observação participante e registro em diário de campo.
5	1º Visita à biblioteca da ASSESOAR	02/03/2018	Coleta de materiais e documentos.
6	Ato de celebração do dia internacional da mulher, no dia 08 de março, em Francisco Beltrão.	08/03/2018	Participação no ato do dia 08 de março organizado pelo Coletivo Regional de Mulheres do Sudoeste do Paraná. Observação participante e registro em diário de campo.

			Local: passeata pelas ruas centrais da cidade e Unioeste/ Francisco Beltrão.
7	2ª Visita à biblioteca da ASSESOAR.	09/03/2018	Coleta e seleção de materiais e documentos.
8	Primeiro encontro com Zelide.	16/03/2018	Apresentação dos objetivos da pesquisa e convite para participação. Local: STR/ Francisco Beltrão.
9	1ª entrevista com Luciana após aceite do CEP.	17/05/2018	Entrevista gravada e transcrita com Luciana. Local: STR/Francisco Beltrão.
10	1ª Entrevista com Zelide após aceite do CEP.	08/06/2018	Entrevista gravada e transcrita com Zelide. Local: em sua casa.
11	2ª Entrevista com Zelide.	12/07/2018	Entrevista gravada e transcrita com Zelide. Local: STR/Francisco Beltrão.
12	Participação do evento da plataforma de políticas para mulheres- CUT.	18/09/2018	Evento com participação de Luciana - Campanha eleitoral. Observação participante e registro em diário de campo. Local: Associação dos Professores do Paraná – APP, em Francisco Beltrão.
13	Oficina: Narrativas de mulheres agricultoras.	31/10/2018	Realização de oficina na Unioeste organizado pelo grupo de pesquisa Artemis. Local: Unioeste/ Francisco Beltrão. Observação participante e registro em diário de campo.
14	2ª Entrevista com Luciana.	17/11/2018	Entrevista gravada e transcrita com Luciana. Local: em sua casa.
15	Jantar na comunidade de Zelide.	17/11/2018	Participação do evento festivo na comunidade de Zelide. Luciana também compareceu.
16	Oficina de organização das fotos, materiais e documentos das mulheres agricultoras no STR/Francisco Beltrão.	18/12/2018	Evento fruto da oficina de narrativas realizada pelo grupo de pesquisa Artemis. Organizado pelas agricultoras que participaram da oficina e STR/ Francisco Beltrão. - Participação do grupo de pesquisa Artemis.

Quadro 1- Itinerário de eventos e atividades (2017-2018)

2.2. A perspectiva feminista no processo de pesquisa

Para analisar as trajetórias destas mulheres agricultoras, fizemos uso da metodologia feminista enquanto lente crítica de análise e compreensão. Chantler e Burns (2015) descrevem que uma das características das metodologias feministas é ressoar as “vozes” e experiências de mulheres, com o cuidado de que , quando se

ênfatiza uma voz ou outra, podem-se silenciar diversas outras experiências, e, para isso não ocorrer, seria necessário o viés da “diferença” e da interseccionalidade. Dando atenção à este aspecto, consideramos que estamos partindo de uma perspectiva parcial e de um saber localizado, em que os sujeitos são múltiplos, sendo a tradução sempre interpretativa, crítica, parcial, não homogênea e marcada por posicionamentos não neutros, (HARAWAY, 1995). Conforme a autora,

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo". A observação é paradigmaticamente clara nas abordagens críticas das ciências sociais e humanas, nas quais a própria agência das pessoas estudadas transforma todo o projeto de produção de teoria social. (HARAWAY, 1995, p. 36)

Nesse sentido, o processo de construção desta pesquisa, não se constituiu com atividades fixas e formais de produção científica, mas sim a partir da agência dos acontecimentos. Não desejamos reforçar a lógica de uma Ciência utilitária (KUHN, 2000), pautada em mecanismos de poder, do capitalismo ou de uma verdade racional hegemônica. A perspectiva feminista enquanto aparato metodológico consiste em posicionamentos que contesta a ideia de um fazer científico com leis universais cartesianas, propondo uma construção de ciências que sejam feitas a partir de saberes localizados e múltiplos. Nossa proposta, a partir de metodologias feministas, parte de posicionamentos que contestam a base da ciência normal, a qual se pauta na simplificação, normalidade e estabilidade para o fazer científico, se encarregando da redução, disjunção e compartimentalização (KUHN, 2000).

O percurso foi se construindo durante a pesquisa, desde o momento em que entramos em contato com as mulheres, seguimos um fluxo de eventos e atividades, e pudemos também localizar documentos históricos com registros das atividades realizadas por elas no final dos anos de 1980 e no início da década de 1990, articulando estes conhecimentos às entrevistas e conversas informais. Nossa prioridade, nesta pesquisa, não foi buscar um grande número de histórias de mulheres agricultoras do Sudoeste do Paraná, mas sim, seguir o itinerário das trajetórias de Luciana e Zelide, que nos permitiram percorrer outros espaços e

caminhos de sua liderança política e das alianças construídas com outras mulheres agricultoras na região.

Dessa forma, o acesso a partir delas nos fez traçar caminhos a partir de seus olhares, um olhar “parcial”, a partir de suas vivências e experiências relacionadas tanto à liderança política, quanto à suas identidades como mulheres, “agricultoras/camponesas”, mães etc. Em cada encontro ou evento, pudemos conhecer características em diferentes de suas trajetórias. Além disso, o olhar parcial também remete ao nosso olhar enquanto pesquisadoras, o qual não se dá na neutralidade, visto que ao tentar dar sentido e compreensão à problemática da pesquisa, ao instigar novas possibilidades ou hipóteses, também estamos utilizando de lentes da visão dupla, crítica e da tradução, assim como Haraway (1995) menciona.

Luciana e Zelide, não podem ser reduzidas a uma única identidade, mas sim serem compreendidas a partir de olhares parciais e múltiplos. Apesar de nossos objetivos científicos ter as especificidades para traçar suas trajetórias enquanto lideranças políticas, esta perspectiva nos dá amparo para compreender suas narrativas, memórias, posicionamentos em reuniões, documentos, eventos, oficinas, reuniões familiares, entre outros, os quais estão posicionados a partir de lugares particulares e próprios.

2.2.1. Os estudos decoloniais: embasamento teórico para compreender as resistências e questões de gênero nas trajetórias políticas de mulheres

Nesta dissertação, buscamos compreender as resistências e as questões de gênero a partir dos Estudos Decoloniais,⁷ que permitem problematizar as questões de gênero que atravessam a modernidade. A teoria decolonial parte da análise de uma trilogia entre modernidade, capitalismo e colonialismo (DUSSEL, 2005), que se inaugura com o acontecimento da “descoberta da América” em 1492. É a partir desse marco que se institui o sistema-mundo moderno (WALLERSTEIN, 2001), pautado em um padrão mundial de poder, estabelecido pela colonialidade do poder,

⁷ Utilizamos o termo decolonial e não descolonial, que provoca uma designação enquanto postura e posicionamento de atitude contínua, na qual podemos identificar, visibilizar e colocar os “lugares” exteriores e as construções alternativas e não apenas (des)fazerem-nos do colonial (Walsh, 2002).

do saber e do ser. Neste contexto, relações estão marcadas pela exploração e dominação do trabalho, da natureza e do sexo, pela separação hierárquica entre humanos e não humanos, em que indígenas ameríndios e povos africanos não foram considerados seres e, portanto, seus territórios foram apropriados pelo ser universal: branco, europeu, cristão, nobre ou burguês. Além disso, a colonialidade do saber estabeleceu a ciência moderna como o ponto zero (CURIEL, 2016) em detrimento de um conjunto de saberes dos povos que foram colonizados.

Relatar sobre a modernidade é um desafio que se estende para diversas questões complexas, que exigem uma compreensão do contexto da produção do conhecimento no decorrer da história, caracterizada por inúmeras classificações e interpretações acerca da realidade.

Giddens (1991) e Beck et al. (1995) escrevem sobre a modernidade reflexiva sob um viés crítico, considerando o advento da sociedade de risco, pelos danos causados pela ação humana no processo de modernização, enfatizando os desastres ambientais, políticos e financeiros ocorridos na Europa, que fazem com que a epistemologia da ciência moderna esteja em declínio e em risco. Além disso, analisam as possibilidades e os efeitos de uma sociedade reflexiva, tanto no campo individual quanto no das subpolíticas e dos movimentos sociais. Para Giddens (1991), conforme as instituições sociais foram se fortalecendo na modernidade e criando a sensação de segurança, houve efeitos colaterais como, por exemplo, as consequências ambientais ou o uso desproporcional do poder político. Diz Beck (2003, p. 130), “a pobreza é hierárquica a poluição não”, os riscos da modernização são imanentes à globalização, pois cedo ou tarde quem produziu os riscos (poluição, contaminações, etc) também será atingido - efeito bumerangue.

No entanto, os perigos sociais e ambientais citados acima são experiências especialmente eurocêntricas que passaram pelo processo de forte industrialização e pelas consequências de desastres ambientais a exemplo de Chernobyl, da chuva ácida, entre outros. Como alerta Acselrad (2009), essa generalização de que a “humanidade” sofre as consequências socioambientais da modernidade, encobre o entender a partir de como e onde as pessoas vivem concretamente. Diz o autor que são para os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder que tais consequências são mais nefastas.

Para entender a modernidade, portanto, é preciso remetê-la ao acontecimento do colonialismo, que teve início no século XVI, da “descoberta” e da

criação da América, em que se estabelece o que Wallerstein (2001) denominou como sistema-mundo moderno, no qual a Europa se constitui como centro do poder mundial. Os europeus introduziram a classificação racial dos povos, produzindo a colonialidade do poder, do saber e do ser, marcada pelas concepções raciais, de gênero e classe inauguradas com o colonialismo, mas que se reproduzem mesmo após as independências dos países colonizados (QUIJANO, 2005).

O racismo desumanizou os seres que foram (e são) classificados como “selvagens” e destruiu grande parte das formas de vida dos povos não europeus. Assim, o poder colonial racializou os corpos e o trabalho e reservou para os indígenas e os negros as atividades que desumanizam e matam (LUGONES, 2014). Os autores e autoras dos Estudos Decoloniais analisam as correlações entre modernidade e colonialidade nas práticas sociais, científicas, culturais, propondo alternativas ao pensamento eurocêntrico (DUSSEL, 2005; ESCOBAR, 2005; SANTOS, 1988; 2006; LUGONES, 2008; 2014; QUIJANO, 2005; CURIEL, 2009; 2016).

A construção do conhecimento e das relações sociais se constituiu de maneira hegemônica com o viés eurocêntrico do colonizador, deixando de lado outros saberes, práticas e conhecimentos que não fossem dessa perspectiva. Assim, as/os autoras/es decoloniais propõem práticas não hegemônicas, demonstrando a importância da pluralidade e das diferenças, principalmente culturais, na construção do conhecimento e, dessa forma, enfatizam a importância dos saberes subalternos/marginais enquanto mecanismos de resistência. Dussel (2005, p. 27) considera a modernidade, enquanto “eurocêntrica”, “provinciana” e “regional”, marcada pela instituição do Estado-Nação, dos exércitos, da economia, da filosofia etc. Essa Europa moderna passou a ser definida como “centro” da história mundial, na qual todas as outras culturas foram definidas como “periferia”. Desse modo, os Estudos Decoloniais analisam as relações do colonialismo e da colonialidade do poder que se estabelecem entre “centro” e “periferia” ou “norte e sul”, considerando as classificações hierárquicas instituídas pelo eurocentrismo. Mignolo (2013, s/p) considera que a modernidade é a “autonarração dos atores e instituições que, a partir do Renascimento, conceberam-se a si mesmos como o centro do mundo”. O autor considera que a diferença colonial nas epistemologias eurocentradas é uma criação que estabelece hierarquias e valores marcados por

diferenças culturais que são retratadas através das questões raciais, patriarcais e geopolíticas.

Dessa forma, essas classificações demarcam o que vem “de cima” e inferiorizam o que vem “de baixo”, categorizando o que é epistemologicamente inferior e superior a partir de povos e regiões. Assim, a própria definição de razão (enquanto característica que os europeus se autoimputaram) em oposição à irracionalidade atribuída aos outros povos, constitui a própria ciência moderna, pautada em dicotomias hierárquicas que produziram distinções entre humanos e não humanos, entre selvagens e civilizados, entre natureza e cultura, entre racional e irracional (LATOURET, 1994). Na concepção antropocêntrica que marca esse pensamento, o homem não faz parte da natureza e ele passa a poder usá-la para seu exclusivo benefício.

As epistemologias “modernas”, ao negligenciarem as múltiplas dimensões dos fenômenos sociais e naturais e invisibilizarem outros saberes, enfrentam críticas contundentes diante da crise socioambiental contemporânea, que evidenciam a complexidade da realidade suprimida pela simplificação metódica do cartesianismo. Sobre esse aspecto, Santos (1988) propõe uma crítica e evidencia que o conhecimento que se inaugura a partir do paradigma emergente se encaminha para a perspectiva não dualista, superando as distinções entre natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjetivo/objetivo, coletivo/individual, animal/ pessoa.

Desse modo, o autor propõe pensar, a partir da “ecologia de saberes” que a hegemonia eurocêntrica colonialista não suprimiu, considerando a pluralidade de saberes no campo das ciências e das práticas sociais, pois não existem saberes mais valiosos que outros, mas sim saberes diferentes, heterogêneos e dependentes de contextos, territórios, lugares (SANTOS, 2006). A ecologia de saberes é, portanto, contra-hegemônica e periférica, pois renuncia a uma epistemologia geral de conhecimento e a um modelo único de desenvolvimento, visando reconhecer as diferenças, diversidades e pluralidades, as quais se complementam e convergem entre si.

Na história que marca o advento da modernidade e de suas instituições, as mulheres foram privadas de uma série de direitos, como o acesso a terra, ao voto, a ocuparem os espaços das instituições públicas, entre outros. Para ter acesso ao voto, por exemplo, mesmo em Estados democráticos, elas criaram reivindicações e

tiveram reconhecido esse direito apenas durante o século XX. Desde o século XIX, inúmeros movimentos feministas se organizaram em busca da equidade e do reconhecimento das mulheres, contrapondo-se às concepções que as classificavam como sendo “inferiores” aos homens, em que características biológicas eram traduzidas em desigualdades sociais. No entanto, mesmo no século XXI, ainda persistem desigualdades notórias entre homens e mulheres como a renda – que é significativamente menor para elas em comparação a eles –, o acesso limitado ao poder político, a violência doméstica e pública, física e simbólica.

Para a análise dessas desigualdades, o feminismo decolonial contribui para compreender as relações de gênero na modernidade, considerando como se estabeleceu a hierarquia do ideário moderno de gênero, no qual um sujeito particular é definido como representativo da humanidade. Um sujeito supostamente universal: o homem, branco, cristão, um ser de razão, civilizado, ordenador e governador do espaço público e representante das instituições modernas, como do Estado, da ciência, do sistema jurídico, da medicina, entre outras (LUGONES, 2008). É ele quem concentra uma etnia, classe, cultura e lógica epistêmica dominante (ALMENDRA, 2015). Em relação a ele, todos os demais – mulheres, gays, lésbicas, indígenas, negros, classes populares etc. – foram denominados “outros”.

No sistema da colonialidade do poder, as mulheres dos diversos povos foram classificadas em categorias desiguais. No caso das mulheres burguesas europeias, foram classificadas como seres de emoção, mais próximas da natureza, reprodutoras da raça e do capital, concebidas como castas e - sexualmente “puras e passivas” -, relegadas ao espaço doméstico (LUGONES, 2014). Já as mulheres das raças que foram inferiorizadas, seus corpos foram estereotipados, objetificados e classificados como mais perto da natureza, portanto, passíveis de subjugação aos interesses dominantes (QUIJANO, 2009).

Para compreender essa relação da violência sofrida pelas mulheres não brancas, vítimas da colonialidade do poder, Lugones (2008) mobiliza o conceito de interseccionalidade – cunhado pelo feminismo negro nos anos de 1980, pela jurista Kimberlé Crenshaw – referindo-se à discriminação gerada em torno de gênero, raça e classe social, como perspectivas que se co-constituem. É a partir deste contexto também, que analisamos a perspectiva de representatividade de Luciana e Zelide, cujas identidades são atravessadas pela interseccionalidade de classe, gênero e espacialidade rural, as quais geram relações de opressão.

O corpo das mulheres na modernidade é marcado, também, por uma linha identitária para seu reconhecimento, com exclusões dos corpos "diferentes", aqueles que não se encaixam no padrão de identidade heteronormatizado. É nesse sentido que o antropocentrismo branco e europeu deu a tônica da representação que bania o corpo como não digno ou inferior à mente e criou uma sucessão de modelagens e padrões em torno desta questão (VILLAÇA, 2010). As mulheres, nesse contexto, foram associadas à emoção e ao corpo, que se opunha a mente e a razão – visto como atributo exclusivo dos homens – o que acarretou na naturalização do sentido de ser mulher e do ser homem, marcado pelas diferenças de gênero, raça e classe. Assim, uma das formas de controle do colonialismo e da colonialidade é sobre as subjetividades e os corpos (QUIJANO, 2005; DUSSEL, 2005; ESCOBAR, 2005).

A própria concepção do feminismo também teve uma articulação com a colonialidade, pois nasceu enquanto movimento social de mulheres brancas, urbanas e europeias, de classe média ou burguesa e, nesse sentido, foram marginalizadas as demandas e necessidade de mulheres indígenas, africanas, migrantes, camponesas etc. Contudo, conforme propõe Curiel (2009), se o feminismo pode ser concebido como oposição ao patriarcado, torna-se um gesto ético e político da descolonização do feminismo, considerar as distintas histórias, pouco contadas das mulheres em diversos contextos.

Bordalo (2016, p. 4) especifica que os Estudos e coloniais apontam para uma visão crítica do feminismo eurocêntrico, que expõe os problemas ocasionados de sua tradução no cotidiano de mulheres africanas, asiáticas e latino-americanas, as quais “têm colocado importantes interrogações e a necessidade de outro olhar para as resistências forjadas por essas mulheres, muitas vezes distantes das esferas institucionais e das formas “clássicas” de organização como sindicatos, partidos, etc.”

As mulheres desses diferentes lugares vão produzindo subjetividades, identidades e diferenças nas relações de gênero, em que as diversidades e as pluralidades se desnaturalizam a partir da criação de modos que resistem à lógica da modernidade eurocêntrica. Lugones (2014) denomina esse processo como *subjetividade ativa*, para definir a potencialidade de resistências que não, necessariamente, transformam por completo as relações de poder da “colonialidade”, mas constroem alternativas para tais imposições.

É nesse sentido que propomos considerar as histórias de resistências de mulheres camponesas no Sudoeste do Paraná, que constroem suas subjetividades ativas, suas formas de resistências que, apesar de não transformarem por completo as relações de opressão, permitem práticas possíveis de participação feminina nas representatividades políticas, além de construírem histórias que muitas vezes tem sido ignoradas (ou invisibilizadas) tanto em termos de análise social como nas práticas políticas como um todo.

Contudo, através da perspectiva teórica acima exposta, é possível observar também as contradições nas relações de lideranças das mulheres por nós pesquisadas, que ao mesmo tempo, em que vivenciam relações de opressão no sistema moderno e colonial, também estão localizadas em posições de alguns privilégios, visto serem mulheres brancas, com relações de aliança heteronormativa e ligadas a religiosidade hegemônica do catolicismo.

3. O RURAL ENQUANTO ESPAÇO DE VIDA

"Nós plantávamos e fazíamos nascer a esperança"

Zelide C. Possamai (Relato durante a oficina de narrativas de mulheres agricultoras em 31 de outubro de 2018).

A agricultura familiar no Brasil é um campo marcado por diversidades tanto econômicas como sociais e culturais, o que vai delineando modos de vida diversificados. Assim, é necessário pontuar sobre qual agricultura familiar estamos falando. Ao retratar a agricultura familiar constituída na relação entre família, terra, produção e trabalho (WANDERLEY, 1996), observa-se que existe uma gama de consequências relacionadas à como esta estrutura se articula com questões sociais e econômicas.

Neste capítulo, levando em conta aspectos da trajetória de Luciana e Zelide, os quais dão sentido ao rural enquanto espaço de vida, como salientado por elas durante as entrevistas, serão apresentados conceitos significativos que tratam da complexidade da agricultura familiar, campesinidade, identidades rurais, entre outros.

A lógica camponesa está baseada na forma como ocorre a composição demográfica familiar, que leva em conta a quantidade de pessoas e as diferenciações entre crianças, homens, mulheres e idosos – elementos que definem o modo de organização que se dará a partir da função de cada membro –, tendo consequências fundamentais para como ela age econômica e socialmente (Chayanov, 1981; Wanderley, 1996). Nesta perspectiva, Lamarche et al (1993) afirmam que as famílias camponesas integram o sistema de interdependência entre trabalho, terra e família, responsável pela reprodução da agricultura enquanto um patrimônio sociocultural.

O conceito da agricultura familiar, também está permeado pelas identidades que perpassam as trajetórias dos sujeitos do campo. Para Wanderley (2004) o conceito de campesinato está relacionado às rupturas e continuidades, considerando a complexidade da cultura e dos modos de vida das sociedades camponesas. Por outro lado, Paulilo (2004) destaca a perspectiva política da identidade camponesa, que, por meio de movimentos e organizações sociais, foi se legitimando através de bandeiras de luta, unificando diversas identidades no meio

rural, tornando relevante a compreensão do termo da campesinidade no contexto das lutas políticas no campo.

Para Wanderley (2004, p. 47), é necessário analisar a complexidade das categorias sociais campesinato e agricultura familiar. Para a autora,

O agricultor familiar é, sem dúvida, um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato, mas, como afirma Marcel Jollivet (2001: 80), “no agricultor familiar há um camponês adormecido” (Aliás, um camponês bem acordado). Assim, o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura.

Nesse sentido, a autora avalia que as transformações de agricultoras/es em novos contextos econômicos e sociais, a partir de suas adaptações e resistências, acabam por tornar as relações mais complexas, para além da redução de suas histórias ao contexto tradicional do termo, empregado à agricultura familiar através da modernidade.

No contexto brasileiro dos anos 1990, a ênfase na agricultura familiar esteve vinculada a demandas que partiram inicialmente de movimentos sociais do campo, ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)⁸, articulados com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que lutavam por direitos ligados a falta de crédito agrícola e a queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação (SCHNEIDER, 2003). Nesse contexto, foram ganhando popularidade outras categorias sociais do campo como, por exemplo, os assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústrias, que não se encaixavam nas definições de pequenos produtores ou trabalhadores rurais.

⁸Esta entidade foi construída a partir dos conflitos agrários que ocorriam antes da ditadura militar. Diversos movimentos de camponeses se articularam para a construção. Atualmente a confederação abarca 4.000 Sindicato de Trabalhadoras/es Rurais (STRs) e 27 Federações de Trabalhadoras/es na Agricultura (FETAGs). Algumas das importantes mobilizações realizadas são: a Marcha das Margaridas, o Grito da Terra Brasil, o Festival da Juventude e a Mobilização das/os Assalariadas/os. Disponível em: <http://www.contag.org.br> Acesso em: 02 de fevereiro de 2019. Posteriormente, em 2001, surgiu a FETRAF-Sul enquanto oposição à organização sindical da FETAG/ CONTAG. Segundo Picolotto (2004), esta nova organização sindical veio em decorrência principalmente da afirmação da categoria da agricultura familiar enquanto identidade social e atores políticos, que ocorriam principalmente na região Sul do país e que estavam sendo fortalecidas a partir de novas construções de políticas públicas para a agricultura familiar no período. É a partir da FETRAF-Sul que o sindicato de Francisco Beltrão se articula atualmente, bem como Luciana e Zelide representam. Dessa forma, podemos compreender também a mudança recente da nomenclatura do sindicato de STR para SINTRAF, reconhecendo a necessidade da entidade se fortalecer novamente enquanto categoria (agricultura familiar) diante das novas articulações políticas de Estado, a qual seus direitos enquanto agricultores estão sendo desmanchados.

Decorrentes desse processo, o termo “agricultura familiar” ganhou relevância com o reconhecimento do Estado, através da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, como resposta às demandas dos movimentos sociais. Com o PRONAF, institucionaliza no campo das políticas públicas a categoria de agricultura familiar, ampliada com a criação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) em 2000⁹, com significativa expansão a partir de 2003, com uma série de políticas públicas voltadas a atender as suas demandas.

Assim como a articulação dos movimentos sociais e da construção de políticas públicas voltadas a categoria da agricultura familiar, nesse mesmo período, há intensos debates acadêmicos sobre a ruralidade, em que há um crescente interesse de estudo por novas temáticas rurais, antes não discutidas (SCHNEIDER, 2003). Essa reorientação, por um lado, apontava para entender o rural como um local privilegiado de possibilidades de ser/estar, onde se convive com a diversidade – de idade, gêneros, etnias, economia – através de encontros múltiplos, em contraposição a concepção que o entendia o rural como um lugar monótono, pacato, avesso da zona urbana e do progresso, ou seja, como lugar do atraso (MARTINS, 2010). Por outro, entendia-se que o rural mantinha relações de complementariedade com a cidade (WANDERLEY, 2004), sem perder suas especificidades, que definem um modo de viver sem, portanto, considerá-lo com tendências inequívocas de urbanização e ou fim da agricultura familiar.

No caso brasileiro, o colonialismo eurocêntrico deixara marcas históricas durante o período colonial, e que se mantém de certo modo no processo de modernização do campo, nas relações centro e periferia. Com a modernização do campo, ocorrem pressões, internas via financiamento, extensão e pesquisa e externas pelo mercado a jusante e montante da produção agropecuária, para que a agricultura e o rural fossem se tornando “padronizados” e passíveis de novos processos “colonizadores”, no âmbito capitalista que se desenvolveram ao longo dos anos, especificamente entre as décadas de 1970 e 1990. Tal processo prejudicou a “diversidade” no meio rural, tanto no sistema de produção, quanto nas relações culturais e sociais.

⁹ Transformado em Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário em 2016, vinculado Ministério do Desenvolvimento Social e no atual governo, em Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Seyferth (2011) observa que essa tentativa do Estado em transformar o meio rural enquanto um espaço capitalista de exploração agrícola tornou ainda mais complexa a noção de identidade do campesinato, pela qual seria impossível “padronizar” os indivíduos e grupos diversificados que existem no espaço rural, principalmente, em decorrência das práticas de imigração ocasionadas no período imperial, com a colonização europeia e a intenção de “civilizar” os povos (presença marcante na região Sul do Brasil. Nesse sentido, Seyferth (2011) destaca que a modernização na agricultura, apesar de romper fronteiras entre a cidade e campo, fazendo emergir outras categorias sociais e outras formas de exploração, não significou o “fim” do campesinato, pois tal categoria não pode ser vista enquanto um modelo único ou fixo na temporalidade. O que se percebe é que a modernização acabou gerando diversas ramificações, categorias e modos de vida no campo, que não poderiam ser observadas por um viés “unitário”. É a partir desta concepção, que podemos observar a diversidade camponesa a partir de outras categorias como: “bóias-frias” ou “trabalhador rural”; “agricultor familiar”; “colono”, “caboclo”, “meeiro”, “foreiro”, “sitiante” etc. (SEYFERTH, 2011).

Carneiro (1994) do mesmo modo considera que a modernização no campo além de modificar os processos de produção e técnicas, também modificou as relações culturais e sociais. Um dos exemplos destas transformações se articula com as relações de gênero, mais especificamente as relações de trabalho da mulher no campo, tornando também as responsáveis pela geração de renda, com trabalhos além dos que eram realizados apenas para a família em âmbito privado. Carneiro (1994), afirma que tais mudanças trouxeram consequências para a organização familiar, que apesar de modificarem seus “papéis” de trabalho, não modificaram, necessariamente, as questões estruturais de fato:

Observou-se que a mudança da situação de trabalhadora não remunerada, na unidade de produção familiar, para a de assalariada não é acompanhada pela transformação da posição de subordinação da mulher na hierarquia da família. Da mesma maneira não podemos concluir que a permanência do caráter familiar da produção camponesa, responsável pela simbiose entre mulher, terra e família, implique necessariamente na exclusão da mulher dos processos políticos (CARNEIRO, 1994, p. 16).

Carneiro (1994) enfatiza que neste campo de disputa, é necessário compreender que as mulheres rurais possuem identidades múltiplas e as diversas resistências tanto se traduzem pelos conflitos diretos (aqueles provocados pela modernização do campo, por exemplo), mas que também houve a conquista de

novas estratégias para a reprodução social no meio rural a partir das reivindicações de trabalhadoras/es rurais nos anos de 1980.

A organização das famílias camponesas está pautada em uma intensa divisão sexual do trabalho, classificada hierarquicamente como trabalho produtivo e reprodutivo (Paulilo, 1987, 2004; Brumer, 2004). Este modelo foi instituído pela revolução industrial, na qual se operou a separação entre o trabalho assalariado, considerado produtivo, realizado fora de casa, sob o domínio dos homens; e o trabalho reprodutivo, que foi associado ao espaço doméstico, sob a responsabilidade das mulheres. No âmbito das relações complexas, analisando a lógica camponesa e da agricultura familiar a partir do meio rural enquanto um espaço de vida, a qual vai além da tríade “terra-trabalho-família”, permite observar elementos que se fizeram importantes na constituição das lideranças políticas de Luciana e Zelide.

É no contexto de modernização que os conceitos são problematizados, pois o campesinato poderia ser entendido como o vinculado a história de formação do rural brasileiro, e o de agricultura familiar como o que agregaria relativa diversidade de situações pelos diferentes processos de sua inserção ou não à lógica de mercado, no Brasil. Sem a pretensão de adentrar nessa polêmica, alguns elementos serão tratados para dialogar com a trajetória das mulheres entrevistadas, nas quais se identificam a partir da categoria da agricultura familiar.

Apesar disso, nas narrativas sobre as trajetórias de Luciana e Zelide as categorias agricultura familiar e campesinidade não aparecem com diferenças explícitas, elas perpassam os relatos a partir da compreensão do meio rural enquanto um espaço de vida, visto que elas se percebem enquanto agricultoras, entre os diversos aspectos culturais, econômicos e sociais, que irão além do aspecto da produção agrícola, destacando experiências como, por exemplo, das lutas e organizações no/do meio rural e, principalmente, por se considerarem agricultoras pela questão de viver/ morar no meio rural. Desse modo, é importante destacar nas trajetórias de Luciana e Zelide, como elas se constituíram enquanto agricultoras neste espaço e contexto de vida, no qual, nem sempre suas atividades principais se voltaram ao ambiente doméstico, ou ao trabalho na terra.

É fundamental que o rural não seja analisado apenas como um espaço da produção e da divisão sexual do trabalho entre produtivo e improdutivo, mas sim que se considere os atores e espaços invisíveis que permeiam as vivências no campo

considerando que o meio rural não é um caso afastado ou isolado de outros mundos (MEDEIROS, 2017), mas que é um espaço que se conecta a outros lugares, superando polarizações e dualidades. O meio rural, é, portanto, um lugar dinâmico, que inclui organizações sociais que, como analisa Ferreira *et al* (2007) em sua pesquisa sobre organizações de agricultores familiares no estado do Paraná, há estratégias de autonomia e protagonismo de agricultoras/es familiares, a partir de um campo de resignificação e construção de alternativas.

A criação de organizações tem contribuído para a renovação dos espaços rurais e para a reconstrução da ruralidade, dando diversas possibilidades e resignificando o que é viver no meio rural a partir das vivências das/os agricultoras/es e de sua compreensão e defesa em relação ao ambiente, desenvolvendo projetos de sustentabilidade e de economia solidária, por exemplo. Estas características estão bastante evidenciadas em alguns espaços rurais, nos quais se dão novas formas de viver o campo, a partir de sua complexidade e diversidade, levando em conta a importância das organizações e movimentos sociais que auxiliam na construção de projetos para o campo, além de promover autonomia e fortalecer o protagonismo rural na sociedade.

Luciana e Zelide, ao relatarem sobre como percebem suas identidades, em primeiro lugar aparece o “ser” agricultoras. Zelide conta que: “*A lembrança que a gente tem é de agricultora [...]. Eu não consigo imaginar assim, ir morar pra cidade e não ser uma agricultora*”. E Luciana se reconhece enquanto agricultora desde que ela e sua família passaram a morar no município de Francisco Beltrão, a qual seus pais ainda eram arrendatários na terra do seu tio a qual trabalhava com sua família na roça quando era criança. Além disso, apesar de sair do espaço da produção na agricultura e ampliando sua ação política para outros espaços, ela diz morar há 25 anos em uma mesma comunidade, e expõe esta percepção quando questionada sobre como ela se identifica enquanto mulher no espaço da agricultura: “*Hoje, na verdade, eu não consigo ficar muito na roça [...] Mas a gente continua mantendo essa ligação, continuamos morando lá no sítio, sempre mantendo-se firme nas lutas, participando, ajudando a organizar. A gente está presente assim, só a única coisa que a gente não consegue é estar na produção mesmo*”.

Luciana e Zelide quando se identificam como agricultoras familiares expressam também o sentido histórico do reconhecimento das lutas camponesas para a questão da agricultura familiar nas políticas públicas de Estado. As duas

mulheres vivenciaram o auge das lutas pelo reconhecimento das/os trabalhadoras/es no campo e o estabelecimento de direitos no contexto brasileiro da constituinte, na década de 1980. O histórico de antecedentes familiares de Luciana e Zelide evidencia o percurso que as fizeram construir seus espaços de vida no meio rural.

Luciana nasceu em Mariano Mouro, no Rio Grande do Sul e Zelide em Joaçaba, Santa Catarina. Ambas são descendentes de famílias que nem sempre trabalharam na lida com a terra antes da vinda à Francisco Beltrão. Zelide lembra que seus pais eram autônomos, trabalhavam com transporte, seu pai era motorista e dono de um ônibus que transportava pessoas de comunidades para a cidade de Joaçaba. Os pais de Luciana, apesar de viverem na “roça”, sua mãe trabalhava em uma cooperativa de produção de alimentos, de roupas e outros produtos, e vieram para Francisco Beltrão quando ela tinha apenas três anos, em busca de melhores condições de vida e com o auxílio de um dos irmãos de seu pai, que comprou terras e seus pais passaram a ser arrendatários destas:

A minha mãe comenta que, embora morassem na roça, na época tinha uma cooperativa que eles participavam. Mas era aquelas cooperativas de tudo. Tinha produtos, roupas... Depois que viemos [para Francisco Beltrão], trabalhamos na roça mesmo. A gente produzia arroz, feijão, plantava trigo e depois começamos com a produção de leite. (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 18 de novembro de 2018).

Eles vieram em busca de terra, pois era a época em que todo mundo vinha para cá[...] Por que que tem essa mistura de raças aqui no Sudoeste? Era a questão da terra. E o pessoal vinha... E o meu pai também veio. (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 12 de julho de 2018).

Foi com a vinda para Francisco Beltrão que elas começaram suas histórias a partir do meio rural de fato, juntamente com as suas famílias. Zelide comenta sobre esta experiência a partir de sua vivência da infância e também sobre a memória da Revolta dos Posseiros e das Posseiras, cujo acontecimento esteve presente em seu cotidiano. Quando sua família migrou para a região em busca de terras, seu pai, juntamente com outros irmãos e cunhados, compraram uma serraria, caminhão, um lote na cidade e só posteriormente foram para o campo. Nessa época, Zelide conta que com os acontecimentos da Revolta das/os Posseiras/os, a família não conseguiu dar conta da serraria e como seu pai trabalhava com o caminhão transportando materiais de Curitiba até a região, muitas vezes a estrada ficava fechada em Marmeleiro (cidade vizinha de Francisco Beltrão) e não podiam realizar

as entregas. Zelide relembra que os avisos de seu pai à família quando estava barrado na estrada, eram por meio de recados enviados por outras pessoas e quem ficava na segurança da casa e das crianças era sua mãe, assim como todas as outras mulheres da vizinhança e às vezes era preciso “todo mundo se esconder no mato”¹⁰. Passado alguns anos, os pais de Zelide conseguem vender a casa na cidade e compram um pedaço de terra na comunidade Guanabara e então iniciaram o trabalho no campo.

Nós trabalhávamos com agricultura, mas também tinha vaca de leite, tinha galinha, tinha tudo. Então, mesmo que nós não tínhamos as coisas da cidade, como a luz elétrica, tínhamos o que comerà vontade, pois a gente produzia de tudo. (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 12 de julho de 2018).

Na família de Luciana, com o tempo, a principal fonte de renda foi a produção de leite. Ela relata que, como não existiam caminhões na época para carregar o leite, seu irmão ia até à cidade vender todos os dias antes do amanhecer. Ela conta que no passado andavam muitos quilômetros à pé em estrada de chão, mas que atualmente, este trajeto passou a ser asfaltado e quase se confunde a cidade e a roça. Ela salienta que possui a impressão que a distância é menor do que era antes.

Na família das duas mulheres, a vivência no campo se iniciou com a tríade terra, trabalho e família, na qual, todos faziam parte do trabalho no campo para gerar a renda, além da produção do próprio alimento para o consumo familiar. Esta foi uma alternativa que as famílias encontraram com a vinda para o Sudoeste, caso que não se restringe só às famílias de Zelide e Luciana, mas de muitas outras da região, as quais conseguiram acesso à terras e como isso, se estabeleceram na agricultura.

Antes disso, seus pais eram assalariados, não tinham acesso à terras e o espaço de vida, da fonte de renda e outras atividades, eram em sua maior parte provindas do meio urbano. Foi pela “conquista” das terras da região, que estas famílias passaram a se constituir na agricultura familiar e assim, pode-se dizer que foram se construindo a partir de novos ciclos, novas vivências e práticas enquanto trabalhadoras/es rurais da região do Sudoeste.

Luciana e Zelide contam que o início de suas trajetórias como lideranças políticas ocorreu após a saída da casa de suas famílias de origem, logo depois que

¹⁰ Importante destacar que esta migração para o Sudoeste, a qual Zelide narra, é uma referência ao acontecimento da Revolta dos Possesiros, cujo histórico é marcado pela disputa de terras.

elas se casaram. No entanto, antes disso, as duas mulheres já se envolviam em práticas comunitárias das localidades onde viviam, sendo espaços de fortalecimento para elas se constituírem enquanto lideranças.

Zelide observa que sua atuação enquanto liderança surge a partir da igreja, nos cultos e rezas que a comunidade realizava e que se constituíam enquanto espaços de lazer e sociabilidade comunitários. Luciana conta que foi nos jogos de futebol de sua comunidade, que conheceu as pessoas e encontrou seu marido, que já atuava em organizações e movimentos sociais. No entanto, foi após o contato com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que suas lideranças se intensificaram.

Após o casamento, algumas práticas foram se modificando na nova constituição familiar de Luciana e Zelide, com a atuação delas como lideranças. A tríade “terra-trabalho-família” foi se transformando e a concepção de mulheres “agricultoras”, foi se tornando uma identidade para além da produção.

Eu brinco até hoje! Eu falo: ‘eu tô na comunidade, mas sou licenciada’ (risos). Não consigo mais praticar. Porque você não fica mais na atividade. Então foi mudando um pouco o sistema, o que a gente produzia aqui, foi mudando. O Justino [marido] estava mais sozinho, a terra nossa aqui sempre foi pouca, não foi muito grande. Nunca foi mecanizada, então era um trabalho mais braçal. Então houve uma mudança. (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 18 de novembro de 2018).

Por este caminho, Carneiro (1994) identifica que foi na década de 1980 o ápice dos movimentos de luta das mulheres no campo, associado ao movimento de resistência de trabalhadoras/es rurais em relação ao aumento da exploração e da expropriação a qual estavam submetidas/os, buscando novas estratégias para a reprodução social. Van der Schaaf (2003) complementa estas compreensões ao apontar para as consequências da modernização no campo, que expulsou uma grande quantidade de famílias agricultoras do campo, dando lugar aos empresários rurais. A modernização no campo intensificou o trabalho das mulheres na lógica da produção, evidenciado pela dupla jornada de trabalho – doméstico e na roça. Frente à precarização de sua situação de vida, as mulheres construíram reivindicações em movimentos sociais do campo. (VAN DER SCHAAF, 2003)¹¹

¹¹Tal contexto é identificado pela autora a partir de sua pesquisa sobre o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) - Atualmente denominado como Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). O contexto estudado é bastante significativo na região sul do Brasil, no entanto, não se pode dizer que estas foram as mesmas causas que fizeram surgir os movimentos de mulheres camponesas em outras regiões do Brasil.

Um destes exemplos da dupla jornada de trabalho das mulheres é quando Zelide narra que no início de seu trabalho no sindicato, pois o trabalho no início era em dobro, e somente depois que seus filhos e marido foram aprendendo a lidar com os serviços domésticos, já que ela passou a morar durante a semana na cidade para realizar as atividades sindicais. Então, estas relações tiveram que ser desconstruídas e reformuladas:

Nos finais de semana eu ia para casa e limpava a casa, fazia pão, deixava tudo pronto, e ainda era Ministra da Eucaristia e ia na Igreja! Daí eu fiquei mais uns 10 anos eu acho, como Ministra da Eucaristia, depois eu tive que desistir. Os primeiros anos foi o mais terrível assim, porque tinha que fazer muito mais o trabalho no final de semana (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 12 de julho de 2018).

Nesse sentido, o debate que se iniciou a partir dos anos 2000, dos movimentos sociais, foi a partir da proposição da construção de um “Novo Projeto de Nação” (SCHERER- WARREN, 2007), pelo qual perpassam alguns pontos referentes às questões do rural: a proposta de combater a mercantilização da reforma agrária; a denúncia das empresas transnacionais que controlam as sementes, a produção e o comércio agrícola; a luta contra o trabalho escravo e outras formas de submissão no campo e a construção de novas relações de força política, através do diálogo entre os movimentos sociais. Estas são as novas questões a partir de um novo projeto que se posiciona contrariamente ao projeto moderno e colonial, exemplificado na seção que nos orienta aos Estudos Decoloniais.

Evidenciar o meio rural enquanto um espaço de vida nos permite compreender as trajetórias de Luciana e Zelide para além do espaço da produção no campo e nos possibilita reconhecer em suas trajetórias as imagens múltiplas das mulheres rurais. Será a partir desta perspectiva, que ocorrerá a análise das trajetórias destas mulheres como lideranças políticas, considerando as múltiplas características que a liderança pode assumir, considerando as vivências e experiências, a partir de um olhar crítico frente às identidades de mulheres rurais, observando também suas resistências.

4. AS MULHERES RURAIS: DO TRABALHO INVISÍVEL À LIDERANÇA POLÍTICA

A categoria gênero, segundo Scott (1990, p.5) serve como categoria de análise, pois se revela no processo de construção social, de produção simbólica, discursiva e histórica, com experiências e práticas que conectam o passado com o presente. Dessa forma, a autora questiona: “como é que o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como é que o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico?”. É nesse sentido que analisamos as relações de gênero na ruralidade para compreender como as mulheres rurais se tornaram lideranças políticas. É a partir deste posicionamento, que seguimos as trajetórias de Luciana e Zelide em que a questão de gênero se apresentou de maneira significativa para o rumo de suas lideranças, a qual se faz necessário perceber quais são as mudanças e transformações que estão acontecendo, no sentido da desnaturalização da posição de submissão dessas mulheres na atualidade, bem como suas estratégias de enfrentamentos tanto a partir de ações coletivas como no cotidiano.

Siliprandi (2000) retrata alguns conflitos e concepções acerca das mulheres em contextos rurais, problematizando a naturalização da forma de organização familiar e de trabalho no campo, visto que muitas vezes não são percebidas as mudanças que ali ocorreram. As alterações em relação às suas necessidades, suas práticas e aos seus desejos, se contrapõem à noção de naturalidade da subordinação da mulher do campo ou do arranjo harmônico familiar.

Antes de analisarmos estas mudanças, é indispensável compreendermos o sentido da família, que está imbricada de maneira estratégica no contexto das ruralidades. Jelin (1995), ao estudar família e gênero, demonstra que no modelo idealizado da divisão social do trabalho entre membros familiares é evidente que existem expectativas sociais diferentes para o trabalho de homens e mulheres e também nas diferenças de idade. A autora observa que a unidade produtiva familiar possui uma organização patriarcal, em que o homem organiza e dirige as atividades dos membros da família e a mulher fica a cargo de tarefas reprodutivas misturadas com as produtivas. Nesse sentido, ressalta-se a dimensão simbólica do valor do trabalho, relacionado à diferença de gênero, sendo as mulheres, na maioria das

vezes, posicionadas no espaço da vida privada e doméstica, mesmo que exercendo funções produtivas de trabalho.

Entre as famílias camponesas ocorre uma intensa divisão sexual do trabalho, que está pautada na classificação de trabalho produtivo e reprodutivo (Paulilo, 1987, 2004; Brumer, 2004). Este modelo foi instituído pela revolução industrial, na qual se operou a separação entre o trabalho assalariado, considerado produtivo, realizado fora de casa, sob o domínio dos homens; e o trabalho reprodutivo, que foi associado ao espaço doméstico, sob a responsabilidade das mulheres. Assim, no espaço rural, o trabalho das mulheres passou a ser visto como “cuidado da casa”, das atividades domésticas, da incumbência com as crianças, os idosos e os doentes, com a preparação da comida, com o manejo da horta e dos pequenos animais, focado na produção para o autoconsumo.

Luciana fala sobre a divisão sexual do trabalho, durante as entrevistas, salientando o caso da produção de leite, a qual era a principal fonte de renda de sua família de origem:

Nós trabalhamos muito com leite e ajudávamos muito nesta questão. Era uma das principais fontes de renda da família e era com o leite que a mãe coordenava mais... A questão das finanças da casa, era mais ela que organizava. (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 17 de maio de 2018).

O leite era visto como atividade da mulher, pois se achava que aquilo era um ‘bico’. Achava que era ‘um pouquinho [de dinheiro] que vem’. Hoje nós percebemos que o leite está sendo a fonte de renda de muitas famílias, até mesmo a principal. (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 18 de novembro de 2018).

Além do trabalho doméstico, as mulheres são responsáveis pelas atividades nas hortas, nos pequenos roçados, nos cuidados dos animais, entre outros. Seu trabalho se direciona mais ao consumo direto da família, e menos à transformação em recursos monetários. Mesmos o trabalho realizado para a produção para a venda, quando feitos pelas mulheres, acabam não sendo considerados como fontes de renda dentro da economia familiar.

Paulilo (1987; 2004), ao estudar o trabalho familiar no meio rural, compreende que as mulheres rurais são invisibilizadas e seu trabalho é considerado “leve” e/ou “ajuda”. Também para Heredia e Cintrão(2006) a mulher na economia familiar, quando realiza o trabalho agrícola esse é considerado uma extensão das tarefas domésticas. Reforçando essas análises, Carneiro (1994) afirma que a participação

da mulher na produção familiar não é vista como trabalho, o que a exclui das estatísticas sobre a constituição da força de trabalho no campo, interferindo também nestes resultados que mostram a maior participação de homens no rural e o trânsito das mulheres para o meio urbano.

Há também desigualdades no acesso a terra, pois o das mulheres é menor que o dos homens no mundo todo. Em alguma medida, essa realidade vem sendo alterada no Brasil nos últimos anos, quando os projetos de reforma agrária adotaram a titulação conjunta da terra, contudo, os títulos da terra ainda estão majoritariamente na mão dos homens. Isso também se verifica na distribuição de heranças, que ainda não ocorre de forma igualitária entre as filhas mulheres e os filhos homens, sendo privilegiados estes últimos (PAULILO, 2004).

Outra questão enfatizada no contexto familiar no meio rural é o casamento. Stropasolas (2004) identifica que esta é uma das categorias culturais mais importantes para análise do campesinato, pois o processo sucessório das terras, junto com a organização do trabalho, é enviesado contra a mulher. Ao estudar regiões de colonização italiana e alemã no Sul do Brasil, Paulilo (2000, p.5), distingue um padrão a respeito da sucessão nas propriedades rurais:

Esse padrão, é claro, comporta variações e exceções, mas são principalmente os filhos homens que herdam a terra enquanto as mulheres se tornam agricultoras por casamento. Elas recebem herança quando o casal não tem descendência masculina ou quando uma filha casada cuida dos pais até que eles morram. Além disso, o padrão de herança igualitária pode surgir quando a terra não tem mais importância como meio de produção para os filhos ou quando os pais têm propriedades grandes.

Sendo assim, o privilégio de sucessão se fixa geralmente nos filhos homens. Stropasolas (2004) constata que esta característica contribui para a saída das mulheres do espaço rural, migrando para as cidades. Para isso, elas elaboram diversas estratégias, como por exemplo, a busca por estudo e/ou trabalho na cidade para “mudar de vida” (STROPASOLAS, 2004, p. 255). Essa exclusão das mulheres do acesso a terra, fez com que também elas fossem ignoradas pelas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, mesmo que as leis brasileiras se posicionem contra a discriminação por sexo (PAULILO, 2004).

Estas exclusões se estendem desde os programas “bases” da agricultura como o PRONAF até a questão da previdência rural. Paulilo (2004) do mesmo modo reconhece que a luta pelos direitos previdenciários iguais está bastante presente nas

reivindicações de mulheres rurais, no entanto, a questão da exclusão das terras é quase um tabu no debate dos movimentos sociais.

O Pronaf Mulher, por exemplo, instituído a partir de 2003, o qual adota uma linha de crédito específico para mulheres, obteve pouca adesão. Brumer e Spavanello (2013) explicam que essa dificuldade se expressa pela baixa independência econômica e gerenciamento dos recursos resultantes do trabalho das mulheres agricultoras. Em geral, elas não participam dos espaços de gestão e comercialização de sua produção. Alguns destes impedimentos se dão pela falta de documentação básica para abertura de conta no banco e acesso aos programas governamentais. Assim, percebe-se que o excesso de burocracias e a invisibilidade e desvalorização impostas às mulheres no contexto da sua produção e independência econômica, dificulta os processos de obtenção de crédito.

Luciana conta que suas companheiras, na época que lutavam pelos direitos previdenciários, percebiam a sua falta de participação na parte econômica de suas famílias passando a ser esta uma das motivações para elas reivindicarem maior influência neste setor: “(...) *um dos principais problemas que percebíamos, e que as mulheres comentavam, era justamente esse: ‘eu levanto para trabalhar de madrugada, não durmo na madrugada, mas eu nunca sei quanto deu o feijão, quanto deu o arroz, quanto deu o milho [em termos de renda]...*”(Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 18 de novembro de 2018).

O êxodo rural e a masculinização do campo é outro aspecto que interfere sobre as questões de gênero. Mendras (1976, p. 236 *apud* ABRAMOVAY & CAMARANO, 1998, p. 56), analisa que o êxodo rural está marcado pela maior saída das mulheres do meio rural. Para ele “são as mulheres que partem mais rapidamente e em maior número, pois os homens ficam retidos por seu ofício a sua unidade produtiva, enquanto as mulheres são mais atraídas pelas atividades terciárias urbanas”. Assim, o meio rural brasileiro se encontra nesta fase dos processos migratórios, sendo as mulheres e a população jovem as que mais migram para o meio urbano. Segundo Abramovay & Camarano (1998), existem três aspectos que contribuem para isto: a oferta de trabalho no meio urbano; migrações relacionadas com as dinâmicas intrafamiliares, na qual as mulheres do campo possuem uma carga mais pesada e desvalorizada de trabalho e a busca pela formação educacional, tanto para as mulheres, quanto para as/os jovens.

A partir da observação destas especificidades da divisão do trabalho, das questões da sucessão ou da exclusão das mulheres rurais das políticas públicas, que é possível discutir o âmbito “público” e “privado” relacionado à vidas das mulheres agricultoras. Tedeschi (2009) retrata, a partir da estrutura familiar e da divisão sexual do trabalho, as representações sociais e “papéis” que homens e mulheres exercem no espaço rural. Na estrutura familiar camponesa, a mulher é pensada como a mãe protetora, que deve prestar o acolhimento, que é dócil, e sempre está a disposição dos filhos, reproduzindo uma figura feminina criada pela moral católica (TEDESCHI, 2009). Assim, ela habita o mundo “invisível” (invisibilizado), do meio privado e doméstico, do espaço do labor (ARENDR, 1989 *apud* TEDESCHI, 2009), realizando o trabalho de sobrevivência, e que se diferencia do trabalho que envolve o espaço público – concebido como masculino. Desta maneira, Tedeschi (2009, p.50) compreende que:

A tradição ocidental judaico-cristã incorpora essa concepção e o trabalho feminino (doméstico = privado) passa a ser entendido como labor da/na casa, o serviço da família, que se realiza exclusivamente no âmbito privado e como esforço isolado, condição da “natureza”, como não-produtivo[...]E o homem, com a vida voltada para o mundo público, deve proteger a mulher dos “complicados” problemas do mundo fora de casa, dos bancos, do empréstimo para a lavoura, da cooperativa, para que ela possa ter melhor desempenho em seu trabalho no lar.

Outro aspecto bastante discutido nestas concepções entre trabalho “doméstico”/“privado” e “público” é o que se compreende por trabalho produtivo e reprodutivo. O trabalho produtivo na sociedade moderna é aquele que é exercido de modo público, com valor econômico e profissional, já o trabalho reprodutivo, responde às atividades do “cuidado” de crianças, do serviço doméstico etc., que não possui valor econômico em potencial na sociedade. Deste modo, a posição da mulher agricultora é percebida de modo naturalizado no meio privado e não no meio público. Neste sentido, caberia questionar o que ocorre quando tais mulheres exercem atividades que não são o trabalho reprodutivo? Ou, mesmo quando exerce este trabalho, quais são suas resistências?

No contexto das mulheres rurais, Paulilo (2016) irá retratar as lutas e resistências delas a partir das práticas cotidianas, entendendo que os estudos feministas em âmbito mundial nem sempre levaram em conta os movimentos de mulheres agricultoras, o que para a autora é uma lacuna grave. Para ela as pautas das agricultoras partem de práticas que estão inseridas no “mundo da vida”, as quais

nem sempre são abordadas pelos conceitos dos estudos feministas do meio urbano. Assim, enfatiza que a perspectiva “evolucionista” ou “ultramoderna” não é tão válida para compreender as práticas e reivindicações de mulheres no meio rural, mas sim a ampliação dos olhares evidenciados a partir das experiências¹² e das diferenças.

Nesta perspectiva, trazer as narrativas das mulheres agricultoras permite compreender, através da memória histórica e social, suas especificidades e diferenças, revelando, a partir de suas experiências de vida, tanto os aspectos de vivências no meio privado e cotidiano, quanto suas atuações no espaço público. É a partir deste campo de análise que podemos deixar de lado as ideias “evolucionistas”, como exemplificadas por Paulilo (2016), as quais ignoram as práticas das mulheres camponesas, acontecendo também a falha ao separar os estudos feministas e de gênero de temáticas rurais.

A autora enfatiza que é de suma importância considerar a contribuição das mulheres rurais brasileiras para que as pautas do feminismo sejam desurbanizadas, expondo que: “se as mulheres rurais demoraram a se aproximar das correntes feministas, estas últimas também dificilmente as vêem como contribuintes do movimento feminista, mas sim como mulheres que precisam ser “acordadas”, ensinadas e conduzidas por esse movimento.” (PAULILO, 2016, p. 210-211). O que não se sustenta quando se analisa e compreende as relações a partir da experiência de mulheres rurais brasileiras e como elas se constituem a partir de diversos contextos. É dessa forma que apresentamos, nas próximas seções desta dissertação, as experiências e concepções que vão além destas dicotomias para que assim, seja possível utilizarmos os saberes localizados e compartilhados por mulheres agricultoras.

4.1. Na contramão do trabalho invisível: Luciana(s) e Zelide(s) que confrontam o trabalho “leve”

*Eu sou mulher seu doutor/ o que que é/Eu sou mulher do Brasil/ eu sou mulher/ Pra lavar a louça eu sou mulher / Pra lavar a roupa eu sou mulher / Pra varrer casa eu sou mulher / **E no sindicato / Por que eu não posso ser mulher?** Pra ir pra cama eu sou mulher / Pra ter filhos eu sou mulher / Pra cuidar da casa eu sou mulher / **E na prefeitura / Por que eu não***

¹² A perspectiva da experiência utilizada pela autora, parte do conceito teórico utilizado por Joan Scott (1999). E sobre a questão das diferenças, a partir da perspectiva de “transmodernidade”, evidenciado por Rosa Maria Rodríguez Magda (2007).

posso ser mulher? Nas ocupações eu sou mulher / Nas negociações eu sou mulher / Nas discussões eu sou mulher / E no parlamento, por que eu não posso ser mulher?

(Caderno de Canções 2016 – 6ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais/CONTAG, grifo nosso)

Apesar do trecho acima ser retirado do caderno de canções da 6ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, organizado pela CONTAG, da qual Luciana e Zelide não fazem parte¹³, escolhi utilizá-lo, pois retrata o debate das mulheres que questionam o fato de não serem legitimadas para os cargos de lideranças em espaços públicos e políticos, cuja representatividade, muitas vezes, é ignorada pela quase impossibilidade de se imaginar mulheres, principalmente as mulheres rurais, nestes espaços.¹⁴ Além disso, por muitas vezes o debate dos estudos sobre mulheres no contexto rural, é permeado pelo viés do invisível, e a partir das relações com o trabalho reprodutivo (questões da família, filhos, casamento, sucessão familiar, produção de hortas, etc.).

Quando a mulher camponesa/agricultora está inserida no contexto social enquanto uma liderança política, nem mesmo a comparação entre trabalho “leve” ou “pesado” é considerado, visto que é um trabalho efetivamente exercido por homens, mas como questiona no trecho da canção citada, ela deixaria de ser uma mulher por exercer tais cargos? Ou no caso, seria ignorada mais uma vez? A questão da representatividade política das mulheres nem sempre é evidenciada ou colocada em questão, no entanto, não significa que estas mulheres não existam, ou que são poucas. Assim como Zelide e Luciana, também existiram diversas outras lideranças, dentre elas podemos citar duas das mais reconhecidas no país: Margarida Alves e Luci Choinacki. Mesmo na região do Sudoeste do Paraná, outras mulheres

¹³ A CONTAG, assim como descrita brevemente no capítulo anterior, é oposição para disputas de bases sindicais como a Contraf-Brasil (Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil). Luciana e Zelide, assim como o STR de Francisco Beltrão participam ativamente de movimentos ligados à Fetraf-Sul, que é uma das federações da CONTRAF.

¹⁴ Cabe a pensar a partir deste trecho, uma hipótese de referência ao discurso de Sojourner Truth (Ain't a woman?), em uma Convenção pelo Direito das Mulheres nos Estados Unidos em 1851. Sojourner realizou uma crítica após o discurso de um homem na conferência dizendo que as mulheres não poderiam ter os mesmos direitos que os homens por serem frágeis e com pouca intelectualidade. Na fala de Sojourner, ela retrata as violências sofridas, uma mulher ex-escravizada, nas quais se questionava se ela não era uma mulher, mesmo com toda a força que tinha. A partir de seu discurso, colocou em questionamento também o feminismo norte-americano, interrogando sobre quais mulheres ele lutava. (DAVIS, 2016). No contexto da canção, se evidencia o modelo da mulher idealizada pelo viés hegemônico, que é a mulher que cuida da casa, materna, heterossexual, trabalhadora, etc., mas que nunca será “mulher o suficiente” para alcançar cargos de representatividade política (nos sindicatos, prefeituras, parlamentos).

camponesas se constituíram como lideranças políticas, como Terezinha Suzenki, Daniela Celuppi, entre outras mulheres, que em sua grande maioria, por diversos anos ocuparam as direções dos STR's dos municípios da região.

Foi a partir da década de 1980 que as mulheres camponesas brasileiras começaram a criar uma série de organizações e movimentos sociais para reivindicar acesso a direitos trabalhistas como aposentadoria, licença-maternidade, auxílio-doença, o direito à sindicalização independente de seus pais e maridos, a titulação conjunta dos lotes nas políticas de reforma agrária, o acesso a crédito específico para elas, etc. Além disso, denunciaram as situações de violência doméstica e estrutural às quais estavam expostas, questionando as injustiças sociais e de gênero (DEERE & LEON, 2004).

Dessa forma, as mulheres que reivindicavam seus direitos passaram a confrontar a noção de que as mulheres agricultoras são submissas ou desprovidas de saberes, que não teriam a necessidade de documentação (cidadania) e que não contribuem para a economia familiar de forma efetiva. Foram estas mulheres que também confrontaram a concepção da força de trabalho como “leve”. Paulilo (1987) explica que estas classificações hierárquicas variam de acordo com o sexo do trabalhador e trabalhadora, sendo o trabalho “leve” considerado aquele realizado por mulheres, crianças, idosas e idosos – acarretando a desvalorização deste trabalho que é o menos remunerado e o mais barato. Já o trabalho “pesado”, é classificado como aquele realizado pelos homens, e que tem um valor maior no mercado. Paulilo (1987) demonstrou que existe essa diferenciação pelo sexo observando as classificações em diferentes regiões do país, onde o mesmo trabalho era classificado enquanto “leve” ou “pesado” de acordo com tais classificações de sexo e idade e não pelo “peso” ou desgaste do trabalho em si.

Buscando enfrentar estas situações de desvalorização das mulheres rurais, elas passaram a criar uma série de organizações, e, muitas delas, passaram a exercer lideranças políticas, buscando deixar de ser invisíveis e construir, por elas mesmas, diferentes campos de luta e reivindicações para a transformação do contexto político, econômico e social no país. Pode-se dizer que a base das transformações e mudanças que vieram após o contexto histórico da redemocratização, foi realizada em grande parte por mulheres trabalhadoras diversas, em especial as agricultoras e camponesas, que tiveram que deixar de lado suas “panelas, roupas para lavar e hortas”, para ir à Brasília lutar para que os

direitos das mulheres agricultoras fossem assegurados na Constituição de 1988. Luciana(s) e Zelide(s) tinham que produzir, que cuidar da casa, mas além de tudo, tinham que “ir à luta”, e este caminho, talvez tenha sido ignorado por alguns, mas nunca foi invisível nos lugares por onde passaram, deixando marcas da ação coletiva de mulheres rurais.

A luta por direitos no meio rural foi se constituindo, no contexto brasileiro, pela articulação de movimentos e organizações sociais, e uma das características destes é a luta das mulheres em diversas pautas dentro da categoria rural e da agricultura familiar, principalmente, na construção de políticas públicas específicas. Dessa forma, as mulheres rurais se tornam presentes e participativas em contextos públicos, tanto nas questões que envolvem políticas específicas de gênero quanto ao contexto do desenvolvimento rural em outros aspectos. Isso ocorre tanto nos espaços de movimentos sociais, quanto de sindicatos, associações ou de igrejas nas quais as mulheres rurais puderam se articular em contextos políticos.

Scherer-Warren (2007), ao estudar a política dos movimentos sociais para o mundo rural, identifica alguns pontos de como eles se articulam no interior da sociedade civil organizada, constituídos por três níveis: 1) o nível organizacional (formado por entidades e movimentos sociais específicos, como por exemplo, as associações, sindicatos, acampamentos, assentamentos, etc); 2) o nível político articulatório que são representados através de fóruns, redes interorganizacionais, entre outros e 3) o nível mobilizatório, que são as marchas, campanhas, etc. A partir do conjunto destes três níveis, a autora define a rede de movimentos sociais, na qual são constituídas as práticas e políticas para finalidades específicas, como por exemplo, das mulheres agricultoras, movimentos indígenas, quilombolas, atingidos e atingidas por barragens, etc.

No sentido da construção de políticas públicas, Rodrigues (2004), ao realizar estudos sobre a participação política das mulheres e gestão em política de gênero, enfatiza que estes dois processos ou elementos se conectam entre si, os quais são essenciais para que uma sociedade justa, democrática e solidária possa ser construída, dando destaque à eficácia desta articulação para enfrentar as desigualdades e discriminações, especialmente no que se referem às mulheres negras, indígenas, trabalhadoras rurais, trabalhadoras domésticas, lésbicas, jovens, idosas e mulheres com necessidades especiais. No entanto, a representação política feminina possui maior participação no âmbito da sociedade civil. Já nos

espaços de representação junto ao Estado – poder legislativo, executivo e judiciário – a participação ainda é muito reduzida, visto que a organização política de Estado é constituída dentro de um espaço masculino, branco e heteronormativo, caracterizado por um padrão de poder que não inclui as diferenças e nem mesmo as mulheres. Apesar disso, é importante salientar que é através das organizações que estão fora do âmbito estatal que as mulheres conseguem se organizar para chegar a uma representatividade política dentro do Estado.

Sendo assim, um dos exemplos a ser citado é o caso do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR/RS), na qual Van der Schaaf (2003) demonstra a participação e o processo emancipatório de mulheres agricultoras através deste movimento. A autora analisa que foi através da formação do movimento MMTR-RS, que as agricultoras obtiveram representação política e ganharam visibilidade em contextos públicos: “o jeito como as agricultoras deram expressão e forma à sua ‘luta’ surgiu de um processo complexo entre significados culturais da categoria e limites impostos pelo sistema político.” (VAN DER SCHAAF, 2003, p.412-413).

Um dos movimentos que marcou as reivindicações das mulheres agricultoras no país no início do século XXI foi a Marcha das Margaridas no ano de 2000, que abriu a possibilidade de estabelecer negociações diretas com o governo federal, como por exemplo, a criação da “Patrulha Maria da Penha Rural”, criada em 2015, através de compromisso firmado entre governo da presidente Dilma Rousseff e a Marcha. Entre outros movimentos de mulheres rurais, existe também o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC),¹⁵ o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE)¹⁶, além de outros movimentos e organizações.

As primeiras aparições públicas dos movimentos de mulheres rurais se deram a partir de marchas à Brasília para pressionar a Assembleia Nacional Constituinte para que incluíssem o seu reconhecimento e direitos à elas relacionados. Elas também elaboraram abaixo-assinados reivindicatórios (SILIPRANDI, 2011). A autora observou que as primeiras lutas de mulheres do campo foram pelo reconhecimento de suas profissões enquanto agricultoras (antes disso, eram nominadas como “do lar”, “donas de casa” ou “domésticas”), o que ocorreu através da promulgação da

¹⁵ Teve seu início em na década de 1980, denominado de Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), posteriormente, em 1995 criaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e em 2004, foi transformado para Movimento de Mulheres Camponesas. (BONI, 2012)

¹⁶ Teve seu início em 1986.

Constituição de 1988, bem como pelos direitos conquistados e dela decorrentes. Para elas, foi reconhecido o direito a terra, ao seguro desemprego e à aposentadoria por invalidez; estabelecidos os 120 dias de licença-maternidade remunerada; estipulada a idade para aposentadoria em 55 anos ou após 30 anos de serviço, na condição de seguradas especiais. A conquista da igualdade formal, contudo, não significou que os direitos conquistados tenham sido imediatamente implantados e assegurados, já que sua regulamentação e efetivação foram motivos de muitas outras manifestações (SILIPRANDI, 2011).

Segundo Heredia e Cintrão (2006), há uma diversidade de movimentos de mulheres no meio rural, como por exemplo, o Conselho Nacional de Mulheres Indígenas, o Movimento de Mulheres Pescadoras, Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista e Organização das Mulheres Quilombolas. Nesse sentido, é importante observar que estes movimentos, demonstram a diversidade do campesinato brasileiro, perceptível pelas diversas categorias pelas quais as identidades são definidas. Estas categorias, como defendem Menezes, Godoi & Marin (2009), consolidam a diversidade da condição camponesa no Brasil e a agricultura familiar é uma das suas especificidades.

Segundo Grisa e Schneider (2014), a materialização das ideias destes diversos grupos sociais – protagonistas e atores para a construção real e organizativa da sociedade – é que transformam as idealizações em instrumentos efetivos de ações estatais, a partir de diferentes representações, contribuindo com a elaboração de políticas públicas. No entanto, as negociações são permanentes, dependendo das relações de poder e força, bem como, dos objetivos políticos e institucionais dos grupos sociais. É neste sentido, que as políticas públicas contribuem com o “entendimento dos grupos sociais sobre sua própria condição e sobre a sociedade em geral, bem como sobre os instrumentos necessários para aperfeiçoar esta condição” (GRISA & SCHNEIDER, 2014, p.127).

É através das políticas públicas, como enfatizam Cappellin e Vincenti (2008), que os primeiros programas públicos foram criados, a exemplo do incentivo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no ano de 1985, para a criação do “Programa de Apoio à Mulher Rural” na esfera do Ministério da Agricultura e a campanha “Trabalhadora rural, declare a sua profissão”, tendo a finalidade de reconhecer as mulheres enquanto trabalhadoras rurais, substituindo sua declaração como dona de casa durante o censo demográfico de 1990.

Quando analisamos o contexto histórico das manifestações é possível identificar que a presença e o fortalecimento de organizações das mulheres rurais foram oriundos das articulações a partir de lutas sindicais, na qual ocorria o interesse de sindicalização de forma independente de seus pais, maridos ou irmãos. A ocorrência histórica destas lutas intensificou-se nos anos de 1980, um momento em que movimentos sociais no Brasil estavam ressurgindo após 20 anos de ditadura militar (Siliprandi, 2011). Nesse sentido, os rumores dos movimentos feministas urbanos chegaram às mulheres rurais, que passaram a se organizar com o apoio de igrejas progressistas, como parte da propagação das Comunidades Eclesiais de Base.

Suas primeiras lutas foram pelo reconhecimento da sua profissão enquanto agricultoras e por direitos decorrentes desse reconhecimento. Mobilizaram-se para ter acesso à terra (mediante a titulação conjunta com os companheiros, e a adjudicação de lotes a mulheres chefes de família, nos assentamentos de reforma agrária); para que constasse em seus documentos que eram trabalhadoras rurais ou agricultoras (ao invés de “donas de casa” ou “domésticas”); para exercer seus direitos sociais, previdenciários e sindicais (de participação como sócias e como dirigentes das agremiações); e também para obter um melhor atendimento no sistema de saúde (SILIPRANDI, 2011, p.171).

É possível perceber que as manifestações eram compostas por diversas vias em relação ao que consistem os direitos sociais, econômicos, políticos e até mesmo na luta pelo reconhecimento de seu trabalho enquanto profissão. No entanto, é possível analisar, que a luta por reconhecimento de sua profissão não significa necessariamente a busca de modificações nas relações matrimoniais e de gênero (marido e esposa), assim como a condição de serem trabalhadoras em outros espaços, além de sua casa, não as tornam necessariamente mais independentes e atuantes politicamente, havendo a necessidade de problematizar as relações entre trabalho, gênero e matrimônio no meio rural (PAULILO, 2003).

Apesar disso, podemos considerar alguns aspectos sociais e históricos que fizeram parte da construção dos movimentos e da participação das mulheres rurais em meios públicos e políticos. Boni (2004), analisa que as mudanças que vieram à tona junto com a modernização no campo, reforçaram a ação coletiva e o fortalecimento de movimentos sociais nas últimas três décadas. A autora, ao situar a região em que estuda, o Oeste de Santa Catarina, destaca algumas organizações que foram criadas, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o

Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA)¹⁷, e o Movimento de Oposições Sindicais aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), que passaram a atuar ao findar a ditadura militar.

De acordo com Heredia e Cintrão (2006), os movimentos sociais rurais têm realizado um papel importante no fomento de políticas públicas, influenciando a redução das desigualdades entre o meio rural e urbano. Assim, os movimentos sociais de mulheres rurais, em sua grande maioria, fazem parte de outros movimentos mais abrangentes, favorecendo especificamente as lutas que incluem o gênero no debate rural. As autoras afirmam que a relação das políticas públicas e dos direitos trabalhistas atingiu tardiamente a população rural.

Decorrentes das mobilizações no final dos anos de 1980, a luta pelo reconhecimento profissional foi se tornando a mais importante para as mulheres da agricultura familiar, ganhando mais força a partir dos anos 2000, ressaltando a luta pelo reconhecimento enquanto agricultoras. Sobre estes acontecimentos Siliprandi (2011, p.3) identifica que:

A primeira década dos anos 2000 pode ser considerada como o período em que agricultoras apareceram publicamente pela primeira vez como produtoras rurais propriamente ditas, reivindicando também o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas, e exigindo tratamento diferenciado por parte da sociedade e do Estado. Podemos citar como exemplos dessa atuação as Marchas das Margaridas organizadas em 2000, 2003 e 2007 por um conjunto de organizações coordenadas pela Comissão Nacional da Trabalhadora Rural da CONTAG; e as grandes manifestações da Via Campesina nas comemorações do dia 8 de março, ocorridas a partir de 2006. Paralelamente, avançaram também no aprofundamento da discussão das relações de gênero e do seu papel dentro das famílias e na sociedade, reivindicando mudanças na divisão sexual do trabalho, questionando sua falta de poder dentro de casa e denunciando a violência de gênero.

A autora ainda explica que estas conquistas, apesar de se darem com muito esforço, ainda são um desafio dentro das políticas públicas brasileiras, sendo necessário fortalecer tais alianças durante a execução de programas, com a maior participação política de mulheres dentro destes setores já institucionalizados. O que se percebe é que as reivindicações e a relação destes movimentos com o governo estiveram mais afinadas durante os últimos anos, no entanto, a participação efetiva fora do campo dos movimentos sociais ainda tem muito para superar, exigindo além

¹⁷ Atualmente, este movimento se autodenomina como Movimento de Mulheres Camponesas, como citado anteriormente no texto.

de tudo, a participação de mulheres rurais na esfera institucional, para que o debate seja mais participativo.

Sales (2007) elucida outro embate da participação de mulheres, evidenciando que, apesar do reconhecimento legal delas na produção da agricultura familiar ser um grande avanço, necessita também de um conjunto de ações paralelas que deem conta da autonomia das mulheres, para que possam usufruir destes direitos conquistados. Estes direitos enfrentam as limitações da enorme burocratização que envolve os programas de crédito, por exemplo, que ainda dificulta o efetivo acesso das mulheres às políticas públicas.

Dessa forma, podemos pensar as questões que envolvem a participação política de mulheres agricultoras nas diversas esferas sociais, para que possam conseguir seus direitos e resistir às pressões sociais e culturais que lhe são impostas, tanto no ambiente privado, quanto no público. Elas ainda se deparam com dificuldades no acesso às políticas públicas e também na participação política enquanto representantes nos meios institucionais.

Para melhor compreender tais esferas, a seção seguinte irá discorrer sobre as questões que envolvem a participação política das mulheres no campo da representatividade e da liderança. Cabe salientar que, durante muitos anos, as mobilizações das lutas camponesas se deram a partir da questão de classe, contudo, com a entrada das mulheres no campo político, passam a ser discutidas questões de gênero e suas intersecções, através do reconhecimento e do enfrentamento de múltiplas opressões, por parte destas mulheres, ao exercerem liderança política.

4.2. A liderança e representatividade política para mulheres: um olhar a partir da interseccionalidade

Pensar a questão da representatividade de mulheres em contextos políticos e institucionais de esfera governamental ou de movimentos sociais e sindicalistas nos remete a reflexão sobre a identidade de gênero que se constitui a partir de diversas posicionalidades ocupadas pelas mulheres. Butler (2003) demonstra que é a partir das estruturas jurídicas da linguagem e da política que se forma o campo do poder que assim, legitima práticas que naturalizam o modelo heteronormativo e binário do sujeito na sociedade. No entanto, a autora problematiza a formulação do “sujeito” do

feminismo e das lutas feministas frente a esta questão, e assim, propõe que a tarefa política do feminismo não seria a recusa da política representacional, mas sim “formular no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam” (BUTLER, 2003, p.22).

Butler (2003, p.20) questiona como o feminismo se instituiu considerando a categoria mulher como uma identidade comum, e que esta passou a ser questionada a partir do interior do próprio discurso feminista. Pois, como salienta a autora, “se alguém ‘é’ uma mulher, isso não é tudo que esse alguém é”, visto que o gênero estabelece interseções com modalidades de raça, classe, etnia, sexo, região constituindo identidades discursivamente constituídas e não fixas.

Dessa forma, caracterizar as relações de opressão somente como a lógica do patriarcado, já não é suficiente, visto que dentro desse viés de modelo hegemônico e heteronormativo, a opressão ocorre, para além do gênero, , também por opressões de raça, classe, entre outras.

Neste sentido, Piscitelli (2009) afirma a necessidade de situar a trajetória do conceito de gênero na história, levando em consideração os diferentes espaços/tempos, em que diferentes mulheres estão inseridas, demonstrando que há diferenças interseccionais de opressões, que se apresentam diferentes para mulheres do “Ocidente”, “Oriente” e “Terceiro Mundo”.

Piscitelli (2009) exemplifica este aspecto ao demonstrar a situação do Brasil, em que aquelas que podem exercer representação política, em geral, possuem altos níveis de educação e de trabalho. Assim, mesmo com a possibilidade que se abre com a representação de algumas mulheres em espaços de poder institucionais, a grande maioria das mulheres enfrentam desigualdades salariais e de participação em relação aos homens. Além disto, há situações desiguais que se interpõem entre mulheres dos segmentos altos e médios, quando comparadas com as mulheres que são empregadas domésticas. Estas mulheres, em diferentes contextos, enfrentam diferenciadas formas de violência e opressão, cujos índices são mais elevados nas camadas sociais de mulheres negras e pobres.

O conceito de interseccionalidade foi elaborado pela jurista Kimberlée Crenshaw no contexto das mulheres negras estadunidenses, e demonstrou como o sistema de opressões é múltiplo, simultâneo e complexo, na qual a questão de raça e gênero é emaranhada nas discriminações vivenciadas por estas mulheres

(ALMENDRA, 2015). Para Crenshaw (2002), a interseccionalidade apresenta o cruzamento de sistemas discriminatórios que criam as desigualdades na qual irá estruturar posições relativas de mulheres, marcadas por classe, raça, etnia, entre outras classificações hierárquicas. É a partir da interseccionalidade que é possível analisar as ações e políticas de opressão, permeadas pela desigualdade estrutural, que pode constituir elementos dinâmicos ou ativos de desempoderamento¹⁸ (CRENSHAW, 2002).

O conceito de interseccionalidade nos permite compreender que o gênero não tem referentes fixos, rompendo, dessa maneira, com o essencialismo da categoria mulher (ou mulheres em termos universalizantes). Permite-nos, portanto, compreender que o gênero é marcado por um sistema de diferenças intersectado por outros sistemas de diferenças, de classe, raça, sexualidade, origem étnica, experiência pessoal, idade, modo de vida, saúde, situação urbana ou rural e experiência histórica (ABU-LUGHOD, 2018).

Considerando a interseccionalidade é que podemos articular a questão das mulheres camponesas que se tornaram lideranças políticas dentro de contextos específicos, os quais são caracterizados por diferenças, cujas características não podem ser identificadas enquanto universais ou únicas da identidade de gênero. Dessa maneira, retratar a trajetória política de Luciana e Zelide nos desafia a partir da noção de experiência e como tais experiências foram se moldando através de suas histórias individuais e das histórias sociais por elas vivenciadas.

Com a representatividade de mulheres em contextos políticos, fica evidente a complexidade de diferentes práticas não hegemônicas em um local que a masculinidade já está impregnada. Nesse sentido, Luciana e Zelide falam sobre suas experiências de vida ao tornarem-se lideranças políticas e relataram os enfrentamentos que tiveram que fazer. Para Zelide, quando exerceu pela primeira vez a presidência no sindicato, houveram diversos obstáculos vindos do público, tanto com críticas voltadas ao seu desempenho de liderança por ser mulher, dadas muitas vezes à recusa de homens para tratar assuntos no sindicato com uma

¹⁸ O termo “desempoderamento” utilizado pela autora é a ideia contrária ao “empoderamento” ou “empowerment”, a qual foi bastante utilizada em reivindicações e movimentos emancipatórios de movimentos negros, feministas, LGBT’s e das pessoas com deficiência que foram mobilizados nos Estados Unidos a partir da década de 1960, utilizados para designar a emancipação social (BAQUERO, 2012). No entanto, não utilizamos este conceito no decorrer da dissertação por se tratar de um termo polissêmico no Brasil, na qual também é utilizado para designar práticas que não correspondem a emancipação social de fato.

presidente mulher, quanto às críticas da comunidade frente às responsabilidades que eram esperadas de uma mulher, agricultora, casada e mãe. Já Luciana, expressa o preconceito por ela vivenciado, exercido pelas pessoas que não aceitavam mulheres na política partidária, ouvindo, diversas vezes, que o lugar dela não era naquele espaço.

Esse tipo de desaceitação destas mulheres em espaços de representação se deve a um estereótipo difundido, em diversas regiões, sobre as mulheres rurais, em que seu trabalho é visto exclusivamente como “cuidado da casa”, das atividades domésticas, da incumbência com as crianças, os idosos e os doentes, com a preparação da comida, com o manejo da horta e dos pequenos animais, focado na produção para o autoconsumo (PAULILO, 2004). Portanto, essas mulheres são desqualificadas para o espaço público, devendo se resignar ao espaço doméstico. Elas contam sobre o modo como tiveram que enfrentar o preconceito:

[...] como nós sofremos preconceito e não só por parte dos homens. Eles falavam: ‘ah, o que mulher está fazendo na política?’ ‘Bah, mas o que ela vai mudar?’ ‘O que ela vai se meterna política?’ ‘Ela tem uma família, ela tem filhos, tem que fazer outra coisa.’ Então isso eu ouvi também. Eu acho que a principal discriminação, foi nesse sentido, sabe? De acharem que a política não era um espaço de mulher. (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 17 de maio de 2018).

O pessoal chegava e perguntava: ‘cadê o presidente do sindicato?’ Aí eu dizia: ‘sou eu’. Mas a gente foi superando e conseguimos na época também fazer um trabalho bem importante nesse reconhecimento da mulher. (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 08 de junho de 2018).

As duas narram estratégias de enfrentamento de tais preconceitos e que auxiliaram a continuar na linha de frente, como por exemplo, o apoio de seus respectivos esposos e de suas companheiras e companheiros de luta, evidenciando que sem tal apoio, talvez não conseguissem realizar as atividades planejadas. Nestas circunstâncias, percebemos o atravessamento de diferentes opressões.

Se por um lado, Luciana e Zelide perpassaram pela experiência do preconceito e da recusa da sociedade em aceitar a liderança e a representação pelo fato de serem mulheres, mães e agricultoras, por outro lado, cabe observar que, mesmo permeadas por processos de opressão como mulheres, agricultoras camponesas, que vivem no espaço rural, elas são mulheres brancas com famílias constituídas – e que lhes apoiaram em suas escolhas –, casadas aos moldes heteronormativos, ligadas a religiosidade católica e hegemônica, o que lhes dá certo privilégio com relação à outras mulheres, cujos marcadores raciais, sexuais,

religiosos etc., poderiam acarretar em outros preconceitos e enfrentamentos para assumirem cargos de lideranças.

Por isso demonstramos a importância de considerar a interseccionalidade ao abordar as trajetórias destas mulheres de maneira singular e específica, que se cruzam e se contrapõem, ao mesmo tempo, às histórias de outras mulheres, em outros contextos. Ao colocar esta perspectiva, podemos questionar as interseccionalidades que abrem brechas às diferenças e diversas identidades sobrepostas, as quais contêm, inclusive, contradições.

Scott (1990), ao analisar a história das mulheres pelos historiadores, observa que esta área tornou-se separada de outros campos de estudo, ficando restritos as questões de sexo, família e outros temas interligados, não se estendendo ao campo econômico ou político. Outro aspecto relacionado ao estudo das mulheres é o conceito de gênero, o qual, muitas vezes é usado especificamente para as questões das mulheres ou entre sexos. Sobre estas questões, Scott (1990) propõe ampliar a discussão de gênero para diversos campos de análise, como por exemplo, nas questões de política, poder, guerra, diplomacia, entre outros.

Discutir as relações de gênero e de mulheres no contexto político implica em compreender a reciprocidade entre as construções sociais que constroem o gênero e como o gênero constrói as relações sociais (SCOTT, 1990). Esta questão é evidenciada a partir da trajetória apresentada por Zelide, ao narrar as discussões de gênero durante as reuniões dos sindicatos das/dos trabalhadoras/trabalhadores rurais, nas quais as questões das mulheres eram vistas pelos homens de maneira separada de outras que se referiam as demandas dos trabalhadores e a agricultura familiar:

Porque começamos a querer trazer os presidentes dos sindicatos para discutir junto e quando se puxava para fazer um trabalho que envolvia o gênero, aí o bicho pegava. Era uma discussão! Nós ficávamos muito preocupadas, porque eles propunham uma pauta e mais outra pauta e o assunto que era ligado a gênero ou mulheres, ficava por último, para quando todo mundo já estava indo embora. (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 08 de junho de 2018).

Outra problemática que Luciana e Zelide enfrentaram ao se tornarem lideranças políticas faz parte destas interseccionalidades e da diferença, como citadas anteriormente, que além de serem marcadas como mulheres, são também agricultoras que carregam estigmas relacionados a seus modos de viver, demarcando seu lugar social.

Ambas as mulheres, o tempo todo, evidenciam a sua identidade como mulheres agricultoras. Luciana ao falar sobre sua representação nos espaços políticos quando se tornou deputada estadual, comenta que apesar de ficar mais distante da produção no campo, não deixou de lutar por esse espaço, nem de ser agricultora, mesmo ampliando seu foco de atuação e representatividade política:

Depois de 2001, quando eu assumi enquanto deputada, ficamos um pouco distantes da produção de alimentos. Mas a luta, o trabalho, as organizações continuaram, e claro que como deputada, a gente acabou ampliando bastante o nosso círculo de atuação. Então, as lutas se tomaram maiores e antes nós estávamos mais voltados ao sindicato dos trabalhadores rurais, e depois, as associações, ao MST, ao MAB, aos sindicatos urbanos [...] (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 17 de maio de 2018).

Luciana se percebe enquanto agricultora, principalmente, por lutar pela questão dos/as trabalhadores/as rurais, e viver ainda hoje no campo, mesmo residindo por longos períodos na cidade em função de suas funções políticas. Zelide percebe sua identidade enquanto agricultora pela questão da vivência no espaço rural: *“Eu não consigo me imaginar morando na cidade. Durante esse tempo, que eu trabalhei no sindicato, eu ficava durante a semana lá, mas eu não via a hora de vir pra casa. Eu não consigo me imaginar indo morar na cidade e não ser agricultora.* (Zelide, entrevista realizada em 8 de junho de 2018).

Quanto às relações com a igreja, mesmo com as divergências entre a militância e a reza, Zelide menciona que a sua liderança na sua comunidade rural ocorreu a partir da religião, que foi um ponto forte para desencadear a articulação e constituição de outras lideranças para as entidades da região. Sobre as divergências, Zelide salienta que, em sua trajetória:

[...] tinha o apoio da igreja, até que um momento a igreja deu uma paradinha, uma desanimada, porque saíam muitas lideranças da igreja para ir para luta. Então deu aquela fracassada. Até uma vez eu questionei um padre e aí ele disse em tom de brincadeira: ‘vocês estão tirando tudo nossos ministros pra ir nos sindicatos’. Ia para o sindicato quem estava mais esclarecido na comunidade, que sabia que tinha que ir para a luta. Então deu um pouco o choque, mas a igreja sempre se manteve (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 12 de julho de 2018).

Assim, a participação na igreja fazia parte das trajetórias familiares destas mulheres e esta ligação permitiu a formação de lideranças. Mas cabe questionar, qual espaço caberia a elas para exercer os cargos de presidência sindical, vereadora, deputada, e outras direções de entidades, que não as da igreja? Quais

aspectos interseccionais estariam postos para no exercício de suas lideranças e representatividade em espaços de disputas políticas?

Hall (2006, p.12), ao analisar as identidades demonstra que a construção de sujeito está marcada pela fragmentação, tornando este aspecto mais “provisório, variável e problemático” (HALL, 2006, p. 12). Consideramos, portanto, nesta análise, que a identidade não é um ideal normativo, mas que é constituída e reformulada pela experiência das agricultoras. Um dos exemplos de articulação da concepção de sujeito e identidade é como Zelide diferencia a percepção sobre sua liderança na comunidade onde vivia desde criança e quando era solteira e a percepção na comunidade na qual foi morar após se casar. Na primeira situação, ela retrata que os familiares e vizinhos viam sua liderança como positiva e enalteciam sua trajetória. Já para a outra comunidade com a qual convivía, tal liderança era vista como um impedimento do trabalho doméstico ou da função materna. As pessoas questionavam o marido, que apoiava a sua trajetória de liderança: “[...] o pessoal dizia para ele: ‘mas tu deixa sua mulher ficar fora? Tem criança para cuidar!’ E ele dizia: ‘mas eu estou cuidando das crianças e estou cuidando bem delas’”. (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 12 de julho de 2018).

Já para Luciana, houve sempre o apoio familiar e comunitário para seu itinerário de liderança e representação. Contudo, a família não entendia o motivo dela e seu companheiro participarem com tanta persistência em movimentos sociais sem receberem um salário em troca. No entanto, a liderança de Luciana foi sendo questionada a partir do momento em que passou a exercer liderança político-partidária, na qual, muitas vezes era comparada com outros colegas por ser “mulher”, “ter menos voto”, “por ser agricultora” ou “por estar filiada a tal partido” (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 17 de maio de 2018). A partir do início de sua trajetória, ela também relata o momento que foi pressionada pelas próprias companheiras para se candidatar:

Era uma coisa assim, eu falo sempre, que nós mulheres pensamos muito antes de dar uma resposta. E eu tinha muito medo, fiquei assustada com aquilo e eu falava: ‘não, eu não vou!’ E, ao mesmo tempo, eu sentia as mulheres falando: ‘poxa, você fala para a gente ir, agora a gente está pedindo para você ir e você não quer ir.’ (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 17 de maio de 2018).

Assim, Luciana enfatiza, que “nós mulheres precisamos ‘pensar muito’, antes de aceitarmos nos tornar uma representante política. É relevante problematizar esta

questão das identidades, que por momentos flutuam entre o fortalecimento e a dificuldade em exercer a representatividade no espaço público. Nesse sentido, uma mulher, ao tornar-se liderança política, provoca certos questionamentos acerca de seus modos de vida, identidade, visões ideológicas, entre outras.

Sendo assim, é possível perceber, de acordo com as vivências de Zelide e Luciana, que para mulheres exercerem liderança política, elas precisam, cotidianamente, (re) afirmarem sua posição e a legitimidade de suas práticas e modos de vivência, frente a uma sociedade em que o ambiente político é controlado pelo poder masculino, com diversas formas de opressões com as mulheres e/ou outras identidades que se interseccionam.

Torna-se relevante abordar neste contexto o conceito de R-existência a partir da perspectiva decolonial ao pensar as trajetórias destas mulheres que tornaram-se lideranças políticas. Benzaquen (2014) afirma que R-existir é combater o monopólio da colonialidade, tornando o que é ausente, presente, demonstrando que as relações ultrapassam o domínio econômico-político e jurídico-administrativo dos moldes hegemônicos de poder, evidenciando a dimensão epistêmica, cultural racial nestes domínios. Benzaquen (2014) retrata que decolonizar nos impõe outra lógica de reflexão, nos colocando contra as diferentes formas de dominação que existem.

É nesse sentido, que podemos perceber tais R-existências (e resistências) das mulheres agricultoras exercendo lideranças políticas, visto que a todo o momento quando as mulheres estão neste espaço, decolonizam o modo que opera o sistema, permitindo também que R-existam em suas através de próprias identidades e processos de subjetivação. Assim, é necessário R-existir, dentro de um espaço já colonizado, de algo já pré-existente a partir da diferença de saberes, vivências, epistemologias, etc (PORTO- GONÇALVES, 2006).

Neste sentido, o contexto destas mulheres agricultoras, as quais exercem suas R-existências em espaços já predominantes da lógica hegemônica e colonial, cotidianamente necessitam de impulsos para decolonizar o que está posto. Para tanto, no próximo capítulo, iremos analisar a fundo quais foram as redes destas R-existências para Luciana e Zelide.

5. AS REDES DE RESISTÊNCIAS DE LUCIANA E ZELIDE

Serão abordadas neste capítulo, as redes de resistências coletivas e individuais que Luciana e Zelide teceram ao se constituírem lideranças políticas. Neste sentido, são apresentados elementos de suas militâncias que se construíram a partir de redes, tais como, da Igreja Católica, do STR, da ASSESOAR, de movimentos sociais e de partidos políticos. A análise documental neste capítulo foi essencial para que pudéssemos ampliar a análise das experiências narradas por Luciana e Zelide, compreendendo os processos percorridos para tornarem-se lideranças políticas da região.

A questão da resistência nas práticas de movimentos sociais é um fator significativo de modo geral. No entanto, nesta pesquisa, analisamos quais os processos de resistências que as mulheres entrevistadas realizaram para se constituir e atuar como lideranças políticas, ou seja, quais são as resistências cotidianas por elas produzidas para que pudessem efetivar suas atuações políticas. Para tanto, abordamos suas trajetórias de vida, enquanto mulheres e agricultoras, considerando os múltiplos aspectos das experiências narradas.

Visto que suas identidades não se encaixam no padrão normatizador de ser/estar aos moldes da modernidade, as mulheres camponesas/ agricultoras resistem ao processo da colonialidade. Assim, para os Estudos Decoloniais, existem múltiplos processos de resistências que configuram a pluralidade e as diferenças, sendo que, apesar de serem ignoradas pelo processo “colonizador” da modernidade, elas existem. Dussel (2005) e Mignolo (2013) colocam provocações em seus textos acerca das práticas não hegemônicas, demonstrando a importância da pluralidade e das diferenças, principalmente culturais, na construção do conhecimento, e assim, enfatizam a importância do empoderamento dos saberes subalternos e marginais enquanto resistências.

Nesse sentido, abordar os principais espaços nos quais Luciana e Zelide caminharam em suas trajetórias políticas, nos faz compreender qual contexto e sentido que foi traçado para que fosse possível exercerem os cargos de representatividade, reconhecendo também as interseccionalidades e as diferenças que marcam suas identidades, pelas quais ocorrem suas práticas de resistências. Para as duas, o caminho da Igreja Católica, dos sindicatos, dos partidos políticos, e

da ASSESOAR, foram rotas que auxiliaram suas práticas políticas e suas resistências cotidianas.

Scott (2011), ao analisar as resistências do campesinato em Maláia, na Malásia Ocidental contra o governo colonial entre a década de 1920 e início de 1930, observa que essas resistências nem sempre ocorreram, através de organizações coletivas, pois há também ações individuais e cotidianas. As ações são diversas e configuram-se enquanto resistências que se tornam ativas e que podem ser violentas, dissimuladas, informais ou ter objetivos imediatistas.

Para isso, é necessário conhecer quais são os processos que resistem, ou como diria Scott (2011), quais as formas cotidianas de resistências e quais são as histórias não escritas de resistência que abarcam tais trajetórias. Nesse sentido, as redes de resistências tanto podem constituir aquelas ações planejadas e perceptíveis enquanto resistências, mas também as resistências não planejadas, despercebidas, assim como Scott (2011, p. 237) aborda sobre as experiências individuais e coletivas que provocam resistências:

Quando a experiência é completamente compartilhada, os símbolos que corporificam as relações de classe podem vir a ter um poder evocativo extraordinário. Pode-se imaginar, nesse contexto, como as queixas individuais tornam-se queixas coletivas e como as queixas coletivas podem assumir um caráter de um mito de base classista ligado, como sempre, à experiência local.

A resistência enquanto mecanismo de luta e defesa por direitos no contexto das mulheres rurais significa deslocar-se do que está posto, ao sair dos “lugares” que lhe foram atribuídos, e compor as organizações e movimentos sociais.

Van der Ploeg (2009) também compreende os processos de resistências que vem “de dentro”, como os que são constituídos nos espaços rurais, marcados por práticas heterogêneas e interligadas que constituem as particularidades do campesinato. O autor destaca três formas de resistência: a luta velada e sabotagem; luta aberta; e as intervenções na organização do trabalho e produção.

Neste último processo o autor enfatiza as relações na agricultura que alteram processos produtivos e de trabalho hegemônicos, com práticas heterogêneas e interligadas que constitui o campesinato como “essencialmente diferente”, sendo elas a materialização das resistências, como por exemplo, o preparo de um bom adubo, as práticas da agroecologia, as formas de cruzamento de vacas nobres, entre outros processos. Tais práticas, se colocadas isoladamente podem parecer

indiferentes, mas que se forem vistas nos atuais contextos, elas se expressam enquanto veículos da resistência (VAN DER PLOEG, 2009).

Talvez seja pelo caminho da experiência compartilhada e local, (SCOTT, 2011), ou das intervenções nas organizações do trabalho e da produção, (VAN DER PLOEG, 2009) que podemos analisar as interferências, mudanças ou transformações que acontecem nos locais de vivência de camponesas. Pereira (2017), apoiado nos estudos de Deleuze e Guatarri (1995) e Certeau (2014), identifica as resistências a partir do deslocamento pelas linhas de fuga, na qual se criam estratégias e táticas territoriais, indicando formas de deslocamento, desvio, curvaturas que implicam na resistência.

Já para Lugones (2014), tal deslocamento é apreendido pelo conceito de subjetividade ativa, para definir a potencialidade de resistências que não, necessariamente, transformam por completo as relações de poder da “colonialidade”, mas constroem alternativas para tais imposições. A partir disso, é possível perceber os mecanismos de resistência que não transformam por completo as relações de poder na colonialidade, mas que encontram alternativas para tais imposições, a partir das relações entre a subjetividade/ intersubjetividade, em que a relação entre opressão e resistência forma sistemas complexos, que se constroem por meio de diferentes situações (LUGONES, 2014), ou como ditos anteriormente, pela busca de deslocamentos, das linhas de fuga.

Nesta perspectiva, para Luciana e Zelide, bem como para outras mulheres agricultoras da região estudada, os caminhos da construção de uma rede de resistência perpassa por caminhos da religiosidade, da afetividade e das relações familiares que vivenciaram, fazendo parte também de suas resistências e reinvenções. Elas, bem como outras mulheres camponesas que compartilharam experiências parecidas, não necessariamente quebraram com padrões pré-estabelecidos e estruturados socialmente para exercerem sua liderança política, mas percorreram caminhos para resistir ao que era inviável às mulheres – no caso, a representatividade e a liderança política.

Suas resistências perpassam diferentes espaços sociais em que estavam inseridas. Neste sentido, a religião, as quais pertencem, passa a ser utilizada enquanto meio para reuniões que discutiam nas entrelinhas, sobre a opressão das mulheres. Nestas reuniões elas questionavam sobre papéis maternos, do casamento e do trabalho doméstico. Além disso, elas utilizam-se do discurso sobre a

família para validar a sua legitimidade de ir à luta pelos seus direitos de cidadania, como no caso da luta pela aposentadoria. Luciana comenta que para isso, as mulheres utilizavam tambémdo argumento da estratégia econômica, para que os homens aceitassem e lutassem junto com as mulheres para as reivindicações de acesso à direitos. Ela lembra que:

O trabalho da mulher não era considerado, e a partir do momento em que ela consegue a aposentadoria, o homem também passou a respeitar mais e entendeu melhor a luta, porque ele percebeu que a luta, a saída dela de casa, ir para reunião, ir para as manifestações, para as mobilizações que aconteceram, resultou em um estado que melhorou dentro de casa. Então melhorou a economia e ele começou a entender que melhorou para ele também. (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 18 de novembro de 2018).

Zelide expõe que na campanha pela documentação, havia rejeição de muitas mulheres, pois não acreditavam que um dia iriam se aposentar, e por isso, não viam a necessidade de fazer a documentação de identificação ou incluir seu nome no bloco do produtor rural – onde apenas constava o nome do homem. Mas conforme as mulheres foram ganhando suas aposentadorias após um tempo, outras mulheres foram percebendo a importância e assim, passaram a participar das reuniões nas comunidades com maior frequência.

Além disso, as reuniões também eram importantes para retratar questões sobre a saúde destas mulheres. Apesar das pautas focarem nas questões de acesso aos direitos trabalhistas, diversas vezes faziam trabalho para resgate da autoestima de mulheres, pois muitas utilizavam deste espaço para desabafar. Zelide afirma que estes momentos permitiam que as mulheres se fortalecessem entre si, antes de tudo, para depois tratar das pautas mais amplas das reuniões.

Este último aspecto também é analisado pelo viés das estratégias e redes de resistências que as mulheres passaram a tecer nos grupos que Luciana e Zelide coordenavam. Nesse sentido, nem todas as mulheres que participavam das reuniões, estavam naquele espaço especificamente pela luta dos direitos das mulheres enquanto cidadãs e pela luta de classes, mas muitas delas utilizavam os grupos de mulheres para sentirem-se acolhidas a outras demandas de suas vivências. Zelide comenta sobre estas diferenças:

A gente dizia assim, que gênero tem que trabalhar com a família inteira, mas tem algumas coisas que tinham que trabalhar só as mulheres. Nós sempre levávamos uma assessoria. Várias vezes levamos uma psicóloga para a comunidade. Algumas questões eram só das mulheres. Essa

questão da auto-estima, a gente fez tanta reunião, mas tanta reunião! É bem complicado você lidar com aquelas mulheres que há anos que elas tem o costume de ficar quietas quando o marido xinga. Então não adiantava uma reunião só, precisava de muito mais!

*Nas reuniões elas iam contando e então às vezes a gente fazia reunião, levava pauta, mas cada uma falava um pouco da sua vida. A gente fazia isso primeiro com uma orientadora, sempre vinha alguém pra orientar a gente a estimular o jeito para elas se soltar e falar. 90% das mulheres não faziam preventivo, então nós chegamos a fazer em algumas comunidades com que as coordenadoras, pelo menos aquelas que participavam do grupo, marcar um dia para que todas viessem aqui [no sindicato] um dia sabe e então marcar. Era um transtorno, então a gente arrumava um ônibus... Elas não faziam preventivo de câncer de mama, o anticoncepcional às vezes o marido não deixava tomar porque era muito machismo. **Não era questão só da agricultura, era psicológico...Tudo tinha que trabalhar.** Do nosso jeito, mas a gente trabalhava. (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 12 de julho de 2018, grifo nosso).*

Relacionando esta perspectiva com a identidade e os movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil, é possível dialogar com o debate de Paulilo (2004), que ao demonstrar que os movimentos de mulheres das bases do MST e dos sindicatos enfatizam as questões de classe, e os movimentos autônomos das mulheres rurais, como por exemplo, o antigo MMA e atual MMC, se dedicarem mais às questões específicas de gênero e ao que preocupa as mulheres em seu cotidiano. A autora questiona sobre as demandas de reivindicações dos movimentos de mulheres nestes contextos, na qual indaga se conviver com um maior pluralismo não seria essencial para diminuir as desigualdades de gênero, dando sentido a questão das diferenças e das incompletudes antes de perpassar por outras demandas de reivindicações.

O sociólogo português Boaventura de Souza Santos, em sua fala sobre multiculturalismo durante o já citado III Fórum Social Mundial, diz bem que a identidade é uma maneira que temos de nos dar sentido e que o diálogo multicultural é difícil porque há coisas que não se quer compartilhar quando não se tem confiança, confiança que não pôde ser desenvolvida em séculos de desencontros e discriminações. O diálogo só será possível quando cada cultura tiver consciência de sua incompletude, em vez de se atribuir um papel colonizador. Sobre igualdade e diferença, afirma que queremos “direito igual quando nos inferiorizam, direito diferente quando nos descaracterizam” (PAULILO, 2004, p.238).

Assim, ao afirmar as questões da heterogeneidade, historicidade e de um projeto aberto de identidades para tais populações “não eurocêntricas”, faz-se pensar também que tais identidades partem de um terreno de conflito, não possuindo uma história linear ou simples, expressando elementos da colonialidade

do poder (QUIJANO, 2005), inclusive dentro da construção de movimentos sociais de mulheres rurais em suas próprias reivindicações. Sendo assim, é necessária a compreensão e consciência da *incompletude, dos deslocamentos, das subjetividades ativas, das linhas de fuga*, para que não se naturalize ou generalize identidades das mulheres rurais dentro das pautas de reivindicações, mas que se construam a partir de suas diferenças, especificidades e principalmente, de suas resistências cotidianas, que podem ser planejadas ou não e que formam um espaço da experiência compartilhada, bem como o espaço das intervenções nas organizações de trabalho, mesmo que tais intervenções não sejam aquelas ligadas diretamente à agricultura (SCOTT, 2011; VAN DER PLOEG, 2009).

5.1. Trajetórias que falam de si ou da história das mulheres na região?

“Quando eu falo “eu”, tinham outras mulheres junto. Nós éramos um grupo”.
(Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 12 de julho de 2018).

As narrativas de Luciana e Zelide de suas próprias experiências é um processo de relatar a si mesmas, que nos faz refletir sobre como nos percebemos e como notamos o mundo ao nosso redor. Isso faz com que nossas narrativas, memórias e relatos se inscrevam e existam dentro de uma história viva, a partir de nossas experiências, que, contudo, são atravessadas por outras experiências.

Rago (2013), ao abordar narrativas autobiográficas de mulheres feministas brasileiras, considera que as narrativas de si reconstróem o próprio passado, avaliam as experiências vividas e dão sentido ao presente. Além disso, a autora também evidencia que tais práticas discursivas perpassam por interpretações pessoais dos processos históricos vividos, apresentando o conceito de “memória emblemática” de Steve Stern (2000), a qual é atravessada pela transformação de si e pela mudança social, misturando as memórias pessoais com as memórias coletivas e públicas.

Piscitelli (1993) avalia que as experiências dos sujeitos são essenciais para compreender seus próprios olhares e também os processos sociais que vão além dos indivíduos, interconectando-se as experiências individuais e coletivas. Apesar de existirem questionamentos frente à noção de “verdade”, nas narrativas dos sujeitos,

a articulação da experiência com a subjetividade propõe um espaço valioso para interpretações.

Paulilo e Silva (2016), ao analisar a trajetória e memórias de Luci Choinacki, identifica que as memórias individuais se mesclam com as memórias coletivas e sociais, na qual uma trajetória não significa um conjunto coerente e linear de acontecimentos, e sim uma narrativa que “constrói e reelabora percursos, imagens e representações de si e de eventos que se desviam e se deslocam a todo o momento”. (PAULILO& SILVA, 2016, p. 302)

É por este caminho que Zelide e Luciana narram suas histórias durante nossos encontros. Por muitos momentos se misturam as memórias entre suas trajetórias pessoais ou de histórias públicas, expressando o cuidado ao pontuar em suas narrativas os momentos em que falam de si (experiência própria), da região (incluem suas experiências em seus locais de moradia) ou pelo que ocorria no país(a partir do contexto ampliado). A partir dos arquivos públicos da ASSESOAR, foi possível realizar o cruzamento entre as memórias das mulheres entrevistadas, com parte do que estava documentado nos arquivos.

Ao narrarem as suas trajetórias, elas relatam aspectos que foram constituindo seus afazeres políticos, marcados, por muitas vezes, pela questão de gênero. Seja no campo privado, nas questões familiares, na comunidade, ou no âmbito público, além de suas reivindicações se darem a partir das pautas de gênero e da agricultura familiar, também enfrentaram implicações pela questão de serem mulheres e agricultoras em contextos ampliados de lideranças, tornando tais identidades um “recorte” indispensável para compreendermos suas trajetórias políticas.

Além disso, o início de suas histórias como lideranças políticas se cruzam com o período da redemocratização do Brasil. Suas trajetórias não se fizeram ao acaso do tempo, mas sim situados no histórico regional e nacional de lutas camponesas, juntamente com projetos da reconstrução democrática no Brasil após a ditadura militar.

Zelide e Luciana relatam em suas narrativas, todos os deslocamentos de viagens a Brasília, dos acampamentos em frente ao Congresso Nacional, a construção coletiva de novos projetos políticos para as mulheres camponesas e dos trabalhadores rurais de forma geral. Elas falam da luta pelos direitos previdenciários, da campanha pela documentação das mulheres para conseguirem os blocos de notas de produtoras rurais, o auxílio maternidade, etc.

Junto a outras mulheres, elas construíram uma significativa caminhada nos grupos operativos de mulheres na região, os quais se organizavam politicamente a fim de compreender de maneira crítica os processos políticos. Elas tornaram-se mulheres de referência que ajudavam a outras mulheres camponesas a formarem o senso crítico e político, a partir das mobilizações dos sindicatos rurais e/ou da igreja católica, nas quais se misturavam as lutas sindicais e partidárias:

Nós íamos de ônibus e a gente fazia arrecadação nas comunidades e nos sindicatos e a gente preparava a alimentação. A gente levava panela, levava talheres, fogareiro. Levava tudo e a gente cozinhava. Montava uma barraca, levava sempre uma mesinha pequena que dava para dobrar, e a maioria das vezes a gente fazia assim. Juntávamos Salgado Filho, Beltrão e Marmeleiro, as vezes Renascença e as vezes fazíamos os encontros dos municípios juntos. Porque se não cada um levava panela, levava um fogão e não tinha como cada um do ônibus levar tudo de cada, então juntava três, quatro municípios e nós levávamos alguém para cozinhar ou a gente escolhia cada dia uma pessoa, duas ou três pessoas de cada município. Uma vez era Renascença, outra vez era Marmeleiro que fazia, mas a alimentação, era bastante. O que tu ia fazer lá: arroz, batata, carne moída, macarrão... Era aquela uma comida mais fácil e café, mas na época não tínhamos muito dinheiro era só um pouco de verba e um cafezinho e passava, a gente passava... Eu não sei como a gente bancava, sabe? Mas ah... Na luta a gente não cansa. E dormia nos colchão com bastante gente, colocava uma lona e uns colchões no chão e ia embora! (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 12 de julho de 2018).

A partir destas vivências, Zelide e Luciana relatam suas percepções, nas quais refletiam diversas vezes as sensações do medo e da coragem quando tiveram que assumir em algum momento, sua representatividade no meio político e institucional:

Como eu organizava as mulheres e falava da importância da participação da mulher, seja no campo econômico, político e social, as mulheres comentavam muito que era um momento de participar. Aí que elas gostariam muito que eu participasse que eu disputasse as eleições. Eu falo sempre que aquele momento foi um mês quase que eu não dormia, porque eu gostava da política, eu gostava de fazer campanha, mas para os outros! (risos). (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 17 de maio de 2018).

Na fala de Luciana se percebe que, apesar de seu engajamento político local com as mulheres agricultoras, havia uma barreira a ser enfrentada para a sua representação na vida pública da representação no espaço institucional do Estado (inicialmente no âmbito municipal). Isso se deve ao fato que a representação pública das instituições modernas são espaços que foram constituídos como estritamente masculinos e as mulheres, em grande medida, ficaram restritas ao espaço doméstico (FEDERICI, 2017).

Além disso, as falas das mulheres ficam reduzidas as formas de comunicação no espaço doméstico, pois as expressões públicas são prerrogativas dos homens. A fala de Zelide aponta para as barreiras que precisou transpor para sentir-se apta a falar no espaço público:

Eu tinha assim, um pouco de vergonha, porque nós [descendentes de] italianos, temos um sotaque... Ah, um sotaque de italiano de puxar os r's e tal. E eu lembro que um dia eles me chamaram para fazer uma entrevista para a rádio de Pato Branco e eu disse que não queria ir porque eu pronuncio as palavras meio [estranhas]. E aí o cara disse assim: 'olha, se vem uma pessoa italiana aqui, ele tem um sotaque. Se vem um estrangeiro, ele tem o sotaque dele. Se vem uma alemã... Cada um tem o seu.' Daí sabe que aquilo [foi importante]. Eu disse: 'sabe que é mesmo? Não interessa.' E fui, dei a entrevista [...] Aquela história do machismo também não me [intimidou]. Não afetava tanto, sabe? Ficava um pouquinho na hora ali, mas se nós queremos resolver isso aqui, a gente tem que encarar. (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 08 de junho de 2018).

Zelide fala da barreira da língua, mas também seu receio de falar em público – em um meio de comunicação de massa como o rádio – está perpassado pelo fato de ser mulher, agricultora, com uma origem étnica e um modo de vida específico. Falar em público passa, portanto, por reconhecer a sua posicionalidade, considerando, nos termos de Abu-Lughod (2018, p.197) “que todo ato de fala é uma fala de algum lugar”.

Assim, a partir das falas de Luciana e Zelide, podemos perceber a questão da representatividade atravessada por questões de gênero, tanto em termos de experiências individuais quanto na história coletiva de mulheres agricultoras que adentram o campo político e público.

Nesse sentido, Paulilo e Silva (2016b) analisa o debate acerca de lideranças femininas nos espaços de poder, na qual amparada pelos estudos de Deere e León (2002), explicita a mudança de postura das feministas latino-americanas, considerando os impasses que as militantes teriam frente ao poder e representatividade e assim, começam a possuir outros olhares frente às formas de poder, que não a de dominação, ou o “*poder sobre*” que é impositivo. Deere e León (2002, *apud* PAULILO & SILVA, 2016) identificam três outras formas: o “*poder para*”, o “*poder com*” e o “*poder dentro de*”. “O primeiro se refere a uma força geradora de mudanças; o segundo, ao compartilhamento do poder como a busca de soluções coletivas; e o terceiro, ao aumento da força dentro das pessoas e está relacionado à autoestima.” (PAULILO, 2016 & SILVA, p. 308).

A partir dos relatos de Luciana e Zelide podemos identificar também tais formas de exercer o “poder” em suas experiências, visto que por alguns momentos, exercem a representatividade a fim de gerar mudanças dentro do grupo de mulheres camponesas, fazendo uma construção conjunta e coletiva, mas considerando também as questões da autoestima e segurança, por exemplo, frente ao exercício de representatividade. Ao mesmo tempo em que percebiam a importância das mulheres nestes espaços, também avaliavam muito a sua própria representatividade, demonstrando que não é uma prática simples ou fácil de ser realizada. Dessa forma, elas se reconstróem a cada experiência em que são chamadas para exercer a representatividade/liderança em espaços públicos, ao modo que transformam a si mesmas, revisitando suas identidades.

O processo desta reflexão para as mulheres – e aqui é fundamental assinalar que não estamos falando de uma categoria universal, mas interseccionada – possui uma carga diferenciada em relação aos homens, visto que o perfil de lideranças políticas (sejam elas nos meios partidários, institucionais, organizativos etc) aliadas às atividades nas quais demandam uma exposição pública (campanhas eleitorais, entrevistas em meios de comunicação, discursos públicos, entre outros) são práticas naturalizadas do universo masculino.

Como apontamos anteriormente as vivências pessoais de Zelide e Luciana se cruzam com as histórias das mulheres agricultoras da região, bem como o período histórico a nível nacional:

Foi então que começamos essa reivindicação. Primeiro para a questão da aposentadoria, pelo direito da aposentadoria, de 55 anos para a mulher e 60 para o homem. Nós levávamos essa luta junto. Não era só da mulher, era do homem e da mulher, e era o direito a um salário mínimo [...] Porque era meio salário para o homem na época e nenhum para a mulher. Junto com isso tivemos a luta da licença maternidade, que também a mulher agricultora não tinha. Então quando conseguimos fazer passar na Constituição esse direito, isso nos deu muita força na questão da organização das mulheres e então isso facilitou muito a vinda das mulheres para essa luta (...) (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 17 de maio de 2018).

Eu comecei com a campanha de sindicalização. Aí quando terminou, em 1988... Foi a época que entrou pra Constituinte [Constituição] que a gente teria o direito ao salário-maternidade, a previdência...Aí a gente diz: “bom, mas tá ali na constituinte [Constituição], mas e quando que vai valer isso? Temos que ir pra luta” (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 08 de junho de 2018).

A narrativa de Luciana e Zelide expressa que através da promulgação da Constituição de 1988, as mulheres camponesas conquistaram reconhecimento enquanto agricultoras (antes disso, eram nominadas como “do lar”, “donas de casa” ou “domésticas”). Para elas também foi reconhecido o direito a terra, ao seguro desemprego e à aposentadoria por invalidez; os 120 dias de licença-maternidade remunerada; a idade para aposentadoria estipulada em 55 anos, ou após 30 anos de serviço, na condição de seguradas especiais. A conquista da igualdade formal, contudo, não significou que os direitos conquistados tenham sido imediatamente implantados e assegurados. A sua regulamentação e efetivação dependeu de um conjunto de muitas outras manifestações e ações coletivas das mulheres agricultoras (SILIPRANDI, 2011), como é explicitado na fala de Zelide:

O bloco era para a família, mas pedia para que colocasse o nome do homem e da mulher. Aqui mesmo em Francisco Beltrão, tivemos que ir lá, fazer uma manifestação na frente da prefeitura [para que fosse registrado o nome da mulher no bloco de produtor rural](Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 08 de junho de 2018)

Luciana afirma que foi uma conquista a questão da aposentadoria e do salário maternidade para as mulheres agricultoras, tornando possível o seu reconhecimento enquanto trabalhadoras e agricultoras. Tais conquistas foram dando mais espaço para avançar na organização das mulheres. Estas que são, ao mesmo tempo, particulares e das famílias agricultoras, que se intensificaram nos anos de 1980, um momento em que os movimentos sociais no Brasil estavam ressurgindo após vinte anos de ditadura militar (SILIPRANDI, 2011). O relato delas remete não só ao contexto nacional, mas também a partir do contexto regional, na qual todas estas discussões estavam sendo levadas para a base, para os grupos de mulheres que elas coordenavam na década de 1980.

Nesta época, Luciana e Zelide retratam a partir de suas trajetórias, que as viagens à Brasília e à Curitiba eram frequentes, visto que mesmo após a conquista de diversos direitos pela nova Constituição, as leis ficavam somente no papel. Frente a isso, as reivindicações foram se intensificando após 1988, nas quais a demanda de projetos, campanhas e movimentações eram duplas: a reivindicação anterior à Constituição durante a Assembleia Constituinte e a reivindicação após aprovação da nova Constituição, que estava orientado em maior parte no contexto local e regional, de cobrar pela execução de seus direitos na prática. É importante destacar que tais articulações eram fortalecidas pela Central Única de

Trabalhadores (CUT) e estendidos por diversas classes de trabalhadores/as, como das professoras, bancárias, metalúrgicos e dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores/as sem Terra (MST).

Entidades de base como a ASSESOAR e STR foi um dos os pontos de partida para analisarmos as suas trajetórias enquanto lideranças políticas, bem como, o percurso histórico das mulheres agricultoras no Sudoeste do Paraná. Ao mesmo tempo em que narram suas próprias histórias, também estão narrando a partir de suas perspectivas, a história coletiva de outras mulheres e os acontecimentos históricos coletivos.

Neste sentido, os documentos coletados na ASSESOAR se conectam com as narrativas e trajetórias de Luciana e Zelide. Para compreendermos esta relação, a busca dos documentos ocorreu considerando as décadas de 1980 e 1998, nos quais pudemos encontrar materiais que deram início à suas trajetórias enquanto lideranças políticas. Cabe salientar que a escolha e análise dos documentos foram essenciais, visto que muitas referências se misturavam entre as conversas de Luciana, de Zelide e os documentos arquivados.

No tópico seguinte, tal perspectiva se evidencia ao modo em que as narrativas se cruzam com a perspectiva da história pública e coletiva da influência destas entidades e também da igreja nas experiências destas mulheres, bem como, as transformações que se deram a partir da construção delas mulheres enquanto lideranças políticas na região.

5.2. “Estávamos saindo da igreja para ir à luta”: igreja e sindicalismo no percurso das mulheres agricultoras

E a partir da década de 90 e final de 80, a mulher praticamente começou a fazer história, ela começou a realmente se dar conta que ela era também autora e que ela precisava fazer e construir a história, na verdade deixar escrita, porque a história ela já fazia.
(Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 17 de maio de 2018).

A presença da igreja católica no meio rural é intensa no cotidiano das pessoas, tanto para as práticas religiosas, quanto para servirem às funções de lazer e sociabilidade, principalmente, para as mulheres. E é a partir destas relações com a igreja católica, pela vertente da Teologia da Libertação, que grande parte dos

movimentos sociais do campo começou a se articular, tanto no Sudoeste do Paraná como em outras regiões do Brasil.

A Teologia da Libertação, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), surgiu em 1975, posicionando-se em defesa dos camponeses e dos sem terra, visto que a questão agrária no Brasil estão marcadas por uma grande concentração das terras na mão de grandes proprietários rurais, excluindo uma parcela significativa da população rural do direito à terra e ao trabalho. Nessa perspectiva, a Teologia da Libertação compreende tais populações excluídas e oprimidas socialmente, enquanto portadores de transformações sociais. Ao invés da TL exercer a caridade, a missão cristã desta vertente na Igreja Católica é impulsionada pela libertação dos pobres a partir do fim da opressão econômica e política (JUNIOR, 2011).

Além disso, a criação da CPT surgiu a partir de uma autocrítica da Igreja Católica, em relação ao golpe militar, e teve a participação de bispos, padres e agentes de pastoral. Os que preconizavam a Teologia da Libertação realizaram movimentos contrários à ditadura da época frente aos acontecimentos no meio rural, marcados pela opressão com relação às famílias camponesas, que eram excluídos e colocados em situação de maior vulnerabilidade social (STEDILE & FERNANDES, 2005). Boni (2004; 2012) ressalta em suas pesquisas o viés da Igreja Católica de tendência progressista, que passa a atuar junto às populações camponesas para a construção dos sindicatos dos trabalhadores rurais. A autora evidencia a importância da formação de base para os movimentos sociais das mulheres camponesas a partir da Igreja, na qual teriam o interesse pela questão das lutas de classe e não de gênero especificamente. Picolotto (2011) enfatiza que o trabalho das igrejas católicas no Sul do Brasil surgiu do associativismo cristão na Europa, que foi organizado para satisfazer as necessidades da população e acompanhou os imigrantes que ocuparam esta região.

Santos (2010), ao estudar a organização política das mulheres na região do Sudoeste do Paraná, observou que o movimento das mulheres agricultoras tiveram influência e orientações de padres e leigos belgas, que vieram para a região na década de 1960, construindo um trabalho de evangelização e conscientização dos camponeses. Foram estes padres também que apoiaram a construção da ASSESOAR e do Sindicato Regional da época. Junto a eles chegou uma missionária belga leiga, chamada Paula Broeders, que realizava um trabalho com as

mulheres na região, constituindo o Movimento Popular de Mulheres (MPM), o qual recebia apoio da Igreja Católica, ASSESOAR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Comerciários, atuando em 26 municípios da região (SCHMITZ et al, 2010).

É necessário destacar que a ASSESOAR, foi um espaço onde as mulheres camponesas da região se apoiavam e se apoiam atualmente para as organizações de base e formação. Essa associação, fundada em 1966, com o apoio dos padres Belgas e da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, com o Padre José Caekelbergh¹⁹, se fez presente no apoio das organizações dos movimentos sociais da região²⁰. É uma entidade dirigida diretamente por agricultoras e agricultores familiares, localizada em Francisco Beltrão .

Para compreendermos os espaços nos quais a ASSESOAR estava inserida, utilizamos duas cartilhas que explicam os aspectos históricos da entidade, mas também nos faz compreender a inserção da participação política das mulheres agricultoras na época de sua formação na região. Seleccionamos a Cartilha datada do ano de 1981, intitulada “A história da ASSESOAR, e que explica a estrutura organizativa da entidade, apresentando suas atividades e reuniões, bem como a sua fundação, etc. E a outra cartilha do ano de 1991, é intitulada “25 Anos Construindo Alternativas Populares”, onde são discutidos os caminhos futuros da entidade, em uma época de grandes disputas político-ideológicas. Segue a figura abaixo que identifica os dois documentos.

¹⁹Disponível em:http://assesoar.org.br/?page_id=25 Acesso em: 25 de julho de 2018.

²⁰Disponível em:http://assesoar.org.br/?page_id=25 Acesso em: 25 de julho de 2018.

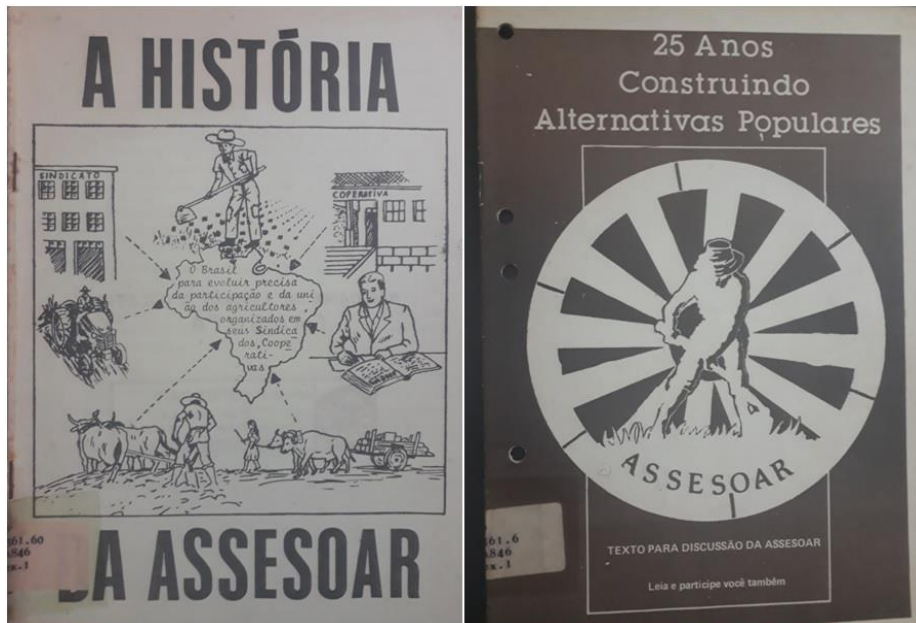


Figura 2. Cartilhas: “A História da ASSESOAR” e “ 25 Anos Construindo Alternativas Populares. Fonte: Arquivo Público da ASSESOAR.

A primeira cartilha retrata a História da ASSESOAR, publicada em outubro de 1981, um período anterior ao início das trajetórias políticas de Luciana e Zelide. Este foi um importante momento, pois a entidade abarcava os movimentos populares e iniciava o trabalho em conjunto com os movimentos sindicais, com base nos ideais da “Democracia Cristã”. Neste documento, além da história da ASSESOAR, aponta também o momento específico onde Luciana e Zelide despontavam enquanto lideranças. Nesta época Luciana e Zelide estavam passando pelas formações religiosas e conhecendo as lutas sindicais. Apenas na década de 1990 que elas, de fato, tornaram-se representantes, pois Luciana elegeu-se vereadora do município de Francisco Beltrão e Zelide presidente do STR do mesmo município.

As imagens contidas nesta cartilha, apresentam a história da ASSESOAR e as atividades realizadas pela entidade. Estas atividades são narradas também pelas duas mulheres, que relatam sobre as reuniões que faziam nas comunidades, as bases religiosas que tiveram e a participação nas lutas sindicais. No entanto, neste período a representação da participação da mulher é bastante tímida. Percebe-se um início de uma participação e ao mesmo tempo, o contraste entre o público feminino e masculino nas atividades.

Já a Figura 3, contém seis recortes em seu interior os quais apresentam: os associados e as reuniões; o sindicato; a fundação, histórico e direção da ASSESOAR; a Juventude Agrária Católica (JAC); a participação da Igreja Católica e por fim, as reuniões técnicas nas comunidades.

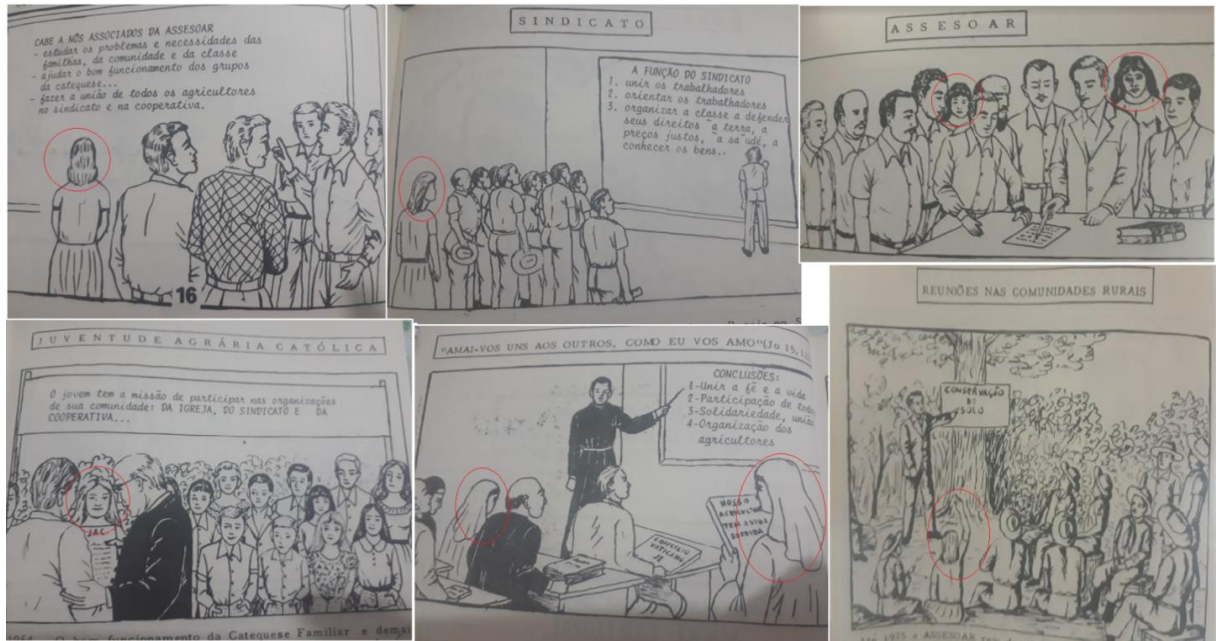


Figura 3 - Interior da cartilha “A História da ASSESOAR.” Fonte: Arquivo Público da ASSESOAR.

O primeiro recorte apresentado na cartilha informa sobre as reuniões com os associados, as quais eram realizadas nas comunidades, duas vezes ao ano. Quem realizava as reuniões era a mesma pessoa que fazia as ligações entre os associados e a entidade, chamados “sócio-representantes”. Nesse sentido, percebemos na imagem, a reunião com diversos homens discutindo os temas na reunião e uma mulher observando o quadro com a pauta da reunião.

Já na segunda sequência, a cartilha apresenta o sindicato e a importância da participação e o histórico da atuação do STR e demonstra, que ele deve servir de instrumento de luta de classe para os trabalhadores e não para o assistencialismo. Nesta representação, novamente é demonstrado uma sala com diversos homens e uma mulher atrás observando o quadro, como se ainda estivesse distante destas discussões. Interessante observar também que na representação do sindicato, aparecem homens com chapéus, que demonstra simbolicamente a maior participação de homens agricultores no contexto do sindicato.

Na terceira sequência desta figura, a representação é sobre o histórico e fundação da entidade, na qual estão apresentadas duas mulheres, que, contudo, ainda observam tudo de longe. Nesta página é comentado que a ASSESOAR foi registrada no dia 17 de outubro de 1966 por padres, religiosos e leigos empenhados no bem estar das famílias e dos trabalhadores rurais, sendo importante destacar, como dito anteriormente, que a missionária Paula Broeders estava atuando nesta época, apesar disso, na cartilha é mencionado somente o nome do Padre José Caekelbergh.

Já na quarta sequência (recorte abaixo na figura) a mulher é localizada bem a frente dos padres e neste recorte existe aparentemente seis mulheres jovens e seis homens jovens. Esta seção da cartilha (p. 13) apresenta a Juventude Agrária Católica (JAC), e então, é apresentada a importância do jovem e dos casais nas catequeses, sindicatos, cooperativas, etc. E é a partir desta estratégia que Luciana e Zelide iniciaram as atividades em suas comunidades, na Igreja, participando de catequeses e pastorais da juventude e que se intensificou após o casamento. Nesta seção da cartilha, é informado que o trabalho da JAC havia durado até o ano de 1968 e depois o Brasil acabou com a ação católica.²¹No documento é comentado que: “diziam que na ação católica tinha comunista e isso assustou muita gente.” (p.13).

No recorte seguinte, é apresentada novamente a importância do ensino religioso, e neste momento, fala-se sobre o Padre José Caekelbergh, que foi o fundador da ASSESOAR, explicando as funções da igreja. A imagem representa um grupo de padres e freiras que auxiliaram os grupos nas pastorais.

O último recorte fala sobre as reuniões em comunidades com temas específicos, como por exemplo, ervas medicinais, saúde, higiene, técnicas agrícolas, contabilidade agrícola, etc. Neste recorte são apresentados diversos homens e apenas uma mulher levantando a mão.

Na época, quem coordenava as reuniões e fazia parte da direção da entidade eram homens, no entanto, as mulheres apareciam – representadas simbolicamente em imagens nesta cartilha – de maneira tímida e fortemente associada à igreja

²¹Ação Católica é um conjunto de movimentos da Igreja que formavam setores específicos, como a JAC, para fortalecer a influência dos ideais católicos, da Doutrina Social da Igreja na sociedade. Foi criada em 1929 pelo papa Pio XI. (MANOEL, 1999).

juntamente com a representação da juventude e dos casais. Luciana e Zelide contam sobre a participação na igreja em suas trajetórias:

Foi um período que a igreja deu muita força para os agricultores e para as agricultoras, porque falavam também da importância do papel da mulher na sociedade e nesse contexto incentivava muito a mulher a participar, sabe? Então era ao momento em que os padres estavam mais na linha de frente, da igreja (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 18 de novembro de 2018).

O período no qual Luciana e Zelide era jovem, a participação na Igreja foi profundamente vivenciada dentro da construção dos movimentos populares. Zelide, relembra que o padre auxiliou na fundação do sindicato regional, o mesmo que fundou a ASSESOAR, – José Caekelbergh – que inclusive fazia parte de sua vivência familiar na juventude:

Eu sei que era o Padre José, mas eu não sei bem o sobrenome dele. Eu era solteira ainda na época, então ele ia dormir na casa da minha mãe. Sempre que eles iam rezar missa, ele ia uma noite antes, às vezes chegava até a cavalo, e dormia em casa e de noite ele ficava até umas horas estudando e explicava para nós que queria fundar o sindicato dos trabalhadores rurais, o que para nós era muito lógico que isso nunca iria acontecer mas ele que deu o pontapé inicial pra fundar o sindicato. Ele vinha da Bélgica e começou a inspirar a construir o sindicato regional (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 12 de julho de 2018).

Já para Luciana, este contato mais intenso com a igreja, em sua vertente da Teologia da Libertação, ocorreu a partir de uma viagem com seu companheiro para Teresina, no Piauí, em uma missão da CPT em 1985, por um período de um ano, sendo considerado por ela, um acontecimento no qual se fortaleceu enquanto liderança a partir das experiências desta viagem:

O Justino já participava antes de mim, já participava no sindicato e tanto que ele foi fazer um trabalho lá na Comissão Pastoral da Terra no Piauí, e ele foi convidado e acabou aceitando. Neste momento a gente acabou decidindo casar e fomos juntos para lá. E aí ele fazia esse trabalho na CPT e eu acompanhava muitas vezes, mas também eu assumi [trabalhos]. Foi ali que eu comecei a despertar mais para a organização. No bairro em que a gente morava no nordeste, a gente era bem vizinho de uns padres italianos. Na época, no ano de 1985, nessa década de 80, tinha muitos padres italianos que vinham para o Brasil e principalmente para o Norte e Nordeste. (...)Eles me convidaram para ajudar a tocar uma comunidade, na verdade realizar o culto no domingo, lá no Piauí, porque eles não tinham condições de acompanhar. Eles tinham muitas comunidades, muitos bairros pra realizar missas, e então eles pediam que eu fosse no domingo lá nessa comunidade e ajudasse na organização...Foi então que eu comecei a despertar mesmo. (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 17 de maio de 2018).

É perceptível que as figuras e as narrativas de Luciana e Zelide apontam o início da participação política das mulheres agricultoras na região Sudoeste do Paraná. A cartilha, apesar de apresentar a história e organização da ASSESOAR, apresenta a entrada das mulheres a partir da Igreja e com o auxílio desta entidade para as lutas políticas que se aprofundaram nos anos seguintes, bem como para a formação de representatividade das mulheres neste contexto. A partir das narrativas, podemos perceber como tais experiências foram compartilhadas com momentos da história coletiva da região e do País, destacando também os olhares e saberes parciais, como explicitado no capítulo metodológico, em que o sentido dado para a análise deste material percorreu pela perspectiva das narrativas de Luciana e Zelide, pelas quais revelam-se memórias passíveis de ressignificações em que as histórias individuais e coletivas se cruzam, tornando-as elementos vivos e entrelaçados.

Abrão e Santos (2010) relatam que a ASSESOAR, desde a sua fundação, atuou em comunidades rurais com populações carentes para auxiliar no desenvolvimento econômico e social, além de trabalhar diretamente na formação de catequistas e ministros eucarísticos (estes últimos, mais atuantes na época de sua fundação). Nesse sentido, Corona (2003) ao estudar as estratégias dos agricultores familiares nesta região frente à modernização no campo, demonstra que no início da década de 1990, a ASSESOAR obteve mudanças em decorrência do período de redemocratização, na qual os padres e políticos que participavam desta associação optaram por diferentes partidos e projetos políticos, fazendo com que ocorresse um processo misto de ideologias, que por um lado vinculavam às linhas de movimentos sociais sindicais e sem terra de concepção marxista leninista e por outro lado, a democracia cristã da social democracia (ASSESOAR, 2001 *apud* CORONA, 2003).

É na segunda Cartilha, intitulada “25 Anos Construindo Alternativas Populares” e publicada em novembro de 1991 pela direção da ASSESOAR, que é apresentado as fases da entidade até o ano de sua publicação. Contém o resultado de um debate acerca das discussões e opiniões de associados sobre a organização da Associação, utilizado para tecer os novos rumos da ASSESOAR. Este debate se fez importante para reconhecer as lutas das mulheres da região, visto que estas mudanças e transformações da entidade deram base para suas reivindicações que começavam ir além do apoio somente da Igreja Católica, para adentrar nas bases sindicais e dos movimentos sociais. Para isso, apresentamos como foi esse percurso político e organizativo da ASSESOAR, apresentado na Cartilha, que também

explicita o percurso de Luciana, Zelide e outras mulheres que integraram o histórico de lutas na região.

No documento são apresentados quatro períodos históricos da ASSESOAR: (1966 -1978); (1979 -1985); (1986 -1988) e (1988 -1990), especificados em: objetivos; concepção filosófica; base de sustentação; identidade; prática e direção em cada um dos períodos. Também são apresentadas duas propostas, para discutir sobre o futuro da ASSESOAR, além disso, é demonstrado no documento o consenso entre as duas propostas, além da estrutura organizativa da entidade. Esta cartilha foi organizada para auxiliar os associados para decidirem sobre as propostas na Assembleia Geral no ano seguinte. A seguir cada período é apresentado a partir da descrição publicada no documento.

1º período, 1966-1978, teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento da região recentemente colonizada, com infinitos problemas, principalmente, para a grande maioria de agricultores que aqui viviam. A concepção filosófica deste período é a democracia cristã. A base de sustentação era a Igreja Católica, MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e os pequenos agricultores associados. A identidade da ASSESOAR era identificada pela coordenação da pastoral da diocese de Palmas. A prática era constituída pelos trabalhos pastorais (formação de ministros da eucaristia, por exemplo), catequese familiar, grupos de jovens, etc. A direção era feita por padres, religiosos, profissionais liberais ligados ao MDB, e agricultores. Estes últimos faziam parte formalmente, mas dificilmente conseguiam influenciar na direção.

2º período, 1979 – 1985, teve como objetivo a criação e fortalecimento dos movimentos populares e de propostas populares. A concepção filosófica é a democracia cristã e o socialismo democrático que buscava a construção de uma sociedade sem exploração a partir da organização de base e da participação efetiva de trabalhadores neste processo. A base de sustentação eram os movimentos populares , como os sindicais e o MST e agricultores associados. A identidade era identificada pela relação ao movimento sindical e pela articulação das organizações populares rurais. Tinha como prática ser o “guarda-chuva” dos movimentos populares e de agricultores. Neste período a equipe começou a se profissionalizar e foram contratados técnicos para a execução das atividades. A direção era feita por padres, agricultores e equipe.

3º período, 1986 a 1988, teve como objetivo a definição e construção da base e da proposta da ASSESOAR em função do projeto de construção de nova sociedade, pautada no socialismo. A concepção filosófica é o socialismo democrático, buscando a transformação da sociedade pelo controle e apropriação dos meios de produção, como a terra e o capital e pela tomada de poder pelos trabalhadores. Seguiu a linha do PT e da CUT. A base de sustentação da entidade são os quadros dirigentes da região e as lideranças das organizações populares de esquerda. A identidade é marcada pela busca de auto-afirmação. As relações com as organizações populares são indefinidas. Esse período se caracteriza também pela indefinição da entidade de ser um serviço de assessoria às organizações ou aos seus associados. A prática do período é marcada pela disputa de poder, exclusão de lideranças e por certo centralismo da cúpula. A equipe era composta basicamente por profissionais. Na direção estavam agricultores, associados, equipe e organizações populares como a CUT, Associações e Partidos.

4º período, 1988 – 1990, teve como objetivo consolidar a ASSESOAR como organização de apoio na construção do projeto dos trabalhadores, pelo fortalecimento das organizações populares e pela participação efetiva e consciente dos trabalhadores nesse processo. Luta pela afirmação definitiva da direção. A concepção filosófica é pautada na transformação social pela organização popular e pela construção do poder popular, através do socialismo democrático. A base de sustentação são as organizações populares, principalmente, o movimento sindical, ligado à CUT. A identidade da entidade é definida pela assessoria e apoio às organizações populares rurais. A prática está pautada na assessoria direta à base e às organizações populares via convênios. A equipe executiva é composta por profissionais e diretores. A direção é composta pelas organizações populares, como a CUT, Associações, equipe técnica e os agricultores associados.

Já quanto às duas propostas alternativas, os objetivos estavam delineados da seguinte forma: 1) A primeira proposta visava a consolidação da ASSESOAR enquanto entidade de agricultores, voltada para o apoio às organizações populares; 2) A segunda proposta previa a consolidação da ASSESOAR como entidade de agricultores, voltada para seus associados.

Sobre estas divergências entre as práticas da ASSESOAR e do STR na época (década de 1990), Zelide comenta que:

A ASSESOAR não era uma entidade de luta desses direitos e tal, era o trabalho mais direto com agricultor, com a defesa da agroecologia. Desde quando ela começou na comunidade, ela fazia canteiros e adubação verde, fazia experimentos para a gente conhecer o que a gente podia usar para adubar a terra, produtos químicos, para fazer vários canteiros, plantios de milho, etc. A ASSESOAR ia para a comunidade e incentivava os agricultores, sempre trabalhou assim: agricultor e agroecologia, isso é o forte da ASSESOAR, até hoje. (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 12 de julho de 2018).

Zelide também avalia o trabalho conjunto entre o sindicato, a ASSESOAR e a CRESOL na década de 1990, mostrando as várias formas de resistências (abertas e na produção e trabalho):

Os eventos eram dos sindicatos, a ASSESOAR era mais assessoria e orientação. Ajudava a elaborar material, a gente pensava e depois eles ajudavam na elaboração. A ASSESOAR tinha gráfica na época e ajudava porque é uma entidade um pouco diferente. Uma assessoria, com material... (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 12 de julho de 2018).

O sindicato era uma entidade de reivindicações e a ASSESOAR era mais assessoria e a CRESOL mais na questão financeira. Então tinha mais dificuldade... Era um pouco diferente porque aqui [no sindicato] eram agricultores, na ASSESOAR e CRESOL era mais o pessoal da faculdade, agrônomos, pedagogos...Então era um pouco diferente. O nosso era luta, ir para a rua. Eles eram assessoria, eles não eram uma entidade de reunir gente, como o sindicato. Alguns agricultores ficavam de baixo de uma lona [durante as viagens, reivindicações, eventos], então os eventos que precisava reunir gente, o sindicato conseguia mais o público para ir para a mobilização, mais gente, mesmo que não fosse associado, mas pelo fato de, desde o início, o sindicato reunir. Então quem uniu mais gente sempre foi o sindicato. (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 12 de julho de 2018).

Quanto as duas propostas no documento da ASSESOAR, uma das maiores divergências seria de manter a entidade para assessoria aos agricultores ou dar maior abertura aos movimentos populares, bem como delinear as atividades e projetos em função dos agricultores ou ampliar para as organizações de movimentos populares, as quais reivindicavam reconhecimento e direitos sociais.

Na relação entre a ASSESOAR e o STR Zelide percebia as ações entre as entidades, o trabalho era exercido de maneira conjunta, mas cada entidade com suas especificidades e planos de resistências.

As ideias que apresentaram consenso estão apresentadas no contexto da prática da democracia para a transformação social e pela participação consciente e organizada pela maioria de trabalhadores, com formação para as bases de

organizações populares. No entanto, ao final da Cartilha, a direção apresenta suas considerações e desejos de reestruturar, a partir dos consensos das duas propostas, tentando abarcar os dois objetivos de maneira igualitária, pois dialogam com o histórico da entidade. O objetivo seria: a) Consolidar a ASSESOAR enquanto Associação de Pequenos Agricultores; b) Legitimar a ASSESOAR enquanto entidade do meio popular útil na linha de apoio e assessoria; c) alcançar um salto de qualidade na compreensão dos associados, além de crescimento horizontal; d) avançar significativamente no processo de democratização; e) estruturar os programas e projetos.

Atualmente, a ASSESOAR foca em questões como: agroecologia, educação popular, tecnologias ecológicas, etc., fomentando debates, cursos e aperfeiçoamento para suas/eus associadas/os. Zelide observa que a ASSESOAR auxilia nas questões de formação e educação aos agricultores e agricultoras e o sindicato seria mais “*da rua*”, atuando nos espaços das greves e mobilizações dos movimentos, etc. Dessa forma, a ASSESOAR fez a parte do período de construção das organizações regionais de agricultoras/es, com a ação conjunta com a Igreja Católica da região.

É a partir destas fontes documentais, sobre a história da ASSESOAR, que fica mais evidente o percurso das trajetórias de Luciana e Zelide. Ambas se fizeram presentes nas discussões propostas por esta entidade e que foi base para exercerem suas lideranças políticas. Os documentos demonstram que foi a partir de tais debates na região que se fortaleceu a possibilidade das duas mulheres exercerem cargos de liderança, através de disputas políticas partidárias e de atuação em movimentos sociais de agricultores na região. Assim, tais lideranças não se fizeram simplesmente por uma eventualidade, mas sim através de lutas históricas.

Suas identidades enquanto mulheres agricultoras que se tornaram lideranças apresentam, de várias maneiras, o contraste entre ser e estar na agricultura familiar, mas também exercer as lutas políticas por meio dos movimentos sindicais e políticos partidários. Luciana, por exemplo, para exercer cargos governamentais, teve que ampliar seu debate para além da agricultura familiar.

Foi nos anos de 1990 que as duas mulheres se fortaleceram nas organizações populares e estavam definitivamente “*saindo da igreja para ir à luta*”,

nos termos de Zelide. Nesse sentido, Zelide se fortaleceu no sindicato, tornando-se presidente e Luciana se elegeu vereadora em Francisco Beltrão.

É neste contexto também em que as mulheres foram fundamentais, tanto pela questão de suas reivindicações que já haviam se iniciado na década de 1980, mas também pela necessidade do fortalecimento das articulações políticas e de representatividade. Isso fez com que as organizações tivessem que buscar apoios mais intensos, inclusive em âmbito quantitativo de participação política. Luciana comenta que na época, a participação do seu marido era mais intensa dentro das entidades de base e foi o seu nome que foi cogitado na região para candidatura política nas eleições municipais de 1992:

E realmente foi cogitado o nome dele, mas como na época tinha essa questão dos 30% de mulheres, então o pessoal insistiu muito no meu nome. Mas ele participava mais do que eu, inclusive era uma liderança maior na época. Fazia um trabalho maior no sindicato, e eu era um pouco mais voltada às mulheres, ainda era muito tímida na época a participação das mulheres. Era praticamente natural que fosse ele o candidato. (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 18 de novembro de 2018).

Eu ajudei na construção do PT desde 1986. Em 1989 eu me filiei e em 1992 estava sendo discutida essa questão da minha candidatura. O partido trabalhou muito para que eu fosse candidata. Conversávamos muito, porque foi na época que o PT defendia já os 30% de mulheres. Foi o primeiro partido a defender pelo menos 30% de mulheres candidatas. E nós não tínhamos muitas mulheres que se colocassem a disposição. Ou seja, até hoje a política é um tabu para as mulheres, imagine na época, que não se falava em mulher candidata. (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 17 de maio de 2018).

Junto com estas mobilizações que se davam mais no espaço partidário, ocorria a contribuição da CUT junto aos sindicatos nas reivindicações, que se juntavam com outros movimentos populares de trabalhadores. “Na época a CUT que puxava essas lutas todas, então nós já tínhamos o sindicato [STR] e então professores, bancários se juntavam com a gente” (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 12 de julho de 2018).

Retomando as questões da Igreja, Boni (2012) – ao estudar o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) – destaca que suas influências foram diminuindo na década de 1990, especificamente na região de Chapecó, visto que as novas demandas das mulheres e da chegada das ideias feministas foram se distanciando dos princípios da igreja. Zelide e Luciana, que sempre foram participativas nas atividades católicas, relatam que o que mais pesou para certo distanciamento na região, foi uma competitividade de lideranças (entre a Igreja e os Sindicatos) e a falta

de tempo. Elas contam que estavam participando muito e usando quase todo o tempo que tinham nas lutas sindicais.

Zelide, após alguns anos se dividindo entre a presidência do sindicato e as atividades como Ministra da Eucaristia, optou pela escolha de ficar somente no sindicato, pois eram muitas atividades em que participava. Acerca das diferenças de ideais entre a igreja e o sindicato, Zelide comenta que:

Tinha certa diferença porque você trabalhava na igreja só o habitual, e nós tínhamos que sair um pouco disso. Falava-se em 'ação e oração', só que estava mais na oração e você tem que se desligar um pouco disso para ir lutar por aposentadoria, que as mulheres fossem sindicalizadas, que tivessem documentação. Então foi um desafio grande, sabe? Era um grande choque, para a igreja, e para época. Não estou falando apenas por mim, mas toda a diocese. Estávamos saindo da igreja pra ir à luta (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 12 de julho de 2018).

Nesse sentido, podemos compreender a primeira fase de assistencialismo e depois, de mobilizações no sindicalismo rural, a qual Coletti (2005), identifica que fase assistencialista se estabeleceu entre a década de 1960 até 1983, onde os sindicatos exerciam funções previdenciárias e de serviços médicos e odontológicos, sendo um contexto também, no qual o governo intervia diretamente nos sindicatos e até então, Luciana e Zelide não participavam dos sindicatos a partir de suas ações políticas e então, estavam mais participativas a partir das bases católicas em suas comunidades.

Após essa fase e com a criação da CUT, o sindicalismo foi marcado por diversas reivindicações e participação ativa dos trabalhadores e então, após o ano de 1993, as ações foram marcadas pela construção e organização da identidade da agricultura familiar e a proposição por um novo modelo de desenvolvimento nesta perspectiva (COLETTI, 2005). Tais marcadores, após a primeira fase dos sindicatos, são denominados por Favareto (2006) como constituintes de um novo sindicalismo, o qual o meio rural se ocupou com grande demanda, adentrando também a participação das mulheres.

Corona (2003) revela que foram os movimentos sindicais e associativistas do Sudoeste do Paraná que estabeleceram estratégias em contraposição ao projeto de modernização do campo, vivenciado na época. No âmbito dos STR's foram os designados "de oposição" ao governo ditatorial e outros movimentos conservadores que assumiram tal estratégia. A ASSESOAR também auxiliou a construir com as agricultoras e agricultores novas estratégias contrárias às ações de modernização

promovidas pelo Estado. É a partir de três elementos que foram construídos os movimentos de oposição sindical no campo, favorecendo as questões de maior mobilização e reivindicação política no meio rural desta região, a saber: 1) a questão da influência da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), 2) a crítica de projetos modernizadores no campo que o Estado impôs e 3) a abertura política após o regime militar (PIRIN, 2006).

Quanto à participação organizada das mulheres na região, Abrão e Santos (2010), enfatizam que se deu a partir do ano de 1984, com o intuito de eleger mais mulheres para as direções sindicais, bem como a grande mobilização das mulheres nas comunidades. Zelide, que foi também entrevistada por Abrão e Santos (2010) em 2009, expressa que o sindicato estava sem recursos financeiros por seis anos até o ano de 1993, então passaram a se mobilizar em grupos de mulheres para que elas também pudessem se associar no sindicato e assim, contribuir financeiramente. Estes grupos eram chamados de “Coordenações de Mulheres”.

Ao relacionar estas mobilizações enquanto práticas de resistência, destacamos a observação de Mignolo (2003, s/p) sobre a ferida colonial existente em grupos subalternizados, na qual afirma que “a resistência se constitui em e constitui territórios e territorialidades”, mesmo que em modos precários. O processo de representatividade nos territórios, a partir da noção moderna e colonial, fixa-se nas identidades essencialmente masculinas, que universalizam os elementos representativos e que possuem mais força. Em contrapartida, as práticas não hegemônicas à lógica colonial impulsionam territorialidades possíveis para as mulheres camponesas, a partir de sua representatividade em determinados espaços e tempos, nos quais se fortalecem e produzem embates a partir de suas ações coletivas e cotidianas.

Neste sentido, apesar da questão da necessidade da busca por mais associados nos movimentos de base, em decorrência da falta de recursos financeiros, as mulheres se fizeram “úteis” para esta questão, ao mesmo tempo em que abrem a ferida colonial, como Mignolo (2003) apresenta, da sua não representatividade no espaço público. A partir do contexto em que mulheres serviram à “utilidade” dos serviços de organizações de base, elas também constituíram espaços próprios de resistências. Dentro destas construções, a

Coordenação Regional de Mulheres foi um espaço de construção de resistências frente à colonialidade do poder.

Na seção seguinte, apresentamos como as trajetórias de Zelide e Luciana se deu por meio das relações comunitárias, compondo-se enquanto um elemento essencial para o fortalecimento do exercício de suas lideranças.

5.3. “O sindicato era como uma casa”: a liderança que se construiu com o afeto

As relações comunitárias nas trajetórias das duas mulheres se construíram a partir da vivência afetiva em suas redes de apoio. Nessas redes de apoio analisamos as práticas a partir das experiências de Luciana e Zelide nas entidades, bem como nos contextos familiares. A partir da compreensão das Coordenações Sindicais de Mulheres, na qual Luciana e Zelide participavam, além de suas narrativas, utilizamos da análise documental de duas cartilhas informativas de orientação e estudos para os grupos de mulheres da década de 1980 e 1990 e consulta ao Relatório da Comissão Sindical de Mulheres de 1996 - 1997.

No momento em que Luciana e Zelide adentraram na participação política, as atividades eram intensas. Além de quase todo o tempo de suas vidas ser dedicado às organizações de base, também estavam constituindo suas novas bases familiares: foi na mesma época em que elas saíram de casa, do ambiente familiar de origem para constituírem uma nova família, cujas ligações se aprofundam nas organizações de base.

Foi em setembro de 1985 que Luciana se casou com Justino e, exatamente no mesmo mês, se mudaram para o Piauí. Luciana relata que foi com o convite da CPT foi para Justino ir ao Piauí que ele colocou a condição de ir só se fosse junto com ela, então ela aceitou e se casaram antes da viagem. Neste ano ela tinha 20 anos e como dito anteriormente, foi o período em que sua participação política se intensificou. Luciana tem dois filhos, o Camilo e a Giovana, sendo que o primeiro filho nasceu em 1988 e a segunda em 1990.

Para Zelide, apesar de participar na Igreja da comunidade em que morava com a família, foi após se casar e mudar para a comunidade do seu esposo, que iniciou a participação mais efetiva na Igreja, participando dos cursos para Ministra da

Eucaristia, e nos movimentos de base sindical, junto à Igreja. Zelide se casou com 23 anos, em fevereiro de 1977 e sua participação no sindicato se iniciou alguns anos depois (não soube especificar a data, provavelmente assim como Luciana, no ano de 1985 ou 1986), quando seus dois filhos ainda eram crianças: Marcelo, com 8 anos e Rodrigo com 4 anos.

Alguns anos após o retorno de Luciana do Piauí, em outubro de 1989 é que ela iniciou o trabalho com a organização de mulheres no sindicato:

O trabalho era voluntário, na época quando eu comecei, eu não era nem da direção. Fazia um trabalho voluntário. Esse trabalho mais da organização das mulheres e aí, depois fui adquirindo uma experiência maior e depois fui ajudando a realizar as demais reuniões. O sindicato ia bastante paras as comunidades e eu fiz muito disso: ir na comunidade, ir participar do culto no domingo de manhã e depois do culto fazia a reunião do sindicato. Com as mulheres a gente também planejava um pouco assim, mas com as mulheres foi feito um trabalho em 1988, 1989, 1990... Que foi um trabalho mais forte com as mulheres. A gente marcava as reuniões nas comunidades, geralmente marcava em 4 ou 5 comunidades e o sindicato tinha um curso, e eu ia com o curso e levava mais 3, 4 mulheres contando o número de reuniões que a gente tinha e ia deixando, e aí a gente marcava em cada comunidade, fazia uma linha, então ia deixando e cada comunidade ficava uma companheira e depois quando terminava a última, que geralmente era eu e aí eu ia dirigindo e pegava as demais. (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 17 de maio de 2018).

É a partir deste marco que Luciana narra, que se iniciam também as relações do afeto com suas companheiras, na qual Zelide também participava. Quando Luciana teve seu primeiro filho, ela lembra que levava ele para as reuniões e todas as mulheres ajudavam:

Eu levava e deixava na comunidade e todo mundo ajudava a cuidar. Uma pegava, a outra pegava e ajudava a cuidar enquanto eu falava e fazia a reunião... iam passando de colo em colo, todas as mulheres se sentindo assim, participante também. É uma coisa que eu acho que só foi possível fazer o que eu fiz por justamente ter esse companheirismo. A solidariedade de todas as mulheres. (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 17 de maio de 2018).

Para Zelide, quando ela começou a trabalhar diretamente no sindicato, ela teve que se mudar durante a semana para a cidade, para ficar mais perto do local, e seu marido permaneceu com as crianças na propriedade familiar enquanto ela estava fora. Zelide foi morar na casa de um familiar e depois, junto com outros companheiros e companheiras do sindicato, alugou uma casa em conjunto. Assim as relações de amizade se aproximam junto com a constituição de suas lideranças no sindicato. Luciana e Zelide comentam que as pessoas que participavam junto com elas nesta época, eram todos muito próximos e amigos, uma relação que, para

elas, é percebida como extremamente necessária para continuarem exercendo as lideranças e participando ativamente dos movimentos de base.

Além disso, no contexto familiar das duas mulheres, as lutas sindicais e políticas se faziam presentes no cotidiano, visto que o marido de Luciana também era uma liderança política na região, e o marido de Zelide incentivava positivamente sua participação nos espaços públicos. Sobre esta relação, Luciana e Zelide identificam que em contrapartida, diversas companheiras quando não tiveram esse apoio familiar e que mesmo assim participavam das organizações, mas que, no entanto, exercer alguma representatividade ou liderança, era quase impossível. Mesmo que Zelide sofresse com preconceitos externos, vindos da comunidade em que foi morar após o casamento, a qual não aceitava uma mulher sair de casa e deixar os filhos com o pai, tal questão não a afetou no sentido de fazer com que ela deixasse de seguir este caminho, pois o apoio familiar estava fortalecido.

É, para mim não foi tão difícil porque a família do meu marido também era muito envolvida na igreja. Graças a Deus casei com uma pessoa que até hoje é envolvido com igreja e com as entidades. Então eles davam suporte, a gente não ligava muito para as coisas porque tinha apoio. Meu marido era de uma família grande, inclusive até hoje praticamente carrega a comunidade nas costas porque a família é grande e tem que participar. (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 08 de junho de 2018).

Com estas redes de apoio, o exercício inicial da criação da Comissão Sindical das Mulheres (chamada também por Coordenação Regional de mulheres) foi facilitado. Foram momentos em que elas se dedicavam totalmente para as entidades e as relações afetivas se entrelaçavam com as lutas políticas. Sobre esta atuação Zelide comenta que: “o sindicato era como uma casa”. No período em que era presidente, Zelide relata que a estratégia que utilizava para chamar as mulheres para o espaço era a partir do afeto, para tornar o espaço menos institucionalizado e mais íntimo.

O pessoal se sentia meio assim... [distante]. Então nós começamos a perceber isso, e aí que nós começamos... Então a gente começou a dizer: 'não, mas chega aqui, a casa é nossa. Vamos tomar um café, vamos tomar um chimarrão'. As pessoas que eram mais conhecidas, a gente deixava o chimarrão até de propósito para eles fazerem, para eles sentirem que o sindicato não era nosso, era dos associados. E nós conseguimos fazer uma transformação bem grande nisso. (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 08 de junho de 2018)

Esta era a época em que a entidade deixava de exercer as funções mais assistencialistas para fazer as práticas de mobilização dos agricultores (período

combativo e depois de mobilizações). Muitas pessoas não aceitavam a retirada do repasse de recursos do Estado e, além disso, esta era a época em que o STR estava “quebrado” financeiramente, como menciona Luciana.

Zelide relembra que nesta época havia uma mulher que criticava muito o STR em sua comunidade e não queria se associar, pois achava que não gerava benefício algum, e então, um dia ela foi para a cidade e passou muito mal, então como ela estava perto do sindicato e o ônibus iria demorar a chegar para ela retornar a sua comunidade, Zelide a chamou para entrar, tomar uma água e ofereceu um lugar para ela se deitar e melhorar enquanto o ônibus não chegava, e foi a partir desse dia que ela parou de criticar e um tempo depois, pediu desculpas sobre o que ela pensava do STR, se aproximando mais da organização.

Assim como Luciana relata sobre da solidariedade das mulheres no cuidado com seus filhos, Zelide demonstra essa relação de cuidado entre suas companheiras que participavam junto no sindicato:

Nós tínhamos um grupoformado pela Circe, a Luciana, a Têre, que ajudava a gente bastante. Nós éramos assim, uma fortaleza! Onde nós passávamos, nós roubávamos a cena (risos). Porque tinha assim, um apoio uma da outra, qualquer coisa que acontecia com nós, estávamos juntas. Aquela época era boa. Hoje nas direções, nas coisas tem muita ciúmeira e eu não sentia muita ciúmeira, sabe? Nem eu das outras, nem as colegas, sabe? Quem fosse para a linha de frente estava bom e a gente apoiava. (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 08 de junho de 2018).

A irmandade entre as mulheres, ou chamada sororidade é uma prática muito valiosa aos movimentos feministas, e a encontramos nestas trajetórias também enquanto uma importante estratégia de resistência cotidiana destas mulheres, nas quais a partir das práticas comunitárias e afetivas, se fortaleceram. Fox-Genovese (1992) demonstra que as práticas de sororidade, enquanto metáfora da irmandade, existe há muito tempo, buscadas pelas mulheres para suportar a opressão e se opor por meio da resistência:

Durante o século XIX, nos Estados Unidos, a Irmandade de mulheres da comunidade escrava criou uma densa rede de resistência cotidiana à opressão. Essas mulheres que se reuniam para lavar roupa nos rios ou capinar nos campos, ou ainda para orar nas igrejas, teceram sua irmandade em torno de uma teia de resistência que, se não chegou a produzir revoltas violentas, conseguiu defender um mínimo de espaço vital e de identidade coletivas para si próprias e para seu povo. (FOX-GENOVESE, 1992, p. 32)

Apesar disso, Bach (2010 *apud* Lisboa 2016) diz que o termo da sororidade sempre se relacionou aos pequenos grupos que se prestavam apoio, mas que nas questões do feminismo, a irmandade entre as mulheres se demonstra a partir da solidariedade política. Nesse sentido, Fox-Genovese (1992) menciona que nos anos de 1960 e 1970, a noção de irmandade retornou para o contexto das lutas políticas das mulheres, na qual esta união se fazia a partir da ideia das relações pessoais se entrelaçarem com o que é político.

Dessa forma, percebe-se que as relações de Luciana e Zelide com suas colegas, apesar de se juntarem pelo laço afetivo da “irmandade”, também se faziam por uma solidariedade política, visto que uma auxiliava a outra nas lideranças. Por exemplo, o apoio das mulheres para que Luciana iniciasse sua candidatura enquanto vereadora foi intenso, visto que as mulheres também desejavam a representatividade de mulheres nos espaços governamentais e não simplesmente porque eram próximas de Luciana.

Com as Coordenações Sindicais de Mulheres, se intensificou uma imensa rede de lideranças mulheres na região, visto que a organização se apresentava da seguinte maneira: Coordenação Regional/ Micro Regional, Coordenação Municipal, Coordenação nas comunidades, além das Coordenações Estaduais dos STR. Na região, existiam coordenadoras em dez municípios segundo Zelide, sendo estes: Renascença, Marmeleiro, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Salgado Filho, Capanema, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, Pranchita e Salto do Lontra. Nem sempre existiam coordenadoras em todas as comunidades, mas havia no mínimo uma representação em cada um destes 10 municípios. A partir da consulta do Relatório de Atividades da Comissão Sindical de Mulheres (1996-1997), são apresentadas coordenadoras em mais quatro cidades: Pérola D’oeste, Verê, Ampére e Nova Prata do Iguaçu.

Além de levar o debate sobre o sindicato, estes grupos de mulheres se organizavam para formar lideranças mulheres e problematizarem suas práticas nos espaços de lutas sociais. Nesse sentido, a Cartilha de Estudo “A Mulher Agricultora” foi um dos documentos selecionados nos arquivos da ASSESOAR para complementar a compreensão sobre quais temáticas eram conversadas, e também nos auxiliou a compreender os momentos relatados por Luciana e Zelide sobre a participação nestas coordenações.

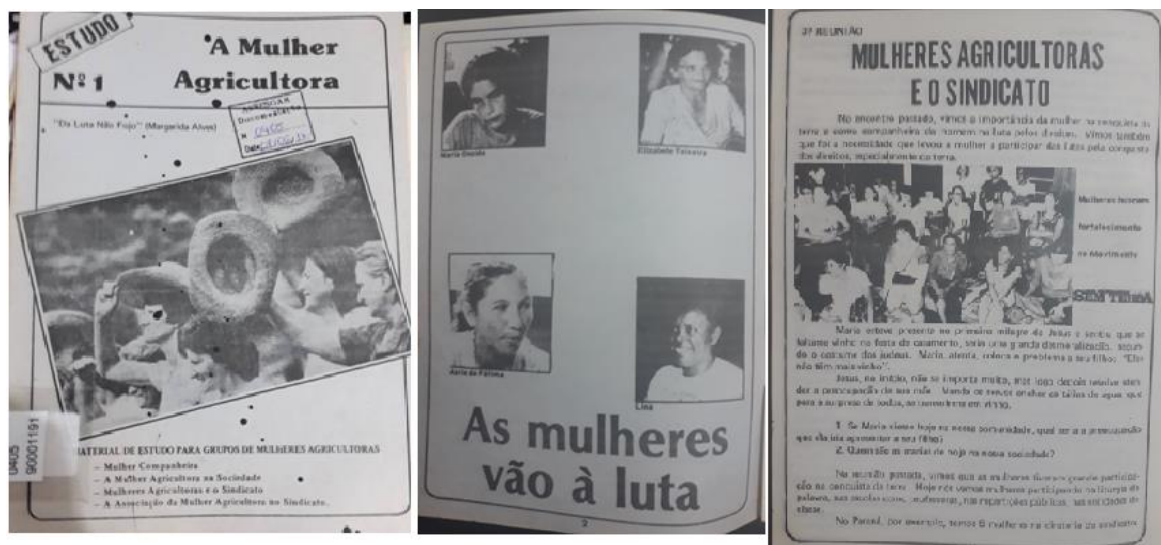


Figura 4 - Cartilha “A Mulher Agricultora”. Fonte: Arquivo Público da ASSESOAR.

Esta cartilha foi construída pelas mulheres agricultoras da cidade de Dois Vizinhos, por meio do STR e da ASSESOAR foi a primeira cartilha criada pelo grupo de mulheres deste município, como material de estudo para grupos de mulheres agricultoras. São sugeridos temas para cada encontro dos grupos a fim das mulheres tomarem conhecimento e abrirem o debate sobre a organização de mulheres agricultoras. Os temas foram organizados em: mulher companheira; a mulher agricultora na sociedade; mulheres agricultoras e o sindicato; a associação da mulher agricultora no sindicato. Estas temáticas estão organizadas na cartilha a partir da divisão em “reuniões”.

Neste documento é falado sobre a identidade da mulher agricultora, colocando questionamentos sobre a maternidade, o trabalho doméstico e da “roça”. São dados exemplos de organizações de mulheres da região, principalmente dos acampamentos do MST, nas quais as mulheres fizeram a linha de resistência, quando aconteciam conflitos entre o Estado e o movimento, e assim, se questionam sobre a participação das mulheres nas decisões políticas.

É interessante notar que na organização deste documento, além da discussão dos temas relacionados à mobilização política, associação aos sindicatos e sobre os “papéis” da mulher, alguns trechos fazem referência à trechos bíblicos, apontando para a participação da Igreja Católica para a formação destes grupos. Estas referências se constituíam também enquanto estratégia de resistência para algumas mulheres continuarem participando dos encontros, assim como Luciana e

Zelide comentam em relação a muitas mulheres serem proibidas por seus maridos de participarem.

Também podemos observar neste material a “re-interpretação” da história da bíblia, visto que existem trechos em que se problematiza a personagem de Eva e Maria:

*“As Evas de hoje são o dinheiro, as multinacionais que pagam para os meios de comunicação fotografar uma mulher despida para propagar uma lata de lubrificante, um sabonete, uma roupa da moda.” [...] Maria também, na sociedade em que vivia, na pequena cidade de Nazaré, em uma aldeia, a partir do momento em que ela **se sentiu mãe**, passou a se preocupar com a sociedade...”*(CARTILHA: A MULHER AGRICULTORA, s/d. grifo nosso).

Na seção onde fala sobre os sindicatos, é demonstrada a importância da documentação e reconhecimento das mulheres enquanto agricultoras que realizam o trabalho no campo. Tal participação faz parte de uma necessidade do próprio sindicato que necessitava de mais associados, mas salientava que a importância da mulher não servia apenas para completar em quantidade, mas que deveriam conhecer, debater, participar e formar lideranças, estar presente em cargos de direções, etc.

Retornando às questões da referência da bíblia, é interessante perceber, enquanto estratégias de resistência tal reinterpretação e não como reforma ou contentamento sobre o que estava posto sobre as mulheres na bíblia. Nestes grupos, ao mesmo tempo em que se organizava politicamente, também se resistia às questões impostas às mulheres na religião por meio da própria história bíblica. Pela perspectiva de Lugones (2014) com a noção da subjetividade ativa e dos Estudos Decoloniais, estas mulheres R-existem dentro de seus próprios processos de subjetivação, visto, por exemplo, que a mesma relação de opressão a partir dos ideais da Igreja Católica, foi utilizada para as construções de suas resistências e intersubjetividades. Ou seja, elas não deixavam de levar os ensinamentos bíblicos, ou de estudarem a bíblia (prática hegemônica), mas a partir deste próprio contexto, reinventaram e se reinventaram.

Enquanto muitas mulheres podiam ser proibidas de participarem de grupos de mulheres, elas eram “permitidas” a frequentarem as missas, as reuniões da igreja e, conseqüentemente, eram mais aceitas socialmente quando participavam por este viés, mesmo que com a participação dos sindicatos. Outra questão, é que as práticas religiosas no campo formam a ponte da construção das relações

comunitárias e das redes de apoio entre as pessoas. Como falar de sindicalismo, política e gênero sem aliar um lugar “comum” a estas mulheres? Um lugar no qual a Igreja é bastante presente em comunidades rurais.

A partir desta cartilha e das narrativas de Luciana e Zelide, observamos também a preocupação sobre a família ser usada enquanto uma justificativa que fortalecia as lutas. As ideias de “igualdade” ou companheirismo entre homens e mulheres, são fatores imprescindíveis para as reivindicações de direitos. Evidencia-se a questão do afeto e parceria que auxiliam na construção de lideranças, mas que também perpassa pela manutenção do *status quo*, da noção da família tradicional, ou da justificativa das reivindicações de direitos das mulheres como sendo importantes, principalmente à família, e não somente por questões de desigualdade de gênero.

No entanto, no momento em que a cartilha demonstra a participação das mulheres, problematiza a questão das coordenações e direções de sindicatos, visto que na época, muitas mulheres participavam das reuniões sindicais, mas poucas estavam em cargos representativos. Esses questionamentos constam nos textos em forma de perguntas a serem respondidas pelas mulheres que participavam do grupo: *“Você concorda que as mulheres só devem participar nas horas difíceis, enfrentando a polícia ou devem participar sempre das decisões?”* *Você acha que a mulher tem a capacidade de dirigir um sindicato, hoje? Por quê?”* *“Por que presidentes de sindicatos não querem associar mulheres?”* Nesse sentido, é necessário pensar sobre organização e coordenação específica de mulheres, nas quais eram aceitas pelos sindicatos, no entanto, quando mulheres se organizam e representam grupos mistos, a aceitação é mais difícil.

Apesar de não terem sido encontradas outras cartilhas na ASSESOAR as quais constem sobre a Comissão Sindical de Mulheres, pode-se ter uma noção dos estudos de orientação dos grupos de mulheres que estavam sendo organizados a partir deste documento, e, além disso, a outra Cartilha encontrada nos arquivos foi “O voto da mulher consciente”, organizada pelo Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPM), elaborado pela Equipe Mulher e Política, em 1988, a qual também existia na região. Segue a figura abaixo:

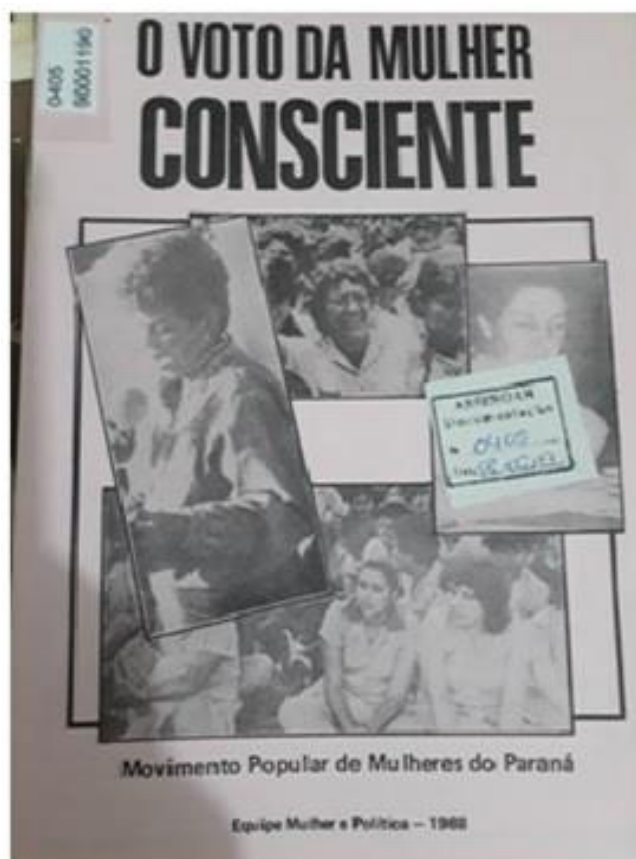


Figura 5 - Cartilha “O Voto da Mulher Consciente”. Fonte: Arquivo Público da ASSESOAR.

Neste documento são apresentados os diversos partidos políticos que se articulavam com a redemocratização e é organizado enquanto um documento que orienta as reuniões. Os temas são identificados a partir de capítulos para a “1ª reunião, 2ª reunião e 3ª reunião”, contendo orientações de questões para a *animadora* realizar no grupo. Neste material são apresentados conceitos como a política, politicagem, clientelismo, empreguismo e também demonstra os diversos partidos políticos constituídos na época, bem como a importância do voto e como escolher candidatos.

O Movimento Popular de Mulheres do Paraná, segundo Possamai (2007) e Fedato (2010), surgiu no final dos anos de 1970, impulsionado pelo apoio de Paula Broeders e dos padres belgas, aqueles mesmos que auxiliaram na fundação da ASSESOAR. O grupo, apesar do apoio da Igreja Católica, era autônomo e a luta inicial era pela associação das mulheres nos sindicatos em 1982. Fedato (2010) informa que o movimento teve início no município de Capanema e logo depois em Planalto e Marechal Cândido Rondon e foi se estendendo para outras cidades da

região, sendo que as reuniões regionais eram realizadas na ASSESOAR, em Francisco Beltrão. Como Luciana e Zelide iniciaram os grupos de mulheres a partir do STR no final da década de 1980, este grupo é mencionado vagamente por elas:

Quando surgiu o movimento, veio até uma belga [Paula Broeders]. Ela trabalhava muito, tinha muito a questão da importância da organização, ela veio da Bélgica para cá, com um conhecimento anos luz na frente, e aí ela começou com o movimento popular de mulheres, e então tiveram muitas mulheres que começaram nessa época a participar. E logo na sequência veio o movimento sindical, quando eu comecei, eu já comecei no movimento sindical, mas assim, por muitas vezes a gente trabalhava juntos nessa questão, no movimento popular. (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 18 de novembro de 2018).

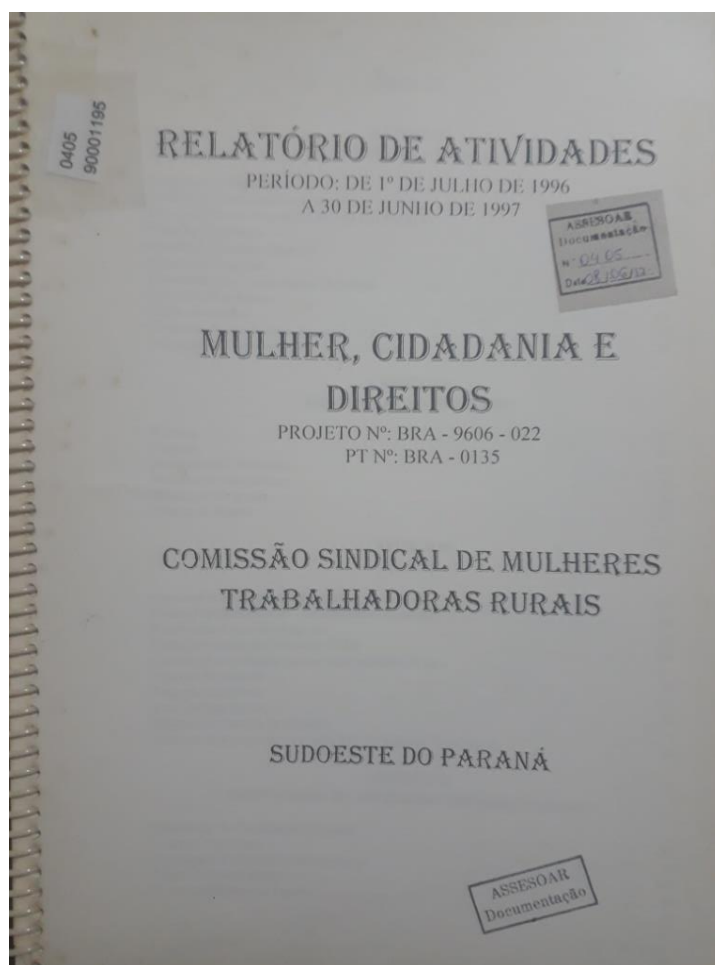
No entanto, cabe observar na pesquisa de Fedato (2010), que na época havia discordâncias entre o Movimento Popular de Mulheres e a Comissão Sindical de Mulheres (na qual Luciana e Zelide iniciaram seu trabalho) no processo de organização e, também, por se organizarem no mesmo espaço territorial, mas que apesar disso, muitas atividades foram realizadas em conjunto.

Parece-nos que o MPM bebia da fonte do Movimento Feminista, que estava no seu auge neste período no Brasil, enfocando uma luta pelos direitos das mulheres na perspectiva política de enfrentamento do patriarcado. Já a comissão sindical firmava-se numa concepção de luta trabalhista, por direitos sociais tão ausentes e negados neste período que ainda se vivia no contexto político da ditadura militar. Na prática isto se traduzia em divergências, pois eram questões que exigiriam aprofundamento e debate que, na lógica das organizações, implicadas em dar conta das inúmeras tarefas da organização social da agricultura familiar e dos movimentos sociais nascentes, nem sempre foi possível. (FEDATO, 2010, p.7).

Este contexto de lutas políticas dos grupos de mulheres agricultoras/camponesas, também mencionadas por Paulilo (2004) e Boni (2004) retratam as divergências entre classe e gênero nos interesses de reivindicações, sendo que as lutas sindicalistas neste período priorizavam os direitos trabalhistas e as lutas das mulheres agricultoras que estavam além do espaço sindical (como o MPM ou o MMC) priorizavam as questões de gênero.

Na consulta ao Relatório de Atividades da Comissão Sindical de Mulheres Trabalhadoras Rurais sobre o projeto “Mulher, Cidadania e Direitos”, é destacado que o objetivo da Comissão se desenha em três conteúdos: capacitar e integrar as trabalhadoras rurais no processo de produção familiar nas organizações que atuam no planejamento da produção; garantir a crescente participação da mulher trabalhadora rural na vida sociopolítica; buscar uma nova visão de gênero no processo produtivo familiar. Este relatório contém pouco mais que 115 páginas e

apresenta a organização deste projeto no decorrer do ano de 1996 e 1997, contendo informações sobre como eram organizadas as coordenações em cada município e como eram realizadas as reuniões e eventos comemorativos durante este período. Apesar de não serem analisados todos os capítulos do documento, serviu para complementar a compreensão de como eram organizados os grupos nas quais Luciana e Zelide faziam parte. Segue a imagem do relatório abaixo:



**Figura 6 - Relatório de Atividades do Projeto “Mulher, Cidadania e Direitos” da Comissão Sindical de Mulheres Trabalhadoras Rurais.
Fonte: Arquivo Público da ASSESOAR.**

A partir das narrativas e da análise do documento referente os 25 anos da ASSESOAR, se percebe que havia a necessidade de fortalecimento dos STR na região, o que talvez também possa ser avaliado enquanto um dos elementos no qual as comissões sindicais de mulheres entravam em conflito com o MPM no final da década de 1980. Além disso, foi um período de intensas disputas político-partidárias,

não só na região, mas em todo o país, em decorrência dos movimentos pós-ditadura militar.

Luciana e Zelide participaram das lutas sindicais em conjunto com as mobilizações da CUT, e também pela filiação ao Partido dos Trabalhadores. E nesse sentido, elas destacam as conquistas trabalhistas que reivindicavam na época e reconhecem a importância da luta pela equidade e igualdade de gênero que foram essenciais para tais conquistas.

Luciana e Zelide percebem estas relações exatamente por exercerem os cargos de lideranças. Elas sentiram a importância da união entre as mulheres para conseguirem exercer cargos de representatividade, enfrentando as discriminações de gênero que permeavam as organizações e instituições como o STR e o legislativo. Nesse sentido, Luciana reconhece que no exercício da representatividade política, a questão de gênero é mais desigual:

A própria questão do trabalho, mesmo que a mulher buscasse emprego... E com isso a mulher foi se afirmando ainda mais e se sentindo cada vez mais... Eu falo de igual pra igual. Mesma capacidade, competência igual ao homem e sem ter diferenças... Mas o que eu acho que ainda hoje a política ainda é um tabu para a mulher. Isso ainda assusta a mulher, a mulher ainda tem essa dificuldade, pela questão do regime patriarcal, ainda pela questão das finanças, dos partidos... Nós vivemos nessa questão ainda bastante machista. Muitas vezes não é porque o homem quer, é cultural. (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 18 de novembro de 2018).

Nós como mulheres... Para ser candidata, você pesa muito na hora que vem o convite, pesa muito, porque primeiro nós vivemos em um regime patriarcal. Então você ainda fica um pouco [receosa]... “Parece que isso é mais natural para o homem e para a mulher não é...” (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 18 de novembro de 2018).

Zelide ressalta que nas pautas das reuniões sempre havia momentos em que as mulheres falavam sobre sua vida, sobre o cotidiano e que isso era essencial para a união do grupo e a construção do sentimento de pertencimento, além de que tais questões chegavam em primeiro lugar, pois sem essa relação de intimidade e dos momentos mais descontraídos, a luta pelos direitos trabalhistas, por exemplo, não surtia efeito. Antes era necessário sentir as pautas das mulheres (de gênero) para depois abordar as questões de classe. Zelide comenta inclusive que os grupos utilizavam de táticas para a permanência e fortalecimento dos grupos de mulheres, quando elas eram proibidas de participarem das atividades:

“Eu posso ir à reunião, eu posso ir sozinha...” Ela tinha que achar o jeito de fazer isso sem complicar o jeito ali do relacionamento do casal, não criar

aquele conflito, saber trabalhar, então a gente trabalhava bastante isso. Não é chegar em casa e falar direto: vou no encontro do 8 de março! (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 12 de julho de 2018).

Zelide relembra sobre uma situação, na qual o padre discursou em uma reunião em Dois Vizinhos que a mulher não podia apanhar do marido e aceitar tudo, mas que tinha que saber se defender. Assim, uma das mulheres, após a reunião, chegou em casa e contou sobre essa fala do padre ao seu marido e enquanto ele acendia um cigarro, ele jogou o fósforo aceso no rosto dela, por se sentir afrontado. Zelide diz que nestas relações violentas, muitas vezes as mulheres precisavam seguir por outros caminhos, prestar atenção aos detalhes e na forma como vai dialogar com a família e às vezes até mesmo não dizer sobre o que se conversava nos encontros para poder continuar participando das atividades. Estas estratégias também se constituem como práticas de resistências cotidianas, nas quais as mulheres nem sempre tinham a autonomia efetiva, percorrendo muitas vezes pelos espaços das resistências, que não transformavam por completo as relações de poder, mas iam construindo alternativas, constituindo-se novamente neste espaço, da subjetividade ativa (LUGONES, 2014).

Outro exemplo de transformação no cotidiano das mulheres, comentado por Zelide, refere-se as práticas que foram além das conquistas dos direitos trabalhistas, como a relação da mulher agricultora com o corpo, que se transformou após a maior participação das mulheres nos espaços públicos: *“porque nós agricultoras ficávamos lá trabalhando, não tínhamos certo nenhuma saída e parecia que a vida era só ali. Hoje você vai ao interior e não é mais assim, hoje agricultora faz sobancelha, vai ao salão... Antes a agricultora ir ao salão era visto como: ‘Nossa! [impossível]’”*. Zelide percebe neste sentido a influência da participação das mulheres nos grupos, pois observa-se que as práticas cotidianas foram se transformando a partir do momento em que as mulheres saem do ambiente privado e doméstico, modificando aos poucos suas relações sociais.

Estas relações, sem dúvidas, perpassam tanto pelo campo da afetividade, dos laços de amizade e apoio familiar que ambas receberam ao constituir suas lideranças, mas também pelo espaço das vivências do cotidiano, que inclusive as outras mulheres que não exerciam cargos de liderança experimentavam, e que de certa maneira, deram forças para as mulheres tornarem-se lideranças e

representatividades. Luciana ao ser candidata pela primeira vez enfatiza sobre o peso destas sensações:

Eu ia ser candidata, porque eu sentia naquele momento que eu não podia também deixar o partido assim, e outra coisa que eu sentia também que eu frustrava as mulheres. No momento em que eu falava que as mulheres tinham que participar, mas quando elas falavam “agora é com você”, eu não estava querendo ir. Então, eu sentia que eu falava uma coisa e a minha ação era outra. Eu falei: “não, como que eu quero que as mulheres participem...Mas eu quero que a outra participe só? E não eu?” Aí eu acabei aceitando. (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 18 de novembro de 2018).

Nesta perspectiva, a empreitada no exercício da liderança política para estas mulheres foi muito além da noção racional e lógica diante da decisão de estar representando um cargo. Elas foram se constituindo a partir de redes de apoio que se deram no percurso de suas trajetórias, mas também no percurso do histórico da região.

Seguindo esta linha de pensamento podemos pensar sobre os processos de resistências, que se constituem por meio das mulheres agricultoras em suas trajetórias de vida. É possível observar de que forma o local-lugar onde vivem estão implicados dentro destas redes de resistência e assim, poder pensar sobre o desenvolvimento do território a partir de uma perspectiva mais humana, que parte de seus atores sociais.

Escobar (2005) questiona sobre que marcos de referências é possível usar para a visualização das maneiras e potencialidades de reconceber e reconstruir o mundo, nas práticas múltiplas, baseadas no lugar, explicitando quais as formas “alternativas” de organizar a vida social a partir de um pensamento baseado no lugar da natureza e a natureza do lugar, os quais se transformam a partir de suas relações tanto com as economias regionais, transnacionais, como com as relações sociais, da identidade, do cruzamento das fronteiras e assim, emergem os novos lugares enquanto resultado destes encontros, compreendendo as relações biofísicas, culturais e econômicas dos lugares. (ESCOBAR, 2005). Ou seja, a partir destas trajetórias em lideranças políticas, Luciana, Zelide e outras mulheres que foram lideranças na região, se constituíram e constituíram ao mesmo tempo territórios no Sudoeste do Paraná. Para tanto, o próximo capítulo expressa um dos lugares existentes atualmente, no qual as mulheres agricultoras que são lideranças políticas, semearam possibilidades organizativas no período de 1980 e 1990 na região.

6. AS SEMENTES DE SUAS LIDERANÇAS E RESISTÊNCIAS

"O que mais vejo no hospital regional é o rosto das mulheres que estavam batalhando para que ele estivesse ali" (Luciana G. Rafagnin, Oficina31 de Outubro de 2018).

As resistências dessas mulheres foram marcadas pela identidade e pelo território, mobilizados por elas por meio de suas narrativas e memórias, em que relatam o histórico das lutas pela terra na região do Sudoeste do Paraná. Nesse contexto de ocupação da região, promovida pelas políticas de Estado em associação com companhias de colonização, que culminaram com a "Revolta dos Posseiros", em 1957, emergem organizações da agricultura familiar, a exemplo da ASSESOAR. No transcorrer dessas lutas, a organização das mulheres agricultoras na região ocorreu no final dos anos de 1970, sendo possível observar as suas formas de participação ativa nas lutas que se desenvolveram em âmbito regional e nacional em documentos, artigos e nas narrativas de Luciana e Zelide, como visto anteriormente.

Após um período de intensas mobilizações durante os anos de 1980 e 1990, houve um momento com menos ações coletivas durante os primeiros anos do século XXI, segundo Luciana e Zelide. Mas em 2017, quando ingressamos em campo para a realização da pesquisa, observamos que as mulheres agricultoras/camponesas estavam "voltando" a se organizar. Elas organizaram, no dia 23 de agosto de 2018, o encontro regional intitulado: "Mulheres: conquistas do passado, desafios do presente", promovido por algumas organizações regionais²², na cidade de Francisco Beltrão, no qual compareceram cerca de 70 mulheres que representavam municípios da região e, a partir desse encontro, a organização do Coletivo Regional de Mulheres do Sudoeste foi retomada (ASSESOAR, 2017)²³. As mulheres que participaram dos movimentos realizados na década de 1980 estavam presentes e dialogaram nos Grupos de Trabalho do evento sobre os enfrentamentos atuais pelos direitos das mulheres no âmbito nacional e regional.

Desde então, o Coletivo realiza reuniões regularmente e organizou um grande

²²União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), Assesoar, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra](#) (MST), Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Infocos), Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

²³ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL. *Encontro Regional de Mulheres: conquistas do passado, desafios do presente*. In: Arquivos da Assesoar. 2017. Disponível em: <<http://assesoar.org.br/?p=6206>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

ato no dia 08 de março²⁴ de 2018, cujo tema principal foi: “*Nenhum direito a menos! Nenhuma a menos!*”. No ato, participaram, aproximadamente, quinhentas mulheres. Nessa data, foi organizada, além da passeata pelo centro da cidade, a caminhada até a Unioeste, em Francisco Beltrão para participar de momentos de formação, através de falas acerca dos enfrentamentos vividos atualmente pela classe trabalhadora, de maneira geral, e das mulheres, de modo mais específico. Na ocasião, foi exibido um documentário, produzido pelo Núcleo Maria da Penha (Numape)²⁵, com relatos de mulheres vítimas de violência doméstica da região, além de relatos presenciais de mulheres que vivenciaram o feminicídio em suas famílias. Também ocorreram momentos lúdicos, com apresentações musicais das mulheres camponesas, de teatro e o compartilhamento de um almoço para o qual as participantes levaram comidas preparadas por elas. As mulheres que participaram do ato vieram de toda a região, em que cada entidade (principalmente, os STR's) se organizou na busca de meios de transporte e na mobilização das mulheres.

Na ocasião desse ato, as mulheres questionaram o modo como as prefeituras municipais, no dia 8 de março, têm reforçado estereótipos, ao reduzirem a celebração da data a cursos de autoestima, maquiagem, manicure e entrega de flores. Diante dessa questão, percebemos o conflito existente entre os saberes e as práticas não hegemônicas do Coletivo Regional de Mulheres em relação àquelas realizadas pelas prefeituras, nas quais se evidenciam a lógica da colonialidade. Ainda, nesse mesmo ato, apesar da tentativa de ampla divulgação e com a participação de quase quinhentas mulheres e treze entidades regionais, pouco foi visibilizado na rede de noticiários locais ou em outras instâncias midiáticas, demonstrando como os meios de comunicação de massa ignoram as lutas destas mulheres.

Em termos da colonialidade do poder, o dia 08 de março tem sido capturado pelos meios de comunicação de massa, pelo mercado e pelo Estado e, assim, mundialmente, são feitas homenagens e criadas festividades para as mulheres

²⁴Essa data foi escolhida a partir de uma Conferência de Mulheres Socialistas, em 1910, para unificar as datas estipuladas de outros países, para promover o “Dia Internacional da Mulher” e não como foi propagado pelos meios de comunicação, que informam que a data seria atribuída à greve de operárias de uma fábrica de Nova York, ocorrida em 1857, na qual morreram 129 mulheres num incêndio (Taborda, 2013).

²⁵ O núcleo é um projeto de extensão de assistência e apoio jurídico e educativo às mulheres de Francisco Beltrão e região, financiado pelo Programa Universidade sem Fronteiras. Este projeto existe em diversas universidades estaduais do Paraná, com a finalidade de auxiliar mulheres em situação de violência, além de realizar atividades de prevenção à violência contra a mulher.

através do consumo (flores, roupas, maquiagens, descontos de anticoncepcionais, chocolates, jantares etc.), ocultando seu principal objetivo, de ser uma data de memória, luta e resistência. Sendo assim, o ato realizado pelas mulheres do coletivo tenta resgatar os objetivos de enfrentamento à lógica hegemônica de poder.

As mulheres camponesas apontaram também para algumas dificuldades que ainda continuam parecidas com aquelas experimentadas nas organizações de mulheres na região nos anos de 1980 e 1990, ou seja, a dificuldade delas participarem das atividades em decorrência do trabalho doméstico ou dos cuidados com a família. Além disso, observou-se a baixa participação de agricultoras jovens – cujo êxodo rural é intenso –, por conta do trabalho urbano, visto que tanto o ato quanto as reuniões aconteceram no meio da semana, no horário de trabalho comercial.

Outro elemento de discussão, especialmente nas reuniões que participamos, foi o fato de que as mulheres que continuaram nos movimentos sociais e nas organizações coletivas, em sua maioria, eram as mesmas que haviam lutado nas décadas anteriores. Nesse aspecto, algumas diziam que as mais jovens não reconheciam suas lutas, pois “*nasceram com os direitos já conquistados*”. Elas falaram sobre as campanhas para a redemocratização do país, lembrando as ações anteriores das mulheres da região e as articulações dessas lutas com as demandas atuais.

Rememoraram a campanha pela documentação da mulher camponesa, realizada em âmbito nacional e cujas mobilizações regionais também foram intensas. Outra reivindicação importante foi para que o nome delas constasse no bloco de notas do produtor rural e não somente o de seus pais e esposos. Nesse sentido, Zelide descreveem entrevista, quando conseguiram fazer passar na Constituinte o direito à aposentadoria da mulher no campo, que foi uma conquista que fortaleceu a organização na região, facilitando uma maior participação delas no início da década de 1990. Além disso, as mulheres do Coletivo Regional também falaram sobre as viagens para Brasília, os acampamentos em frente ao Congresso Nacional, a construção coletiva de novos projetos políticos para as mulheres e para os/as trabalhadores/as rurais de forma geral.

Luciana, Zelide e outras mulheres traçaram uma significativa caminhada com seus grupos, os quais foram organizados politicamente a fim de compreender, de maneira crítica, os processos políticos e, ao mesmo tempo, tornavam-se mulheres

de referência que ajudavam outras mulheres a formarem o senso crítico, a partir das mobilizações dos STR e/ou da igreja católica, em sua vertente da teologia da libertação. Assim, as ações realizadas nas décadas passadas são lembradas a partir das narrativas e memórias dessas mulheres em seus encontros atuais, inclusive enquanto estratégias para articular as ações e enfatizar os espaços de resistências que foram construídos por elas na região.

As suas resistências são, portanto, evidenciadas nas suas trajetórias, visto que grande parte delas precisou articular o trabalho na agricultura com diversas outras atividades políticas para fazer valer seus direitos, a partir de entidades como o STR's e a ASSESOAR. É importante notar que é com as organizações civis e os movimentos sociais, que estão fora do âmbito estatal, que as mulheres camponesas conseguem se organizar para chegar a uma representatividade política dentro e fora do Estado, visto que a organização política de Estado é constituída dentro de um espaço masculino, branco e heteronormativo, que caracteriza um padrão de poder que não inclui as mulheres.

Nesse aspecto, o Coletivo, além de articular atividades com os STR's e a ASSESOAR e com o Fórum das Entidades Sindicais do Estado do Paraná (FES)²⁶, também possui objetivos para estratégias de ações para que possam participar no espaço institucional de Estado (enquanto representantes políticas nos poderes legislativo e executivo, municipal e estadual). Nas participações das reuniões foi possível acompanhar a discussão sobre a representatividade nesses espaços, presente na preocupação dessas mulheres que se articulam e desenvolvem ações que ora aproximam ora se afastam de interesses do Estado. Cabe salientar que neste coletivo, há pelo menos, duas das mulheres participantes que atuam como representantes do poder legislativo municipal e estadual, que é a Daniela Celuppi, vereadora de Francisco Beltrão e a própria Luciana, eleita e reeleita deputada estadual.

Durante as reuniões, ocorrem momentos de debate sobre a questão de gênero no meio rural, a situação política do país, as relações de gênero no contexto familiar e escolar, entre outros temas. As mulheres também relataram sobre suas resistências cotidianas, que fugiam da “norma” do que era esperado delas enquanto mulheres agricultoras. Um dos exemplos é a questão da ausência ou do “abandono”

²⁶ O FES é um grupo composto por todos os sindicatos dos/as servidores/as públicos/as do Estado.

das atividades domésticas para a realização de atividades políticas na cidade e na comunidade, na qual muitas delas sofriam repressão por parte dos pais, maridos ou filhos na época em que participavam dos grupos de mulheres. Elas mencionam que a dificuldade era sair de casa e/ou se reunir com outras mulheres, pois sofriam repressão dentro da comunidade em que viviam ou até mesmo pela família, nas quais eram ofendidas por não exercerem a “função materna ou doméstica”, visto que muitas vezes saíam para os encontros e/ou viagens para lutarem por seus direitos.

Neste contexto, elas passaram a criar estratégias, como, por exemplo, a justificativa econômica determinada pela garantia de seus direitos (a aposentadoria feminina, por exemplo, seria um ganho para toda a família e não apenas para a mulher), para que seus maridos tivessem maior aceitação da saída delas de casa. Elas também expõem a “ética” presente no segredo das reuniões que aconteciam no início dos anos 1990, nas quais, não se podia contar em casa o que se discutia nestes encontros, visto que algumas delas, após contar para a família, teriam sofrido violências ou foram proibidas de participar de outros encontros.

Um dos filhos de uma das lideranças relata em um destes encontros do Coletivo Regional, que quando ele era mais novo e sua mãe saía de casa para os encontros da organização de mulheres, seus vizinhos o chamavam de “mariquinha”, devido ao fato de que ele e seu irmão realizavam os afazeres domésticos, enquanto sua mãe trabalhava no sindicato. Ainda sobre esta questão, alguns dos relatos apreendidos nas entrevistas com as mulheres caminham nesse sentido, demonstrando a masculinização na política, no sentido de que o espaço da mulher nas ações políticas não é legitimado.

Já enquanto estratégias coletivas foram mencionadas as ocupações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da Secretaria de Agricultura de Francisco Beltrão, junto com abaixo-assinados. Essas memórias são evidenciadas também a partir das imagens abaixo, na qual a primeira diz respeito às ações do dia 08 de março, no início da década de 1990: “A Alegria está na luta e na conquista!”. E, a segunda imagem é o convite para a ação do dia 08 de março de 2018: “Nenhum direito a menos! Nenhuma a menos!”



Figura 7 -Imagens de divulgação das organizações das mulheres camponesas do Sudoeste do Paraná. Fonte: Arquivo público da ASSESOAR.

Tais materiais gráficos mostram a relevância histórica do dia 08 de março para o Coletivo, assinalando as memórias das lutas anteriores das mulheres, através da formação política e dos atos reivindicatórios. São temas discutidos nos encontros, nos quais as memórias narradas refletem o entusiasmo das organizações das mulheres na região, durante as décadas de 1980 e 1990, bem como as estratégias a serem reconstruídas a partir da retomada desse Coletivo, em consonância com as lutas e debates em âmbito regional e nacional. Importante lembrar também que essa retomada se desenrolou a partir “das atuais ameaças aos direitos e do papel das mulheres frente a um contexto de ascensão de práticas e pensamentos conservadores”, conforme documentado no site da Assesoar²⁷.

Percebemos que essa retomada da organização de mulheres, após alguns anos de inatividade, faz parte do processo de resistência coletiva, bem como da construção dos territórios simbólicos. Territórios que segundo Albagli (2004) se diferenciam, enfatizando que o território é o espaço apropriado por um ator social, sendo que a partir das relações de poder é que será definido e delimitado em suas

²⁷ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL. **Encontro Regional de Mulheres: conquistas do passado, desafios do presente.** In: Arquivos da Assesoar. 2017. Disponível em: <<http://assesoar.org.br/?p=6206>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

múltiplas dimensões, ou seja, a caracterização de que cada território é o reduto de intervenções e das atividades de atores sobre um determinado espaço, construído além das fronteiras materiais de espaço, sendo também um campo de conhecimento, atividade e de subjetividades a partir da vivência de seus atores sociais. Novamente, Albagli (2004) demonstra que a territorialidade compõe aspectos tanto físicos, como econômicos, simbólicos e sociopolíticos. E assim, pode-se dizer que o território é um lugar vivo, de experiências e vivências.

As conquistas adquiridas com a redemocratização do país são percebidas pelas mulheres camponesas enquanto lutas diárias e constantes, visto que a maioria das que participam do coletivo percebe que *“não se pode deixar morrer”* as ações coletivas e as conquistas das mulheres na região. Ao vivenciarmos nacionalmente as estratégias de desmonte de direitos, a partir das novas políticas de Estado, como, por exemplo, a reforma trabalhista e a da previdência, em que estão sendo modificados vários direitos, elas evidenciam que suas lutas e resistências devem ser retomadas com maior fortalecimento.

Ao relacionar essas resistências aos processos decoloniais, observamos que tais enfrentamentos fazem parte de conflitos oriundos da colonialidade do poder, na qual as resistências de grupos não hegemônicos, como as mulheres agricultoras e camponesas, demandam um enfrentamento contínuo que, por momentos, também são capturadas pela lógica colonial em contexto mais amplo, mas que, ao aprofundar suas práticas tanto coletivas quanto individuais, exercem resistências. Novamente, é importante ressaltar o olhar frente às práticas a partir das experiências em confluência com a identidade, lugar/ território.

Escobar (2005) evidencia que a partir da expansão capitalista na sociedade, foi se tornando impossível pensar a realidade social de outra maneira, sendo que as iniciativas locais menores, as formas de resistências do Terceiro Mundo, cooperativas, entre outras, sempre foram vistas como subordinadas ao capitalismo ou complementares, mas nunca constituídas dentro de um espaço de importância ou significativas.

Nesse sentido, Santos (2004) admite um posicionamento denominado de Pós Colonialismo de Oposição, que permite uma compreensão não ocidental do mundo em toda a sua complexidade, emergindo a globalização contra-hegemônica

enquanto alternativa construída pelo Sul²⁸ em sua extrema diversidade, exigindo um novo pensamento crítico.

Quijano (2005) enfatiza o olhar do território frente aos mecanismos de poder que a colonialidade coloca frente às populações negras, mestiças e indígenas na América Latina, relacionando com a questão da identidade, sendo um projeto histórico, aberto e heterogêneo em lealdade com a memória e o passado. O autor destaca que é por este viés que a produção da identidade latino-americana produz a descolonização a partir de seus territórios e identidades.

Em outras perspectivas, Lisboa e Lusa (2010) ao estudarem sobre desenvolvimento sustentável²⁹, levantaram ideias sobre essa relação com a perspectiva de gênero, salientam uma nova concepção de desenvolvimento humano sustentável. Amparadas pelos estudos de Lagarde (1996), as autoras possuem uma visão de um desenvolvimento impulsionado pelo feminismo. Tais autoras irão demonstrar que essa concepção quebra com concepções anteriores de desenvolvimento no campo teórico-político, apontando que o desenvolvimento deveria:

Incluir as necessidades das mulheres e considerá-las prioritárias; modificar as necessidades humanas dos homens, uma vez que muitas delas concretizam formas e mecanismos de opressão sobre as mulheres; modificar as necessidades comunitárias, nacionais e mundiais ao requerer um caminho de desenvolvimento com sentido mais humano, ou seja, centrado na escala humana (LAGARDE, 1996, p.123, *apud* LISBOA & LUSA, 2010).

Dessa forma, tem-se em vista que nas relações de cunho "desenvolvimentistas" em conjunto com as ações de políticas públicas, se faz necessário superar e debater apoiado nos princípios de sustentabilidade, equidade, produtividade e empoderamento (LISBOA & LUSA, 2010). Esta concepção se fortalece ainda mais quando em seus estudos, as autoras exemplificam os modelos de desenvolvimento em espaços locais, nacionais ou globais, que são em grande parte formadas por ações e interesses masculinos e de opressões, gerando desigualdades sociais.

²⁸ Ao falar de "Sul-Norte", Boaventura de Sousa Santos explica seu posicionamento frente às correntes teóricas de autores decoloniais, retratando a perspectiva do Pós-Colonialismo de Oposição com as relações entre a compreensão de "Norte - Sul", identificando que também são existentes nos países "Norte/europeus", onde ele vive, existindo a "colonização" no próprio lugar do "colonizador".

²⁹ Não abordaremos nesta pesquisa o conceito de desenvolvimento sustentável em si, no entanto, tais autoras nos auxiliam para compreender a noção de desenvolvimento a partir da perspectiva de gênero.

Sendo assim, a compreensão das trajetórias de vida das mulheres agricultoras que exercem lideranças políticas pode servir para evidenciar quais práticas que elas realizaram que puderam contribuir para as questões de desenvolvimento territorial, bem como na construção de projetos e políticas públicas que auxiliam o local e a população em que vivem, sendo pessoas com representatividades políticas não hegemônicas.

Nesse sentido, durante a oficina realizada pelo grupo de pesquisa de Gênero, Juventude e Cartografias da Diferença (Artemis) e o grupo de estudos de Gênero, Ruralidades e Agriculturas (GERA) da UTFPR, Campus de Pato Branco, com as mulheres agricultoras, Luciana relata sobre a luta pela construção do hospital regional: *”o hospital regional é uma luta das mulheres agricultoras. Dez anos de luta pelo hospital regional. O que mais vejo no hospital é o rosto das mulheres que estavam batalhando para que ele estivesse ali”*. Esta luta pelo hospital regional é bastante simbólica no percurso das mulheres agricultoras da região, não só Luciana reconhece, mas várias mulheres relembram essa conquista no encontro do Coletivo de Mulheres e durante a oficina relataram sobre o processo de luta por um hospital regional no Sudoeste. Luciana e Zelide comentam que em uma das datas comemorativas do dia 08 de março em anos anteriores, as mulheres buscavam assinaturas e reivindicações por este hospital. E foi então, com a representatividade de Luciana enquanto deputada estadual entre 2002 e 2010, que conseguiram o projeto e execução do hospital regional em Francisco Beltrão, o que novamente foi pouco divulgado pela mídia local e invisibilizado enquanto luta das mulheres agricultoras.

A oficina realizada a partir do grupo de pesquisa foi essencial para compreendermos estas sementes das lideranças políticas. Como o intuito da oficina era a escuta das narrativas coletivas destas mulheres para a construção de uma carta pública frente aos desafios atuais, as mulheres agricultoras, inclusive Luciana e Zelide que participaram, sentiram-se à vontade para relembrar as lutas políticas e foi inevitável a comparação com a conjuntura atual da política governamental. Apesar disso, como a oficina foi realizada no final de outubro, logo após as eleições presidenciais de 2018-2019, as mulheres estavam, por um lado, entusiasmadas com a reeleição de Luciana para o cargo de deputada estadual e, por outro, apreensivas pela disputa de oposição na presidência e em outros cargos parlamentares.

Dessa forma, as narrativas foram expressas tanto pela experiência positiva do

passado, mas também apontaram para a necessidade de construir alternativas que deveriam seguir neste momento. Por este lado, durante as entrevistas individuais, Zelide compara que nos grupos de mulheres, o debate sobre a política governamental era dialogada entre as mulheres e interessava realizar a crítica e ampliar o conhecimento de cada partido político, das estratégias políticas em âmbito governamental, entre outras coisas e que, atualmente, este diálogo não acontece:

Antes era mais fácil brigar pelos seus direitos, independente quem era da prefeitura, a gente queria fazer nossa documentação, nosso CPF, hoje estamos correndo o risco de perder de novo esses direitos. [...] Essa questão da aposentadoria, meus filhos não vão se aposentar nunca, se não tiver daqui alguns anos uma mobilização grande, uma pauta...Eu não sei. (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 12 de julho de 2018).

[...] E hoje nas reuniões nem se fala mais. O pessoal está com um pouco de medo, não deveria, mas tá todo mundo no mesmo balaio. Tu não pode falar e o pessoal está se segurando um pouco, sabe? Se for falar dos partidos políticos e ter que falar de cada um, hoje em dia dá briga. (Zelide C. Possamai, entrevista realizada em 12 de julho de 2018).

Para Luciana, com o seu retorno para o parlamento, ela acredita que, apesar de ser um momento difícil, haverá retorno das reivindicações políticas que conquistaram no passado:

Na volta agora para a assembleia, a gente sente que vai ser uma luta, um cenário nosso, a conjuntura desse momento não é muito favorável, então é um momento que vai ser...Eu acho que a gente vai precisar usar muito a palavra resistência no estudo, sabe? Resistência e luta para não deixar perder os direitos que a gente tem. É a própria utopia. É preciso continuar sonhando, continuar construindo um sonho e na prática poder fazer um mundo melhor. (Luciana G. Rafagnin, entrevista realizada em 18 de novembro de 2018).

Percebemos desta maneira, a sensação de retorno das lutas e reivindicações pelos direitos tanto trabalhistas, quanto das mulheres. Atualmente o Coletivo de Mulheres, apesar de participarem em grande parte as mulheres agricultoras, também é aberto à outras mulheres que não necessariamente são associadas ao STR. Além disso, o grupo, apesar de ser organizado pelas dirigentes associadas da ASSESOAR, pouco fala em coordenações, constituindo-se enquanto um grupo horizontal, nas quais participam representantes de entidades, mas que não necessariamente estão em cargos de lideranças. Desta forma, as resistências realizadas nas trajetórias de Luciana e Zelide na época em que iniciaram suas lideranças políticas, estão sendo revivenciadas no contexto deste Coletivo e assim,

buscam novas formas de se organizarem politicamente, mesmo que em modos precários que o exercício da colonialidade do poder lhes (nos) impõe.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste estudo buscou analisar as trajetórias políticas de mulheres agricultoras que se tornaram lideranças políticas no Sudoeste do Paraná, a fim de compreender como elas se constituíram enquanto lideranças, bem como analisar estas trajetórias a partir do contexto histórico regional o qual elas estavam inseridas no período entre 1980 e 1990, momentos em que estavam iniciando suas práticas e mobilizações. Sendo assim, buscamos compreender quais as relações entre suas práticas individuais e coletivas que se entrelaçaram com o contexto histórico regional, que foi marcado pelas lutas políticas de movimentos sociais e sindicais do meio rural, assim como as influências da participação da Igreja Católica e da ASSESOAR que se tornaram presentes neste contexto.

É relevante relatar os caminhos que nos levaram para a análise das trajetórias das mulheres agricultoras que se tornaram lideranças políticas e mencionar como este caminho foi traçado. Assim, a proposta inicial de pesquisa foi abordar os movimentos sociais de mulheres agricultoras e compreender como suas práticas se conectavam com o contexto regional (por exemplo, se tais movimentos influenciam ou não a tomada de decisões políticas da região e como isso acontece). Com o recorte da região a ser pesquisada, o Sudoeste do Paraná, percebemos a dificuldade em abordar movimentos de mulheres agricultoras que estariam ativos (visto que o Coletivo de Mulheres do Sudoeste foi retomado logo depois do início da pesquisa). No entanto, a participação ativa de mulheres agricultoras em cargos de representatividade era muitas vezes mencionada em diversos estudos anteriores sobre a região, nos quais se apresentavam os movimentos sociais que eram ativos na década de 1980 e 1990.

Dentre as participantes destes grupos, Luciana Rafagnin, Zelide Possamai e muitas outras mulheres eram reconhecidas e mencionadas. Sendo assim, como Luciana e Zelide eram reconhecidas, principalmente, por exercerem os cargos de presidência, direções, coordenações e o cargo parlamentar, deputada estadual – no caso da Luciana. Estudamos e discutimos a relevância em abordar as trajetórias

individuais para analisar o contexto ampliado dos movimentos sociais de mulheres em articulação com a região e assim, o corpus de análise foi se constituindo.

A partir da perspectiva feminista de análise, foi possível reconhecer, primeiramente, que a pesquisa se constrói a partir de saberes parciais e localizados (HARAWAY, 1995) e de lugares que não são colocados enquanto neutros na prática científica e dessa forma, os Estudos Decoloniais foram adotados enquanto panos de fundo para analisarmos as trajetórias e compreender como as resistências individuais e coletivas destas mulheres se alocam, a partir da construção de um território simbólico de lutas camponesas da região do Sudoeste do Paraná. Além disso, compreendemos como estas mulheres se reinventam e transformam seus espaços de vivência a partir das composições de suas subjetividades ativas (LUGONES, 2014) e da ferida colonial (MIGNOLO, 2013), a partir dos quais resistem e se reinventam, ao mesmo tempo em que transformam os espaços onde vivenciam a partir dos próprios mecanismos de opressão e resistência em que estão inseridas, mesmo que na precariedade das circunstâncias.

A questão das resistências neste sentido foi observada a partir das redes que se constituíram a partir da Igreja Católica, das lutas sindicais, da ASSESOAR, bem como a partir do campo da afetividade do contexto individual, de laços de amizade e familiares, pelos quais Luciana e Zelide vivenciaram e teceram suas experiências enquanto lideranças políticas. Nesse sentido, observamos as relações de resistências, evidenciadas por Scott (2002; 2011), a partir de elementos que não são considerados enquanto estruturas organizadas ou conscientes de resistências, mas que se mobilizam a partir do cotidiano, de ações não planejadas, que são identificadas enquanto práticas de resistência.

Demonstramos com base no contexto de Luciana e Zelide como se deu este processo, a partir da forma como elas iniciaram suas participações e abordavam os grupos de mulheres, dos quais faziam parte no início de suas trajetórias, levando em conta a questão do “segredo” sobre as reuniões, das reinterpretações das histórias bíblicas que os grupos utilizavam para estudo, da atuação através da Igreja nas comunidades para mobilizar para as lutas sindicais, e do discurso econômico e familiar que utilizavam para mobilizar seus companheiros para a luta pelos direitos

das mulheres, no período da constituinte e após a aprovação da Constituição de 1988.

Por outro lado, foi possível perceber também, que a partir do contexto histórico e regional dos movimentos sociais e das lutas sindicais ocorridas na década de 1980, as mulheres foram se integrando à luta, inicialmente, para compor espaços no nível quantitativo, para se obter mais pessoas associadas e conseqüentemente, aumentar a arrecadação financeira dos sindicatos, visto que este possuía caráter assistencialista e, posteriormente, com a oposição sindical, como força política.

No período da ditadura militar a organização sindical era apoiada pelo governo e tinha caráter assistencialista, no entanto, com a democratização houve mudanças significativas a partir da construção de sindicatos de oposição, os quais articulavam reivindicações por direitos. É nesse contexto, que podemos compreender a mobilização feita na região para a ampliação da participação de grupos de mulheres, na qual Luciana e Zelide começaram a participar (principalmente dos movimentos sindicais) e a se constituir enquanto lideranças. Nesta trajetória foi sendo possível compreender as relações de opressão e de questões marcadas pelo gênero quando as mulheres se tornam lideranças.

Este espaço, que foi aberto às mulheres na época – como analisado nos documentos da ASSESOAR, nas entrevistas e a partir dos estudos sobre a região – foi pautado a partir de disputas políticas em que foi necessária a participação das mulheres nos movimentos de base. No entanto, estes não eram pensados, enquanto espaços de representatividade e liderança de mulheres, eles foram se constituindo a partir deste momento. A partir dos documentos e das entrevistas é perceptível o incômodo “social” quando as mulheres participavam em cargos de representatividade mista (homens e mulheres) e de decisões políticas. Afinal, era aceitável que existissem grupos formados apenas por mulheres e para mulheres, que elas se associassem aos sindicatos, que participassem de reuniões, o que não se imaginava era que elas poderiam se tornar presidentes de sindicatos por diversos mandatos (assim como ocorreu em Francisco Beltrão), ou se tornassem representantes em cargos parlamentares (como o caso de Luciana). Neste sentido,

podemos lembrar quando Zelide conta sobre o incômodo dos padres quando elas estavam participando mais das reuniões dos sindicatos do que “rezando”.

Além disso, é possível perceber quais são as relações existentes entre as estratégias de resistências frente à lógica da colonialidade do poder, do saber e do ser, observando a partir dos Estudos Decoloniais, em que se problematiza a noção de linearidade e unidade de identidades, povos, culturas, corpos etc. Nesse conjunto de resistências de mulheres agricultoras, as práticas são destacadas a partir de diversas questões, percorrendo os espaços das relações familiares, das relações comunitárias, dos projetos de reivindicações políticas que defendem, do lugar da representatividade destas mulheres no contexto histórico da região, etc. As resistências, dessa forma, aparecem nas práticas cotidianas e de confrontos abertos, não podendo ser caracterizadas enquanto processos lineares, fechados ou homogêneos, como o modelo de compreensão eurocêntrica e da colonialidade tentam impor.

A partir de suas trajetórias também analisamos as questões interseccionais e das identidades múltiplas que as mulheres em cargos de lideranças políticas assumem. No caso das trajetórias analisadas, as relações entre suas identidades de mulheres agricultoras, que exerciam atividades entre o meio religioso da Igreja Católica, dos sindicatos e até mesmo a questão de possuírem ou não filhos (serem mães) estão a todo o momento sendo questionadas quando exercem lideranças políticas. Em especial quando analisamos suas condições enquanto mulheres agricultoras familiares, que incorpora as lutas e resistências para sua permanência num contexto hostil da colonialidade. É a partir destas questões, em que as relações de opressão são levantadas quando exercem lideranças, que percebemos as suas contraposições, apresentando elementos de suas identidades e vivências que puderam ora facilitar, ora dificultar (com maior intensidade) a se constituírem como lideranças. Não podemos deixar de mencionar que tais mulheres transitam em posições de identidades raciais privilegiadas, sendo elementos importantes para compreender a noção de interseccionalidade e das relações de opressão, o qual Crenshaw (2002) apresenta.

Nesse sentido, a análise da interseccionalidade e das identidades em suas relações com o exercício de representatividade e da liderança política, foram

aspectos relevantes que se constituíram nesta análise para compreender as relações de poder e opressão que estão presentes no ambiente político do espaço público, quando as mulheres exercem lideranças. As experiências destas duas mulheres nos fazem refletir, sobre as diversas formas em que mulheres, quando se tornam lideranças, precisam se desdobrar diante da sobreposição de identidades, para manter a representatividade no meio político, visto que muitas vezes suas participações são questionadas, tanto no âmbito privado, quanto coletivo.

A análise demonstrou que a representatividade em diferentes espaços, pode ser fortalecida ou dificultada, dependendo de como ocorrem às relações sociais e como emergem os apoios e as pressões. Como por exemplo, a questão da Igreja em alguns momentos pode ser um ponto essencial para o exercício da liderança política e, em outros momentos, dificultar tal trabalho nos sindicatos. A intenção da interseccionalidade neste sentido, não seria caracterizar elementos decisivos que as fizeram ou não se constituírem como lideranças políticas, mas de apresentar como as relações (de opressão) se intensificam ao retratar mulheres em cargos de lideranças e representatividades políticas, nos quais, frequentemente, suas identidades e práticas são colocadas em questionamento frente à capacidade de exercerem os cargos de liderança.

Dessa forma, é necessário compreender também que as mulheres, que são lideranças políticas, transitam em campos simbólicos frente ao que caracteriza as manifestações hegemônicas e coloniais do exercício da representatividade política. Este espaço é “colonizado”, sendo a representatividade política, em geral, um espaço exclusivamente masculino. Deste modo, as mulheres, ao ocuparem este espaço – que não foi feito para elas – exercem práticas diferentes ao que está naturalizado, ou seja, elas utilizam do mesmo espaço de opressão [da representatividade política], para contrapor e construir as resistências.

Visto que Luciana e Zelide partem de um espaço específico de vivência, que é o da agricultura familiar e do campesinato, tais conceitos foram primordiais para compreendermos as construções das relações de gênero e podermos problematizar os mecanismos de resistências destas mulheres, os quais nem sempre advêm das relações entre o trabalho produtivo e reprodutivo, constantemente estudado nas áreas de pesquisa sobre as ruralidades e gênero.

Neste sentido, a partir deste estudo demonstramos a relevância de estudar o espaço do rural enquanto espaço de vida, se tornando diverso, plural e contraditório como Wanderley (1996; 2001) apresenta, bem como a importância das pesquisas com mulheres agricultoras e camponesas olhando pela perspectiva de seus movimentos, lutas e reivindicações políticas, em que, enfatizado por Paulilo (2016), sobre os estudos feministas estarem pautados pelo viés urbano e evolucionista, desconsideraram as práticas das mulheres do contexto rural, considerando enquanto um espaço do “atraso”.

Problematizar quais são os mecanismos que regem o sistema trabalho, terra e família no campo e seus meios de reprodução social, pode ser uma das formas para compreender os motivos para que essa base seja mantida ou não, ainda mais quando se refere às questões de gênero. No entanto, também são questões que devem ser tratadas com cautela, considerando toda a rede histórica, cultural e simbólica de ser/estar mulher no campo, o que é um processo diversificado, existindo práticas e saberes que permanecem e se transforma em suas diversidades e diferenças. A história não é única e nem linear, como a noção da modernidade a situa e, por isso, a importância em realizar os estudos a partir das experiências e trajetórias individuais, compreendendo os cruzamentos entre as memórias individuais e coletivas, as quais se complementam e se tornam múltiplas.

O capítulo seis deste estudo se destinou para compreendermos quais aspectos se originaram na região a partir das mobilizações e práticas realizadas por Luciana e Zelide no passado, como por exemplo, a retomada de reuniões de mulheres em 2017 a partir do Coletivo Regional de Mulheres do Sudoeste e que tivemos a oportunidade de participar de alguns encontros, bem como a Oficina realizada pelo Grupo de Pesquisa Artemis em conjunto com o grupo de estudos GERA, a qual fizemos parte. Nestas atividades, muitas situações são lembradas por outras mulheres agricultoras sobre os grupos de mulheres do período de 1980 e 1990, reconhecendo a importância que tiveram frente às conquistas realizadas por elas e por Zelide e Luciana e a necessidade de retomada destas lutas diante da atual conjuntura política, tanto em contexto regional quanto a nível nacional em relação à quebra dos direitos que elas mesmas lutaram e conquistaram no passado.

De modo geral, se fez importante retratar como tais experiências e trajetórias estão interconectadas à história regional do Sudoeste do Paraná, com os movimentos sociais no campo, bem como com a tarefa cotidiana de se re-fazer e re-pensar suas práticas a partir da constituição enquanto lideranças políticas. Visto que não é um espaço dado às mulheres, interferindo além da questão de gênero, diversas outras interseccionalidades, que as fazem R-existir a todo o momento, às pressões familiares, das entidades, das instituições, do preconceito, entre outros aspectos, para contribuir com um modo de viver contra o hegemônico da colonialidade do poder, do saber e do fazer.

Dessa forma, tais aspectos tornam-se ponto de partida para futuras análises mais aprofundadas, para debater os processos de subjetivação e identidade dessas e de outras mulheres ao se constituírem enquanto lideranças políticas, tendo em vista a questão de gênero, bem como a análise de suas relações e ações políticas.

Além disso, cabe salientar a importância de possíveis novos estudos sobre as mobilizações de mulheres agricultoras na região do Sudoeste do Paraná e em outras regiões do Brasil no contexto atual, nas quais percebemos que as intensas mobilizações no período de 1980 e 1990 ocorreram a partir de um contexto político em que se lutava por direitos que não existiam e, assim, os foram conquistando, e que atualmente, estes mesmos direitos estão sendo aos poucos perdidos (reforma trabalhista e a proposta da reforma previdenciária). Nesse sentido é necessário compreender o contexto histórico, bem como as práticas cotidianas que existiram, para então compreender as práticas atuais das novas mobilizações das mulheres, assim como este Coletivo Regional que foi sendo retomado na região, vai definindo suas estratégias de luta.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Brasília (DF), v. 15, n.2, p. 45-66, 1998.

ABRÃO, Joice Aparecida Antonello; SANTOS, Roselí Alves dos. Sindicalismo rural em Francisco Beltrão: a inserção do trabalho das mulheres nos espaços políticos administrativos do sindicato dos trabalhadores rurais. In: **Fazendo Gênero**, 9., 2010, Florianópolis, UFSC. Anais... Florianópolis: UFSC, 2010. p. 01-10.

ABU-LUGHOD, Lila. "A Escrita contra a cultura". **Equatorial–Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN**, Natal, v. 5, n. 8, p. 193-226, 2018.

ACSELRAD, Henri. et al. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: BRAGA, Cristiano; MORELLI, Gustavo; LAGES, Vinícius Nobre. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 23-69, 2004.

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de. Psicologia social e formas de vida rural no Brasil. **Psicologia, teoria e pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 37-42, 2002.

ALMENDRA, Javiera Cubillos. "La importância de la interseccionalidad para la investigación feminista". **Oxímora Revista Internacional de Ética y Política**, Barcelona, v.7, p.119-137, 2015.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/ La frontera: la nueva mestiza**. Cidade do México: Centro de Investigaciones y Estudios de Género, UNAM, 2015

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL. Encontro Regional de Mulheres: conquistas do passado, desafios do presente. In: Arquivos da Assesoar. 2017. Disponível em: <http://assesoar.org.br/?p=6206> Acesso em: 15 nov. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social?-Uma discussão conceitual. **Revista debates**, v. 6, n. 1, p. 173, 2012.

BATTISTI, Elir. "As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná". **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BECK, Ulrich; WILLMS, Johannes. **Liberdade ou capitalismo.** Editora Unesp, 2003.

BECKER, Howard Saul. A história de vida e o mosaico científico. In: **Métodos de pesquisa em ciências sociais**, v. 2, São Paulo: Hucitec. 1997.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BENZAQUEN, Júlia Figueredo. “Reflexões a respeito da ideia de (r) existências do sul”. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 2, n. 20, 2014.

BONI, Valdete. “Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina”. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 289-302, jan/abr. 2004.

_____. **De agricultoras a camponesas: O Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas.** 2012. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil.

BORBA, Eder Ribeiro; FABRINI, João Edmilson. “A participação das mulheres na luta sindical: o caso do sindicato dos trabalhadores rurais de Francisco Beltrão/PR”. **Revista Pegada**, v. 17, n. 2, p. 37-52, dez. 2016.

BORDALO, Caroline, A. **Desenvolvimento, campesinato e feminismo na América Latina: uma análise das formas de representação política no campo brasileiro.** In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 40., Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 2016.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, n. 12, p. 6-17, 2012.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani Marisa. O papel dos mediadores no acesso das mulheres ao PRONAF mulher. **Revista Antropológicas**, v. 23, n. 1, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CALEGARI, Avelino; DUARTE, Valdir. **ASSESOAR: referências e impactos: um olhar sobre a década de 90 do século XX.** Sudoeste do Paraná, dezembro de 2006. Disponível em: <<http://assesoar.org.br/wp-content/uploads/2011/08/TAP000971.pdf>> Data de acesso: 09 de novembro de 2017.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, v.9, n.1p. 22-55, 2001.

_____. “Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero”. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 11-22, jun. 1994.

CATTELAN, Carla; CASTANHA, André Paulo. A Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) e o processo de escolarização no Sudoeste do Paraná: 1948–1957. **Oficina do Historiador**, v. 9, n. 1, p. 285-304, 2016.

CHANTLER, Khatidja.; BURNS, Diane. “Metodologias Feministas”. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (Orgs.). **Teorias e métodos da pesquisa social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Francisco Graziano da; STOLCKE, Verena. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, p. 133 -163, 1981.

COLETTI, Tomé. **Organização da Produção na Agricultura Familiar: Análise das Proposições do Sindicalismo Rural Cutista do Sul do Brasil**. 2005. Monografia (Graduação em Economia) – Centro de Ciências Econômicas, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa. “**As estratégias dos agricultores familiares do Sudoeste do Paraná frente à modernização no campo**”. In: Congresso Brasileiro de Sociologia. Campinas, 11., 2003, Campinas, Unicamp, Anais... Campinas: Unicamp, 2003. p. 01-26.

COSTA, Alfredo; MATOS, Ralfo Edmundo da Silva; VALLE, Matheus Henrique Fernandes. Análise dos processos de masculinização no meio rural os municípios brasileiros segundo porte populacional e grau de modernização da agropecuária. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 10, n. 21, 2015.

CRENSHAW, KIMBERLÉ. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan/abr. 2002.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa:- Escolhendo entre Cinco Abordagens**. Porto Alegre: Editora Penso, 2014.

CURIEL, Ochy. **Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y El Caribe**, In: I COLOQUIO LATINOAMERICANO SOBRE PRAXIS Y PENSAMIENTO FEMINISTA. Buenos Aires. Argentina: GLEFAS. 2009.

_____. **El Feminismo Decolonial Latinoamericano Y Caribeño. Aportes Para Las Prácticas Políticas Transformadoras.** In: Encuentro “Reflexiones diversas hacia el desarrollo: género, comunicación y decolonialidad.” Granada. Espanha: ASAD/CICODE. 2016. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=B0vLlIncsg0&t=339s&t=339s. Acesso em: 14 nov. 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Boitempo Editorial, 2016.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena León. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina.** Editora UFRGS, 2002.

DERRE, C. D. “Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária Brasileira”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175, jan/abr. 2004.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Coleção Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005.

DUTRA, Elza. A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. **Estudos de psicologia**, v. 7, n. 2, p. 371-378, 2002.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, p. 133-168, 2005.

FAVARETO, Arilson Silva da. “Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil”. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 21, n. 62, p. 27-44, out. 2006.

FEDATO, Elis Marina Benatti. **O movimento popular de mulheres no Sudoeste do Paraná.** In: Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis, UFSC. Anais... Florianópolis: UFSC, 2010. p. 01-10.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. et al. Resistência e empoderamento no mundo rural. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, n. 1, p. 123-159, 2007.

FOX-GENOVESE, Elizabeth. Para além da irmandade. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, v.0, n.0, p.51-52, 1992.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de ; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. 8, p. 1-28, 2006.

IPARDES, **Relação dos municípios do estado ordenados segundo as mesorregiões e as microrregiões geográficas do IBGE**. 2012. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_para_a.pdf Acesso em: 28 de maio de 2019.

JELIN, Elizabeth. Familia y género: notas para el debate. **Revista Estudos Feministas**, v.3, n.2, p. 394-413, 1995.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**, v. 4, p. 90-113, 2002.

JUNIOR, Marco Antonio Mitidiero. "Igreja, campesinato e luta pela terra no Brasil". **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-14, 2011.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora Unicamp, 1993.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailis Gariboti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero-Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**, p. 871-887, 2010.

LISBOA, Teresa Kleba. Democracia de Gênero: é possível um pacto entre as mulheres? **Revista Feminismos**, Florianópolis, v. 4, n. 1, jan/abr. 2016.

LUGONES, María. **Colonialidad y género**. Tabula rasa, n. 9, p.73-102, 2008.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.22, n.3, p. 320, setembro-dezembro/2014.

MANOEL, Ivan Aparecido. A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 21, p. 207-215, 1999.

MARTINS, Alberto Mesaque. A formação em psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário. **Psicologia Ensino & Formação**, v. 1, n. 1, p. 83-98, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Desafios e perspectivas para a Sociologia Rural no século XXI**, Comunicação oral apresentada no 55º Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, Santa Maria, 2017.

MENEZES, Marilda Aparecida de; GODOI, Emilia Pietrafesa de; MARIN, Rosa Acevedo. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Vol.II, São Paulo: UNESP e NEAD, 2009.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. Decolonialidade como o caminho para a cooperação. IHU on-line, **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, 431, Ano XIII, Nov. de 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec. 2010.

MUYLAERT, Camila Junqueira; et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. 2, 2014.

NEVES, Delma Pessanha; MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Apresentação. In: NEVES, Delma Pessanha.; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PAULILO, Maria Ignez. "O peso do trabalho leve". **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan/fev. 1987.

_____. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de Pesquisa, Florianópolis**: UFSC, n. 21, p. 1-17, jun. 2000

_____. "Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise". **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

_____. Que feminismo é esse que nasce na horta?. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 296-316, 2016b.

PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta. Memórias e trajetórias de Luci Choinack. "Histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas". In: PAULILO, Maria Ignez **Mulheres Rurais. Quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Editora UFSC, 2016. p. 301-326.

PEREIRA, Edir. **Resistência Descolonial: Estratégias e táticas territoriais**. Terra Livre, v. 2, n. 43, p. 17-55, 2017.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

PIRIN, Lizandra. **Sindicalismo Rural e Agricultura Familiar no Município de Francisco Beltrão – PR**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) -Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil.

PISCITELLI, Adriana. "Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico". **Cadernos Pagu**, Campinas, n.1, p. 150-200, jan. 1993.

_____. "Gênero: a história de um conceito". In: BUARQUE DE ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. (org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116- 148.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. "De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino- Americana". **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 8, n.16, p. 37-52, 2006.

POSSAMAI, Rosângela Maria Cesca. **A História da Organização das Mulheres do Sudoeste do Paraná e a Construção da Identidade Política**. Trabalho monográfico apresentado curso de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

QUIJANO, ANÍBAL. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas Latinoamericanas, Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Editora Unicamp, 2013.

RESENDE, Roberta Carnelos. **Gênero, performance eleitoral e perfis: uma análise da Assembléia Legislativa do Paraná (1998 à 2006)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2009.

ROCHA-COUTINHO, Maria L. "A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero". **Estudos de psicologia**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 65-69, 2006.

RODRIGUES, Almira. **Participação política das mulheres e gestão em política de gênero**. Centro Feminista de Estudos e Assessoria-CFEMEA, 2004.

RODRÍGUEZ MAGDA, R. M. El placer del simulacro: feminismos y transmodernidad In: FEMENÍAS, M. L. **Perfiles del feminismo latino-americanos**: Vol. 3. Buenos Aires: Catálogos, 2007. p. 139-160.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres Rurais: tecendo novas relações e reconhecendo ações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 437-443, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro**. Coimbra, Conferência de abertura ao VIII Congresso LusoAfricano Brasileiro de Ciências Sociais. 2004.

_____. Ecologia de saberes. In: _____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006. p.137-165.

SANTOS, Roselí Alves. “A participação política das mulheres agricultoras nas organizações populares e sindicais no Sudoeste do Paraná”. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, p. 312-329, jan/fev. 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 7, n. 1, p.5 – 22. 2007.

SCHMITZ, Aline Motter. et al. **Registrando a História e as Experiências Político-Organizativas das Mulheres Agricultoras no Sudoeste Paranaense**. Editora: UNIOESTE, 2010.

SCHMITZ, Aline Motter; FERNANDES Patrícia Aparecida; SANTOS, Roselí Alves dos. “**A participação das mulheres agricultoras no sindicato dos trabalhadores rurais – STR de Francisco Beltrão – PR: uma discussão de gênero na geografia**”. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21., 2012, Uberlândia, UFU. Anais... Uberlândia: UFU, 2012. p. 01-21.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas de resistência. **Raízes**, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

_____. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 217-243, 2011.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos”. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 5-22, jul/dez. 1995.

_____. Experiência. In: SILVA; LAGO; RAMOS (Org.) Falas de gênero.

Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999. p. 21-55.

SCOTT, Parry.; CORDEIRO, Rosineide. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Vol. 10. Editora Universitária UFPE, 2006.

SEYFERTH, Giralda. Campesinato e o Estado no Brasil. **Mana**, v. 17, n. 2, p. 395-417, 2011.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 1, p. 61-71, 2000.

_____. “Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar”. **Pensamiento Iberoamericano**, n. 09, p. 169-183, 2011.

SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS E NA AGRICULTURA FAMILIAR. Francisco Beltrão. **Ata de Assembleia realizada no dia 21 de fevereiro de 2019**. Livro nº 03. Ata n. 34.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005.

STERN, Steve. De la memoria suelta a la memoria emblemática: hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973-1998). **Memoria para un nuevo siglo: Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX**, p. 11-33, 2000.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos feministas**, v. 12, n. 1, p. 253-267, 2004.

TABORDA, Noeli Welter. Mulheres camponesas e o dia 08 de março na luta de classes. **Revista Grifos**, v. 22, n. 34/35, p. 89-112, 2013.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Relações de Gênero e a História das Mulheres Camponesas. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 14, n. 2, p. 45-62, 2009.

VAN DER PLOEG, Jan Dowue. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura Familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

VAN DER SCHAAF, Alie. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias** v. 5.n.10, p.: 412-442, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, reformas constitucionales y pluralismo jurídico. In: Judith Salgado (Comp.). **Justicia Indígena: Aportes para un debate**. Quito: Ediciones Abya-Yala, Universidad Andina Simón Bolívar, 2002, p. 23-35.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. Gt 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro, v. 21, 1996.

_____. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, Norma. **Una nueva realidad en América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; p. 31-44, 2001.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004.

FONTES DOCUMENTAIS:

“Nenhum direito a menos! Nenhuma a menos!”. Folheto de divulgação do ato do dia 08 de março do ano de 2018 do Coletivo de Mulheres do Sudoeste - Acervo particular. 2018.

25 Anos Construindo Alternativas Populares - Acervo público da ASSESOAR. (Cartilha). 1990. 20p. Código: 361.6 A846.

A alegria está na luta e na conquista! Impressão: ASSESOAR - Acervo público da ASSESOAR. (Folheto Informativo). Sem data. 2p. Código: 0405 90001188.

A História da ASSESOAR. Impressão: ASSESOAR - Acervo público da ASSESOAR. (Cartilha). 1981. 26p. Código: 361.60 A846.

A Mulher Agricultora. Material de estudo para grupos de mulheres agricultoras. Impressão: ASSESOAR - Acervo público da ASSESOAR. (Cartilha). Sem data. 15 p. Código: 0405 90001191.

O voto da mulher consciente: Movimento Popular de Mulheres do Paraná. Equipe Mulher e Política. Impressão: ASSESOAR. Acervo público da ASSESOAR. (Cartilha). 1988. 14p. Código: 0405 90001190.

Relatório de Atividades: Mulher, Cidadania e Direitos. Comissão Sindical de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Sudoeste do Paraná – Acervo público da ASSESOAR. (Relatório). 1997. 115p. Código: 0405 90001195.

APÊNDICE A – Roteiros das Entrevistas

Entrevista 1 – Luciana e Zelide

Nome completo:

Idade:

Comunidade:

Município:

→ **histórico familiar** → **início da trajetória política** → **questões de gênero que perpassam as perguntas.**

1. Onde você nasceu? Migrou para outros lugares antes de chegar à região? Conte-me um pouco sobre sua família de origem (aspectos étnicos, trabalhos, tamanho da família (nomes dos pais), relações entre os membros, valores, aprendizados que marcaram sua trajetória de vida, etc) .
2. Fale de sua família: quanto tempo de casamento? quantos membros, sexo, idade e trabalho de cada um?, como avalia as escolhas que cada membro fez e faz que repercutem nas trajetórias pessoais e nas da família? Quais as principais conquistas que a família teve em seu percurso e quais as maiores dificuldades? Quais estratégias usaram para enfrenta-las?
3. Como você se identifica? Como se vê enquanto mulher na agricultura. Quais caminhos que perpassam esta identificação? Quais as dificuldades que encontra para manter sua identidade?
4. A partir de quais momentos deu-se o início ao seu engajamento político? Existiram situações ou acontecimentos importantes que marcaram esta abertura?
5. Como era a relação com a família e a comunidade em que você morava na época?
6. Você sentiu dificuldades e/ou facilidades no início dessa trajetória de participação política? Quais merecem destaque?
7. Como foi para você entrelaçar o trabalho de luta política e outras ocupações que realizava?
8. Como era a sua relação com as outras pessoas que estavam nestes espaços públicos de construção política? (Se eram amigos, familiares, pessoas de fora, entidades, organizações?) Quais os aspectos mais importantes marcaram essas relações e influenciaram sua trajetória política?

9. Quais as principais atividades que se envolveu desde o início de sua militância e quais os cargos de liderança e/ou coordenações que você teve/tem até hoje? *(Se lembrar data, nomes de grupos em comunidades, etc)* *(Ex. na assessor/sindicato/ cargos políticos, grupos de mulheres, igreja).*
 10. Nestes espaços, as suas reivindicações foram/são focadas em quais questões principalmente? *(mulheres/gênero geral; agricultura familiar; mulheres agricultoras; religião/ igreja;)*. Destas, quais foram realizadas e de que forma ocorreram essas conquistas? Quais não foram ainda conquistadas e por quê?
 11. De modo geral, como foi construir essa trajetória de liderança nestes espaços públicos e também nas relações familiares e pessoais, ao pensar na sua posição enquanto agricultora e sendo mulher?
 12. Existe mais alguma memória ou relatos que você gostaria de destacar desta sua trajetória?
-

Entrevista 2 – Luciana Rafagnin

1º momento: familiar/ vida

2º momento: mulher agricultora/ camponesa/ líder política. Como ressignifica

3º momento: Entidades que participa/ relações.

1º momento

1. Gostaria de iniciar esta entrevista/ encontro a partir do contexto familiar. Você tem memórias significativas de quando era mais nova, a partir de seus pais e irmãos? Alguém participava de movimentos sociais e/ou lideranças políticas na família?
2. A sua construção nos movimentos políticos e sociais se deram logo depois que você conheceu o Justino. Como foi sendo construída a relação de vocês dois dentro da luta ?
3. Em relação aos filhos, me marcou bastante quando você conta que a comunidade ajudava a criá-los, ou quando você disse que o Camilo estava na Câmara brincando e hoje ele é vereador. Muito se fala do preconceito em relação a maternidade com as mulheres na política. Essa questão algum dia chegou afetar você e a família em algum sentido? Seus pais e/ou sogros falavam algo?

2º momento

1. Percebendo que aos poucos você foi se articulando com a militância a partir do campo/ meio rural, como você foi se adaptando as atividades do dia-a-dia? Nessa época vocês tinham que se dividir e aí teve algum momento em que vocês tiveram que escolher entre ficar no trabalho da roça ou nas lideranças/ movimentos?
2. No passado, os movimentos eram articulados à igreja. Como era a relação entre os grupos de mulheres, os sindicatos e a participação da igreja? Em questões práticas de organização.
3. Você percebeu diferenças entre o trabalho mais da roça e o trabalho mais da militância? Tanto nas questões práticas mas também enquanto *mulher* trabalhadora rural e *mulher* líder política/ militante?
4. A partir do momento em que você se elegeu vereadora, as lutas se ampliaram, como você comentou na última entrevista. Como foi esse processo pra você?

3º momento

1. Além das atividades políticas que você exercia no passado. Até esse ano você está mais próxima de quais? Ex.: FETRAF (Antes de se eleger deputada).
2. Como são as suas participações nas entidades?

3. Quando há dificuldades (até hoje) você tem alguma estratégia para “seguir em frente”? Onde você encontra forças para continuar exercendo as lideranças políticas?

Entrevista 2 – Zelide Possamai

- **A participação nas atividades religiosas**
- **A participação nas atividades a partir das entidades: STR/ ASSESOAR/ CRESOL**
- **A participação nas atividades da comunidade**
- **Como se articulam essas participações.**

1. Como foram seus primeiros contatos (o que você lembra) com a igreja, até ser ministra auxiliar da eucaristia? Participava desde jovem?
 2. Quais eram as atividades depois que você foi ministra? Quais eram os cursos que fazia?
 3. Essa participação fazia com que você conhecesse toda a comunidade, e foi a partir disso, que você começou a participar das atividades do STR? Qual era a relação entre a igreja e o STR na época?
 4. Tinham questões que se diferenciavam em trabalhar junto com a “igreja” e depois com o “sindicato?”
5. Quando você veio trabalhar no STR quais eram suas principais atividades?
 6. Você comentou no último encontro sobre as propostas de “gênero”, que eram pautas deixadas de lado. Você lembra de algumas delas? Que foram discutidas nas reuniões.
 7. Sobre as viagens com essas entidades. *Como eram, quem ia junto...*
 8. Organização dos eventos, como por exemplo, o dia 08 de março e os 40 anos da Revolta. Era feito a partir do STR e Assesoar?
 09. Quais eram as suas atividades na Assesoar e na Cresol? Quando você trabalhava nesses espaços.
 10. Você sentia muita diferença em trabalhar em uma entidade ou outra?
 11. No último encontro, você havia comentado que fez até a 4^o série e depois que foi pro sindicato, que voltou aos estudos. Como era esse processo pra você?

Comunidade/ grupo de mulheres

12. A relação com a comunidade sempre foi muito importante para a construção dessa sua trajetória de participar dos grupos, das entidades, etc. Como você comentou que teve algumas dificuldades quando mudou de comunidade, como foi construir esse processo novamente?
 13. Como funciona o grupo de mulheres que existe até hoje? Ainda existem aqueles cursos de conscientização/ informação com o STR? É junto com as questões da igreja?
-

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TÍTULO DA PESQUISA: TRAJETÓRIAS DE MULHERES AGRICULTORAS LÍDERES POLÍTICAS NO SUDOESTE DO PARANÁ: RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS.

Pesquisadora: Aline Maiara Demétrio Santos - Telefone: 46-999858337 - Endereço: R. Reinaldo Luiz Augustini, nº 09, Aeroporto - Pato Branco - CEP: 85503-210

Orientadoras responsáveis: Hieda Maria Pagliosa Corona e Josiane Carine Wedig. Telefone: (46) 3220-2608 Endereço: Via do Conhecimento, KM 01, s/n - Fraron, Pato Branco - PR, 85503-390 - UTFPR.

A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

1. Apresentação da pesquisa.

Prezada participante, Você está sendo convidada a participar da pesquisa “*TRAJETÓRIAS DE MULHERES AGRICULTORAS LÍDERES POLÍTICAS NO SUDOESTE DO PARANÁ: RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS*”. Esta pesquisa pretende analisar nas trajetórias de mulheres agricultoras que atuam em organizações sediadas em Francisco Beltrão, como elas foram se constituindo e atuando enquanto lideranças políticas, levando em conta as relações de gênero e o desenvolvimento do território.

Objetivos da pesquisa.

O objetivo geral da proposta de pesquisa implica em analisar nas trajetórias de mulheres agricultoras que atuam em organizações sediadas em Francisco Beltrão, como elas foram se constituindo e atuando enquanto lideranças políticas, levando em conta as relações de gênero e o desenvolvimento do território.

3. Participação na pesquisa.

Ao participar desta pesquisa, você irá conceder de entrevistas com a pesquisadora Aline Maiara Demétrio Santos acerca de sua trajetória de vida entrelaçada à sua atuação em lideranças políticas. O ambiente em que será realizada a entrevista pode variar de acordo com a necessidade e disponibilidade da participante, sendo possível realizar na própria residência da participante, na Assesoar ou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, dependendo também do andamento das entrevistas e temas abordados.

4. Confidencialidade.

Todas as informações que a Senhora nos fornecer serão utilizadas somente para esta pesquisa. As entrevistas serão gravadas e transcritas, sendo que a possibilidade de divulgação de seu nome somente com sua permissão, aqui atestada ou se preferir, usar-se-á nome fictício, no entanto, sendo identificada sua trajetória conforme for narrada. Nesse sentido, caso tenha algo que não seja de seu interesse publicá-lo, será possível informar à pesquisadora durante as entrevistas.

5. Desconfortos, Riscos e Benefícios.

O procedimento utilizado será de entrevistas semi- estruturadas, na qual abordará questões sobre a trajetória de cada participante em relação a sua atuação e constituição em lideranças políticas. Embora a entrevista seja um procedimento de baixíssimo risco, é possível que ao participar você possa se sentir desconfortável ou constrangida em responder alguma pergunta ou mesmo em continuar participando da entrevista, assim retomamos que você tem liberdade de desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a entrevista, sem nenhum prejuízo para você. Esta pesquisa irá colaborar para busca de informações acerca da trajetória e percurso de atuação e constituição de mulheres agricultoras e líderes políticas, podendo compreender a contribuição de mulheres agricultoras no desenvolvimento territorial a partir de lideranças políticas na região sudoeste do Paraná, tais benefícios não serão revertidos diretamente às participantes desta entrevista.

6. Critérios de inclusão e exclusão.

O critério de inclusão foram definidos a partir da participação de mulheres agricultoras e que obrigatoriamente participaram de lideranças políticas, nas quais irão auxiliar na busca pelos objetivos da pesquisa. Sendo assim, estão excluídas da participação desta pesquisa, todo o público que não englobam estas categorias.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo.

Você tem liberdade de responder somente às questões que considerar necessárias e importantes para informar durante a entrevista. Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado as entrevistas, sem nenhum prejuízo para você. Caso tenha o interesse de mais esclarecimentos sobre a pesquisa, poderá ser realizado em qualquer etapa do processo.

Você pode assinalar o campo a seguir, para receber o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse :

- () quero receber os resultados da pesquisa (email para envio : _____)
- () não quero receber os resultados da pesquisa.

8. Ressarcimento ou indenização.

Caso a Sra. aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira. Esta pesquisa não terá nenhum custo financeiro ou material para a participante. Contudo, a participante terá o direito à indenização caso a pesquisa ocasionar algum dano, sendo a responsabilidade da pesquisadora Aline Maiara Demétrio Santos.

9. Esclarecimentos sobre o comitê de ética em pesquisa:

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que estão trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR). Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, telefone: 3310-4494, e-mail: coep@utfpr.edu.br

CONSENTIMENTO:

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

() Aceito a identificação do meu nome na divulgação da pesquisa

() Não aceito a identificação do meu nome na divulgação da pesquisa.

Nome completo: _____			
RG: _____	Data	de	Nascimento: __/__/_____
Telefone: _____			
Endereço: _____			
_____ CEP: _____	Cidade: _____	Estado: _____	
 _____ Assinatura			

Data: __/__/__

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura pesquisadora: _____

(ou seu representante)

Data: _____

Nome

completo: _____

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com Aline Maiara Demétrio Santos, via e-mail: alinemdemetrio@gmail.com ou telefone:46-999858337.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR)

REITORIA: Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, telefone: 3310-4943, e-mail: coep@utfpr.edu.br

OBS: este documento deve conter duas vias iguais, sendo uma pertencente ao pesquisador e outra ao sujeito de pesquisa.